


unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

DANÚBIA HATOUM SERON

UM ESTUDO FUNCIONAL DA PERÍFRASE
CONJUNCIONAL '*DESDE QUE*' SOB A ÓTICA
DA GRAMATICALIZAÇÃO



ARARAQUARA – SP
2007

DANÚBIA HATOUM SERON

UM ESTUDO FUNCIONAL DA PERÍFRASE
CONJUNCIONAL '*DESDE QUE*' SOB A ÓTICA DA
GRAMATICALIZAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Lingüística e Língua Portuguesa.

Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática.

Orientador: Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck

Bolsa: CNPq

ARARAQUARA – SP
2007

Seron, Danúbia Hatoum

Um estudo funcional da perífrase conjuncional '\desde que\' sob a
ótica da gramaticalização / Danúbia Hatoum Seron – 2007

175 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras,
Campus de Araraquara

Orientador: Rosane de Andrade Berlinck

1. Lingüística. 2. Língua portuguesa.
3. Gramática comparada e geral -- Gramaticalização

DANÚBIA HATOUM SERON

UM ESTUDO FUNCIONAL DA PERÍFRASE CONJUNCIONAL
'DESDE QUE' SOB A ÓTICA DA GRAMATICALIZAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática.

CNPq

Data de aprovação: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck
UNESP/ FCL/ CAr

Membro Titular: Profa. Dra. Maria Luiza Braga
UFRJ

Membro Titular: Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves
Universidade Mackenzie/ UNESP/ FCL/ CAr

Local: **Universidade Estadual Paulista**
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck, pela orientação cuidadosa, presente e constante.

Às professoras Letícia Marcondes Rezende e Maria Helena de Moura Neves, pelas observações e contribuições dadas a esse trabalho.

Aos professores do curso de Pós-Graduação da UNESP de Araraquara.

Aos professores do curso de Letras da UNESP de São José do Rio Preto, principalmente, aos integrantes do Grupo de Estudo da Gramática Funcional, que me acolheram durante um ano.

À Seção de Pós-Graduação da UNESP – Araraquara.

Ao CNPq pela bolsa concedida durante o período de maio de 2005 a fevereiro de 2007.

Aos amigos de graduação de São José de Rio Preto, principalmente, a Solange, o Sergio, o Leandro, a Kelly, a Priscila, a Lívia, que, mesmo em programas diferentes, sempre estiveram comigo.

Às novas amizades conquistadas em Araraquara, como o Alexandre, o Niguelme, o Wanderli, a Cássia, a Dircel, a Ester, a Gislaine, a Juliana, a Talita, a Taísa, a Zelma.

Ao Ivan que sempre esteve do meu lado.

Aos meus pais, Kamal e Maria, e aos meus irmãos, Monir e Sâmia.

RESUMO

Neste trabalho, investigamos um processo de criação lingüística no qual se une a partícula *que* a palavras de diferentes classes gramaticais – nome, verbo, advérbio, preposição – para formar uma nova palavra na língua portuguesa que desempenhará novas funções.

O nosso objeto de estudo é preposição *desde* e, conseqüentemente, a perífrase conjuncional *desde que*. Como *corpus* de língua falada utilizamos as amostras do NURC da cidade de São Paulo e de Rio de Janeiro. O *corpus* escrito foi baseado em romances atuais, principalmente, a partir da década de setenta, coletados no Laboratório de Estudos Lexicográfico da UNESP de Araraquara.

Esta dissertação está apoiada no paradigma funcionalista, principalmente na teoria da Gramática Funcional proposta por Dik. A teoria de Dik nos auxiliou na análise dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos dos nossos dados. Com ela foi possível observamos, num recorte sincrônico, a multifuncionalidade do nosso objeto.

Como a principal característica do processo de criação lingüística em questão é a criação de uma nova palavra com o estatuto gramatical maior do que a anterior, abordamos os estudos sobre gramaticalização. Sabendo dos limites de uma pesquisa sincrônica, observamos que os vários usos da preposição *desde* e da perífrase *desde que* mostram um crescente aumento do estatuto gramatical da preposição para conjunção, assim como uma crescente abstração do significado – espaço, tempo, condição e causa.

Apesar de não podermos confirmar a derivação etimológica dos usos, é possível observar que há um *cline* evidenciando a gramaticalidade dos usos de *desde (que)*. Esse *cline* pode ser observado, não apenas segundo as propostas de pesquisadores como Traugott e Sweetser, mas também pela localização das construções analisadas nas camadas subjacentes da oração, tal como proposta por Dik. Dessa forma, constatou-se que os vários usos de *desde (que)* sugerem uma unidirecionalidade com relação ao estatuto gramatical e à abstrativização de seus significados, pois quanto maior o valor gramatical e mais abstrato o significado de uma ocorrência, mais alta será a camada da oração em que ela estará localizada.

Esse *cline* traz evidências para uma nova proposta nos estudos em gramaticalização, em que a mudança lingüística não é vista apenas pelas perdas gramaticais, semânticas, fonológicas, mas, sim, em que, destacando-se os aspectos semântico-pragmáticos do processo, a gramaticalização leva ao fortalecimento da subjetividade do falante.

Palavras-chave: processo de criação, preposição, conjunção, funcionalismo, gramaticalização

ABSTRACT

In this work, we investigated a process of linguistic creation in which joins the particle *'que'* to words from different grammatical classes - name, verb, adverb, preposition - to form a new word in portuguese language that will carry out new functions.

Our study object is preposition *'desde'* and, consequently, the conjunction *'desde que'*. As *corpus* of spoken language we used the samples of NURC from São Paulo and Rio de Janeiro cities. The written *corpus* was based on current romances, mainly, starting from seventy decade, collected in UNESP Lexicographical Laboratory of Studies from Araraquara.

This dissertation is leaned on functionalism paradigm, mainly in the theory of Functional Grammar proposed by Dik. Dik's theory aided us in the analysis of syntactic, semantic and pragmatic aspects of our data. Using it, it was possible we observed, in a synchronous cutting, the "multifuncionalidade" of our object.

As well as the main characteristic of the linguistic creation process in subject, is the creation of a new word with a grammatical statute larger than the previous one, we approached studies on grammaticalization. Knowing about the limits of a synchronous research, we observed that several uses of the preposition *'desde'* and the periphrasis *'desde que'* show a growing increase of the grammatical statute from the preposition to the conjunction, as well as a growing abstraction of the meaning - space, time, condition and cause.

In spite of we could not confirm the etymological derivation of the uses, it is possible to observe that there is a cline evidencing the grammaticality of the uses of *'desde que'*. That cline can be observed, not only according to the researchers' proposals like Traugott and Sweetser, but also for the constructions location analyzed in the underlying layers of the sentence, such as proposed by Dik. In that way, it was verified that several uses of from (since) suggest an unidirectionality in relation to the grammatical statute and the abstractivization of their meanings, because larger the grammatical value and more abstract the meaning of an occurrence, higher it will be the layer of the sentence where it will be located.

That cline brings evidences for a new proposal in the studies in grammaticalization, which the linguistic change is not just seen by grammatical, semantic, phonological losses but, which, standing out the semantic-pragmatic aspects of the process, the grammaticalization leads to the invigoration of the speaker's subjectivity.

Keywords: creation process, preposition, conjunction, functionalism, grammaticalization

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1: Modelo de interação verbal..... | 21 |
| Figura 2: Conhecimento mútuo entre falante e ouvinte..... | 23 |
| Figura 3: Estrutura em camadas..... | 24 |
| Figura 4: Modelo global da GF..... | 30 |
| Figura 5: Fases da gramaticalização..... | 39 |
| Figura 6: Modelo do <i>bleaching</i> | 73 |
| Figura 7: Modelo da perda e ganho..... | 74 |
| Figura 8: Modelo do <i>overlapping</i> | 75 |
| Figura 9: Modelo da extensão prototípica..... | 75 |
| Figura 10: Cadeia conceitual da Gramaticalização..... | 76 |
| Figura 11: Macroestrutura conceitual da GR..... | 77 |
| Figura 12: Modelo da metonímia-metáfora..... | 78 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1: Tipo de entidades referidas por termos..... | 26 |
| Quadro 2: Domínios e funções semânticas do satélite \acute{o}_1 | 27 |
| Quadro 3: Domínios e funções semânticas do satélite \acute{o}_2 | 27 |
| Quadro 4: Domínios e funções semânticas do satélite \acute{o}_3 | 28 |
| Quadro 5: Domínios e funções semânticas do satélite \acute{o}_4 | 28 |
| Quadro 6: Termos para entidades de alta-ordem..... | 29 |
| Quadro 7: Macroestrutura e microestrutura em GR..... | 76 |
| Quadro 8: Parâmetros de gramaticalização..... | 80 |
| Quadro 9: Representação da língua como um multissistema..... | 94 |
| Quadro 10: Ocorrências de <i>desde</i> | 146 |
| Quadro 11: Tipos de estruturas de <i>desde</i> com a aceção de tempo..... | 147 |
| Quadro 12: Camadas <i>vs.</i> Funções semânticas..... | 158 |
| Quadro 13: Camadas <i>vs.</i> “domínios” e “conteúdos”..... | 159 |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|-----|
| 1 | Introdução..... | 11 |
| 1.1 | Objetivos..... | 14 |
| 1.2 | Organização do trabalho..... | 16 |
| 2 | Fundamentação teórica..... | 18 |
| 2.1 | O funcionalismo..... | 18 |
| 2.1.1 | A gramática funcional de Dik..... | 20 |
| 2.1.2 | Estrutura da oração..... | 23 |
| 2.1.3 | Termos complexos..... | 28 |
| 2.1.4 | Esquema do modelo da GF..... | 29 |
| 2.2 | A gramaticalização..... | 32 |
| 2.2.1 | Gramaticalização: percurso teórico..... | 34 |
| 2.2.2 | Gramaticalização como mudança semântica..... | 43 |
| 2.3 | Resumo..... | 47 |
| 3 | A mudança em questão..... | 49 |
| 3.1 | A mudança no contexto lingüístico..... | 49 |
| 3.2 | Da motivação da mudança..... | 51 |
| 3.3 | Mecanismos de natureza cognitiva..... | 54 |
| 3.3.1 | A metáfora..... | 55 |
| 3.3.2 | A metonímia..... | 62 |
| 3.3.3 | O lugar da metáfora e da metonímia no processo de GR..... | 68 |
| 3.4 | Mecanismos de natureza lingüística..... | 70 |
| 3.4.1 | A analogia..... | 70 |
| 3.4.2 | A reanálise..... | 71 |
| 3.5 | Da representação da mudança..... | 73 |
| 3.6 | Dos princípios e parâmetros..... | 78 |
| 3.6.1 | Lehmann: parâmetros da gramaticalização..... | 79 |
| 3.6.2 | Hopper: princípios da gramaticalização..... | 81 |
| 3.6.3 | Heine, Claudi, Hünemeyer: parâmetros de caso..... | 84 |
| 3.7 | Da direção da mudança..... | 85 |
| 3.7.1 | <i>Clines</i> e <i>chains</i> | 86 |
| 3.7.2 | Poligramaticalização..... | 88 |
| 3.7.3 | A unidirecionalidade nas perspectivas sincrônica e diacrônica..... | 89 |
| 3.7.4 | Processos gerais da unidirecionalidade..... | 90 |
| 3.7.5 | Críticas à unidirecionalidade..... | 92 |
| 3.8 | Resumo..... | 96 |
| 4 | Itinerário histórico das preposições e conjunções..... | 98 |
| 4.1 | Apresentação..... | 98 |
| 4.2 | Formação das línguas românicas: considerações lingüísticas..... | 99 |
| 4.2.1 | As preposições..... | 99 |
| 4.2.2 | As conjunções..... | 107 |
| 4.3 | Percurso histórico da preposição <i>desde</i> | 113 |
| 4.4 | Os usos atuais de <i>desde</i> | 115 |
| 4.4.1 | Desde + SN/adjetivo..... | 116 |
| 4.4.2 | Desde (...) até..... | 119 |
| 4.4.3 | Desde + advérbio..... | 120 |
| 4.4.4 | Desde + que..... | 121 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 4.5 | Resumo..... | 121 |
| 5 | Gramaticalização da preposição <i>desde</i> | 123 |
| 5.1 | O material de pesquisa..... | 123 |
| 5.2 | A gramaticalização de <i>desde (que)</i> segundo os princípios e parâmetros da GR..... | 125 |
| 5.2.1 | Segundo os parâmetros de Lehmann..... | 126 |
| 5.2.2 | Segundo os princípios de Hopper..... | 129 |
| 5.2.3 | Segundo os critérios de Heine, Claudi, Hünemeyer..... | 131 |
| 5.3 | A gramaticalização de <i>desde (que)</i> segundo a mudança semântico-pragmática..... | 133 |
| 5.3.1 | A proposta de Traugott..... | 133 |
| 5.3.2 | A proposta de Sweetser..... | 139 |
| 5.4 | A frequência..... | 143 |
| 5.5 | A estrutura subjacente da oração..... | 150 |
| 5.5.1 | Satélite de nível 1..... | 151 |
| 5.5.2 | Satélite de nível 2..... | 152 |
| 5.5.3 | Satélite de nível 3..... | 154 |
| 5.5.4 | Satélite de nível 4..... | 156 |
| 5.5.5 | A estrutura subjacente da oração: um <i>cline</i> de GR?..... | 157 |
| | Conclusão..... | 161 |
| | Referências..... | 164 |
| | Anexo I - Relação das siglas das obras..... | 169 |
| | Anexo II - Recorte das amostras do <i>corpus</i> de língua escrita..... | 172 |
| | Anexo III - Relação das vinte obras selecionadas para pesquisa quantitativa..... | 175 |

1 Introdução

O objeto de estudo desse trabalho é a preposição *desde* e a perífrase conjuncional *desde que*. As gramáticas normativas¹ da língua portuguesa trazem, de modo geral, informações muito semelhantes sobre a classe das preposições e sobre a preposição *desde*. Tomando como exemplo a gramática de Cunha e Cintra (2001, p.555), as preposições são “palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (antecedente) é explicado ou completado pelo segundo (conseqüente)”. As preposições, quanto à forma, são divididas em simples - quando expressas por apenas um vocábulo - e compostas – quando locuções prepositivas, ou seja, constituídas de dois ou mais vocábulos.

A preposição *desde* é considerada simples e expressa movimento com o sentido de “afastamento de um limite com insistência no ponto de partida” (CUNHA E CINTRA, 2001, p.569); esse movimento pode ocorrer no espaço ou no tempo. A perífrase *desde que* aparece, nessas gramáticas normativas, apenas como um exemplo de conjunção subordinativa de tempo e de condição.

Por outro lado, a gramática de usos de Neves (2000) – que não é normativa, mas se baseia nos usos da língua – traz mais informação sobre a preposição *desde*. A autora afirma que a preposição *desde* pode estabelecer relações semânticas:

- (i) No sintagma verbal (como adjunto adverbial): verbo+desde+sintagma nominal, adjetivo ou adverbial / oração conjuncional.
- (ii) No sintagma nominal (como adjunto adnominal): nome+desde+sintagma nominal.

Dentro do sintagma verbal, *desde* pode estabelecer as seguintes relações:

- Tempo: na indicação de tempo ligado a um ponto temporal de origem, indica extensão no tempo a partir desse ponto (= a partir de).

¹ As gramáticas pesquisadas foram: BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 19^o.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1974; CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 28^o.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985 e CUNHA, C.; CINTRA, L. *A nova gramática do português contemporâneo*. 3^o.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

- (1)² Desde os tempos do Seminário de São Joaquim (...) os meninos eram assistidos por cirurgião-barbeiro.

Ainda com a acepção de tempo, é possível a estrutura verbo+desde+que+oração com verbo finito (tradicionalmente locução conjuntiva)

- (2) Acho que este é o dia mais quente desde que começou o verão.

Com sintagma nominal indicativo de período de tempo, indica tempo decorrido a partir de um ponto inicial:

- (3) Sua vida desde algum tempo era vigiá-lo.

- Lugar: relação de lugar ligado a um ponto de origem, indicando a extensão no espaço a partir desse ponto (= de):

- (4) Ela já se despede desde a escada rolante.

- Condição: relação de condição, com a estrutura verbo+desde+que+oração com verbo finito.

- (5) A mangueira pode ser enxertada durante todo o ano, desde que disponha de um porta-enxerto, garfos maduros e borbulas não brotadas.

- Causa: relação de causa, com a estrutura verbo+desde+que+oração com verbo finito.

- (6) Desde que nos preocupamos com a educação integral devemos prestar atenção necessária tanto aos hábitos mentais e emocionais quanto aos hábitos físicos.

Dentro do sintagma nominal, *desde* pode expressar as seguintes relações:

- Inserção num conjunto

- (7) Desde os clássicos cartolinha, rosa, sapatinha, espada, todas as variedades conhecidas no Brasil.

² Todos os exemplos são de NEVES, M.H.M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000, p.723-6

- Relação com um segundo sintagma que representa o último da série (precedido por até).

(8) Todas as anatomias ali se confundiam: desde as mais raras (...) até as mais numerosas.

Com esses poucos exemplos da gramática de Neves (2000), já é possível observar que a preposição *desde* é um elemento com funções variadas na língua portuguesa. Nesse trabalho, faremos um recorte dessa multifuncionalidade e nos concentraremos na descrição e explicação de construções como as seguintes:

- (9) Fizera a caminhada a pé, praticamente desde Fortaleza, onde tentara embarcar sem passagem, expulso do trem na primeira estação. (BH)
- (10) "- Desde o meio-dia, Mário está em casa de Dona Dedé, prima de mamãe. Você não o encontraria, em hipótese alguma". (A)
- (11) - Não, não, meu Igreja não permite arriscar nada, jogar nada. Eu estou olhando seus sapatos e o bainha da sua calça desde que entrou. Tem serragem e tem o madeira enroladinho que sai da plaina - mas não tem lasca de pau. (ASS)
- (12) "Na verdade nós adoramos as mulheres, desde que sejam belas, inteligentes e... inseguras. Seria isso uma prova de nossa misoginia? Eu, por exemplo, acho esplêndida a figura feminina de Medéia, certamente uma mulher detestável. (ACM)
- (13) Aquela autoridade com que Bertha repelia os outros e que tanto escandalizava Leopoldo, o incircunciso, ela trazia-a de casa. Tratando, assim, o outro lado Bertha parecia dizer: "Tenho vontade de te pertencer: desde que não posso, odeio-te, mesmo que o meu ódio não tenha consistência. " E, quase contraditória, ela via o Catolicismo como a parte mais completa do seu antagonista. (OE)

Os exemplos acima revelam um processo de criação lingüística no qual se une a partícula *que* a palavras de diferentes classes gramaticais – nome, verbo, advérbio, preposição – para formar uma nova palavra na língua portuguesa que desempenhará novas funções. A principal característica desse processo de criação é que a nova palavra tem um estatuto gramatical maior do que a anterior, ou seja, é mais gramaticalizada. Por isso, esse tipo de processo está sendo estudado como caso de gramaticalização (doravante GR). Nesse momento, a GR pode ser entendida como um processo de mudança lingüística em que elementos do léxico são levados a desempenhar funções gramaticais, ou elementos gramaticais tornam-se mais gramaticais ainda.

Existem alguns trabalhos que atestam que esse processo de criação lingüística pode ser considerado um caso de GR. Por exemplo, a estrutura *parece que*, estudada por Gonçalves

(2003), em que *parece* como verbo pleno (com o sentido de ‘ser semelhante’) desempenha, quando unido a *que*, a função de um advérbio de evidencialidade (como na oração ‘Aí, tinha lá secretariado, colégios “Paulo de Frontin”, *parece que “Prado Júnior”,* Prado Júnior não, era turismo (PEUL/CEN/E39)³). Os trabalhos de Longhin (2003) e Longhin-Thomazi (2005) mostram que esse tipo de processo é uma produtiva fonte de criação de novas conjunções. No seu trabalho de 2003, Longhin mostra a criação da perífrase conjuncional *só que*; e em 2005, ela mostra a criação da perífrase conjuncional *ainda que*. Gonçalves (2003) mostra a criação de um advérbio a partir de um verbo. Os trabalhos de Longhin (2003 e 2005) mostram a criação de uma perífrase conjuncional a partir de um advérbio. No entanto, não há trabalhos que mostrem, por esse mesmo processo de criação lingüística, a criação de uma perífrase conjuncional a partir de uma preposição⁴. Apesar de haver estudos evidenciando a gramaticalização de preposições – como os trabalhos de algumas professoras da federal da Bahia –, ainda não encontramos nenhum que abordasse da preposição *desde* sob essa perspectiva. Por esse motivo, e tendo em conta os fatos ilustrados em (9-13), acreditamos ser pertinente propor a análise desse elemento.

1.1 Objetivos

Considerando, então, que a formação da perífrase conjuncional *desde que* é o resultado de um processo de criação lingüística - a união da preposição *desde* a partícula *que* – e podendo ser considerado um caso de GR, essa dissetação tem os objetivos de:

- (i) Fazer um levantamento das ocorrências da preposição *desde* e da perífrase conjuncional *desde que* em um *corpus* sincrônico, de língua falada e escrita;
- (ii) Apresentar a teoria da gramática funcional de orientação holandesa com a qual serão analisadas as estruturas sintática, semântica e pragmática das ocorrências de *desde (que)*;

³ Exemplo retirado de GONÇALVES, S.C.L. *Gramaticalização, modalidade epstêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2003. (Tese de Doutorado).

⁴ Rosaura de Barros Baião e Júlia Arruda, no capítulo “Gramaticalização de *até*” do livro *Gramaticalização no português do Brasil* de Martelotta et al. (1996), mostram a gramaticalização da preposição *até* observando a gradação dos sentidos (*até* espacial > *até* temporal > *até* inclusivo > *até* de contra-expectativa). No entanto, não é seu objetivo destacar a criação da perífrase *até que*.

- (iii) Fazer uma leitura crítica da literatura sobre o processo de gramaticalização, discutindo o caráter processual da mudança, seus mecanismos e princípios, observando qual das propostas melhor explica a multifuncionalidade de *desde*;
- (iv) Observar a constituição das classes das preposições e conjunções no latim e no português arcaico, e averiguar como se instalou esse tipo de processo de criação lingüística;
- (v) Verificar se esse tipo de processo de criação lingüística pode, realmente, ser considerado um caso de GR.

Uma das hipóteses desse trabalho é que os dados sincrônicos da preposição *desde* e da perífrase *desde que* sugerem um *cline*⁵ de gramaticalidade, pois observamos que algumas funções de *desde* são mais gramaticais do que outras. Uma das características mais relevantes da multifuncionalidade de um elemento é exatamente poder evidenciar esse deslizamento de uma forma em outra. É necessário ressaltar que, por ter base sincrônica, este estudo não é capaz de abordar todas as possibilidades de investigação de um processo de GR, pois apenas uma abordagem diacrônica seria capaz de comprovar a direcionalidade histórica dos tipos de *desde que* no *cline*.

Buscamos, também, avaliar a hipótese de que, quando um elemento se gramaticaliza, há uma reestruturação de suas propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas, fazendo com que ele mude de camada – segundo as camadas subjacentes da oração propostas por Dik (1989)⁶ –; e essa mudança, assim como a GR, deve ter apenas uma direção, que vai das camadas mais baixas para as mais altas.

A pesquisa em questão, portanto, será baseada em duas propostas: a da gramaticalização (Meillet, 1965 [1912]; Givón, 1979; Lehmann, 1995[1982]; Heine et al., 1991a-b; Sweetser, 1991; Hopper e Traugott, 1993, entre outros) e a Teoria da Gramática Funcional de Dik (1989, 1997).

A gramática funcional proposta por Dik (1989, 1997) tem o objetivo de descrição dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos das línguas. Por isso, é uma ferramenta que auxilia na análise da multifuncionalidade dos elementos. Alguns pesquisadores têm usado a teoria da gramática funcional de Dik (1989, 1997) aliada aos estudos de GR, principalmente, sob uma perspectiva sincrônica. Gonçalves (2003), por exemplo, constatou que, quanto mais

⁵ O *cline* pode ser entendido como um *continuum* que evidencia o grau de gramaticalidade. Esse conceito será melhor explicado na seção 3.6.1.

⁶ A organização gramatical das línguas proposta por Dik será abordada na seção 2.1.2.

abstrato e gramaticalizado o significado do verbo *parecer*, mais altas eram as camadas da oração em que o verbo se encontrava. Outro estudo que adota essa perspectiva é o de Neves (1999): a autora, analisando as construções condicionais com *se*, observa que a relação entre as duas orações – principal e condicional - pode ocorrer entre dois Estados de Coisas, entre duas proposições, ou entre dois atos de fala, mostrando que o significado mais gramaticalizado é o que relaciona dois atos de fala, portanto, as camadas mais altas da oração.

1.2 Organização do Trabalho

Para uma melhor orientação do leitor, esse trabalho será dividido em quatro partes que apresentarão, no início, uma breve descrição do seu conteúdo e no fim, um resumo de tudo o que foi abordado.

Na primeira parte, apresentaremos a fundamentação teórica geral do trabalho; por isso, ela foi dividida em duas: a primeira parte contém a explicação do modelo de descrição gramatical proposto por Dik (1989, 1997); a segunda trata da GR. Nesse momento, iniciaremos fazendo uma discussão sobre o estatuto teórico do que vem sendo chamado de GR e mostraremos como esse processo de mudança é tratado na literatura lingüística, como ele se desenvolveu e quais são seus principais pesquisadores.

Na segunda, abordaremos, principalmente, a mudança; por isso, vários aspectos que são tratados no processo de GR foram levados em consideração. Nessa seção, é possível observar como é confusa a distinção entre os estágios da GR, entre os princípios e parâmetros e entre os mecanismos que possibilitam a mudança. Tentaremos discutir todos esses aspectos dividindo-os em subseções.

Apesar desse trabalho não fazer um estudo diacrônico, voltaremos ao latim, na seção seguinte, para mostrar como foi constituída a classe das preposições e conjunções e como as línguas românicas desenvolveram o mecanismo de criação lingüística para a formação de novas palavras a partir da união com *que*. Baseando-nos nas gramáticas latinas e nas gramáticas históricas do português, mostraremos a formação da preposição *desde*, para, depois, destacarmos todos os usos atuais dessa preposição, mesmo os que não serão abordados neste estudo.

Na última parte, analisaremos nossos dados segundo algumas propostas de GR e evidenciaremos que, num recorte sincrônico, podemos observar um contínuo de

gramaticalidade, em que a perífrase *desde que* tem conteúdo mais abstrato do que a preposição *desde*. Mostraremos como as camadas subjacentes da oração também podem evidenciar esse contínuo de gramaticalidade.

Por fim, na conclusão, fazemos uma síntese geral dos resultados obtidos.

2 Fundamentação teórica

Nessa seção, será apresentada a fundamentação teórica do trabalho. Como vamos abordar dois aspectos nos nossos dados – a descrição da multifuncionalidade de *desde* e a sua possível gramaticalização – essa seção foi dividida em duas partes: na seção 2.1, introduziremos os preceitos da gramática funcional, principalmente, a gramática funcional de Dik; na seção 2.2, faremos algumas considerações sobre o estatuto teórico da GR e, seguindo um percurso histórico, mostraremos alguns dos principais pesquisadores e suas contribuições.

2.1 O funcionalismo

O funcionalismo⁷ é uma das correntes da lingüística moderna que constitui uma contra oposição ao estruturalismo. A principal razão da rejeição daquela corrente em relação a essa vem do fato de que a última “examina a linguagem como um objeto autônomo, investigando a estrutura lingüística independente do uso” (NEVES, 1997, p.39). Já para o funcionalismo, é crucial correlacionar forma e significado dentro de um contexto de uso.

A base do funcionalismo encontra-se mesmo antes da Escola de Praga: essa corrente tem suas origens com os trabalhos de Whitney, von der Gabelentz e Hermann Paul, “que assentaram o enfoque lingüístico em fenômenos sincrônicos e diacrônicos no final do século XIX, entendendo que se deve explicar a estrutura lingüística em termos de imperativos psicológicos, cognitivos e funcionais” (PEZATTI, 2004, p.166).

De modo geral, os funcionalistas entendem que a linguagem é essencialmente um instrumento de interação social, por isso, eles dão um tratamento funcional à própria organização interna da linguagem. No entanto, caracterizar o funcionalismo não é tarefa fácil, visto que há variedades de funcionalismo, cada uma delas, muitas vezes, relacionada à pessoa que se diz funcionalista. Nesse sentido, Nichols (1984 apud NEVES, 1997, p.55) distingue três funcionalismos: o conservador, que aponta a inadequação do formalismo ou do estruturalismo, sem propor uma análise da estrutura. Segundo Van Valin (1990 apud NEVES,

⁷ A Sociolingüística, a Lingüística Textual, a Análise do Discurso, a Análise da Conversação, entre outras, também são correntes que surgiram como uma reação à teoria gerativa (PEZATTI, 2004)

1997, p. 56), neste grupo estariam os trabalhos de Susumo Kuno (1987). Há, também, o tipo moderado, que, além de mostrar a inadequação, propõe uma análise funcionalista da estrutura. Para Van Valin (1990 apud NEVES, 1997, p. 56), nesse grupo se enquadram os seus próprios estudos, além dos trabalhos de Dik e Halliday. O funcionalismo extremado nega a realidade da estrutura como estrutura, e considera que as regras se baseiam internamente na função, não havendo restrições sintáticas. Nesse grupo estão alguns trabalhos⁸ de Sandra Thompson, Paul Hopper e Givón. A principal diferença entre extremados e moderados é que aqueles desconsideram a língua como um sistema (nos termos de Saussure) e reduzem a gramática ao discurso; enquanto os moderados consideram a existência de uma estrutura, enfatizando os componentes semânticos e pragmáticos dentro dela.

Apesar de todas as diferenças entre os tipos de funcionalismo, toda abordagem funcionalista de uma língua tem como preceito base verificar como se obtém a comunicação por meio dessa língua. Neves (1997, p.15) traz uma definição geral de gramática funcional:

Por gramática funcional entende-se, em geral, uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões de uso. Quando se diz que a gramática funcional considera a competência comunicativa, diz-se exatamente que o que ela considera é a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória.

Nesse sentido, observamos que uma abordagem funcional da língua vê a gramática dentro da interação social; portanto, os componentes da língua e suas funções são sensíveis às pressões de uso. A gramática proposta por Dik traz uma interpretação da relação entre esses componentes. Para ele, uma “gramática funcional constitui uma teoria de componentes integrados, uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria da interação verbal” (DIK, 1989).

Esse trabalho não tem o objetivo de resolver as divergências entre estruturalismo e funcionalismo, ou mesmo, de fazer uma discussão mais detalhada de qual tipo de funcionalismo melhor analisa a língua. No entanto, adotaremos o modelo funcionalista de

⁸ Van Valin faz referência às obras *That-deletion from a discourse perspective* de Sandra Thompson (1987); *Emergent Grammar* de Hopper (1987) e *On Understanding Grammar* de Givón (1979). Já os trabalhos mais recentes de Givón (1984; 1990; 1993) são considerados mais moderados.

orientação holandesa, não passivamente, mas porque essa abordagem propõe uma estrutura da língua que evidencia as intenções pragmáticas do falante. Nesse sentido, essa teoria consegue mostrar a atitude do falante frente a uma situação comunicativa, uma situação de interação verbal. As crenças e atitudes do falante, segundo algumas propostas da GR, são cruciais para o processo de GR; e é mediante o uso, durante a interação verbal, que implicaturas conversacionais podem convencionalizar-se⁹.

2.1.1 A Gramática funcional de Dik

A gramática Funcional (GF) formulada por Dik é uma teoria que está preocupada com a organização gramatical das línguas naturais. Por isso, tem o interesse de reconstruir parte da capacidade lingüística de um usuário de uma língua natural. Para Dik (1989), qualquer interesse no estudo funcional de uma língua deve levar em consideração as seguintes questões: Como ‘opera’ um usuário da língua natural? Como falantes e ouvintes se alteram comunicando-se um com o outro por meio de expressões lingüísticas? Como é possível se fazerem entender, influenciar o estoque de informação um do outro (incluindo conhecimento, crenças, preconceitos, sentimentos), e, por fim, influenciar no comportamento prático um do outro? (Dik, 1989). Afinal, o usuário não é apenas um “animal lingüístico”, mas um ser humano capaz de produzir e interpretar expressões lingüísticas; capaz de construir, manter e explorar uma base de conhecimento organizado; capaz, pela lógica, de fazer raciocínios; capaz de perceber o ambiente e a situação à sua volta; capaz de saber como dizer, adequando-se ao contexto.

A interação verbal

Para Dik (1989, p.3), a língua é considerada como um “instrumento de interação entre os seres humanos, usada com a intenção de estabelecer relação comunicativa”. A interação de que Dik trata é chamada de interação verbal, que pode ser entendida como uma atividade estrutural, já que é governada por normas e convenções e uma atividade cooperativa, pois há a necessidade de pelo menos dois participantes para que seja realizada. O instrumento de que os

⁹ A relação entre implicaturas conversacionais e a convencionalização de implicaturas será melhor explicada na subseção 3.3.2. Quanto à proposta de relação entre a GF de Dik e o processo de GR, essa será melhor desenvolvida na última parte, onde se discutirá como as camadas subjacentes podem sugerir um *cline* de GR.

participantes dispõem para atingir seus objetivos são as expressões lingüísticas, que também são governadas por regras e princípios.

Para o autor, do ponto de vista funcional, a lingüística diz respeito a dois tipos de sistemas de regras, ratificados por convenção social:

- (i) as regras que governam a constituição das expressões lingüísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas);
- (ii) as regras que governam os padrões de interação verbal nos quais essas expressões lingüísticas são usadas (regras pragmáticas).

O sistema de regras em (i) é visto como instrumental em relação às metas e aos propósitos do sistema de regras (ii), pois o requisito básico do paradigma funcional é que as expressões lingüísticas devem ser descritas e explicadas em termos de um quadro geral fornecido pelo sistema pragmático de interação verbal.

Dik (1989, p.8-9) elabora um modelo de interação verbal e explica o papel da expressão lingüística dentro da comunicação:

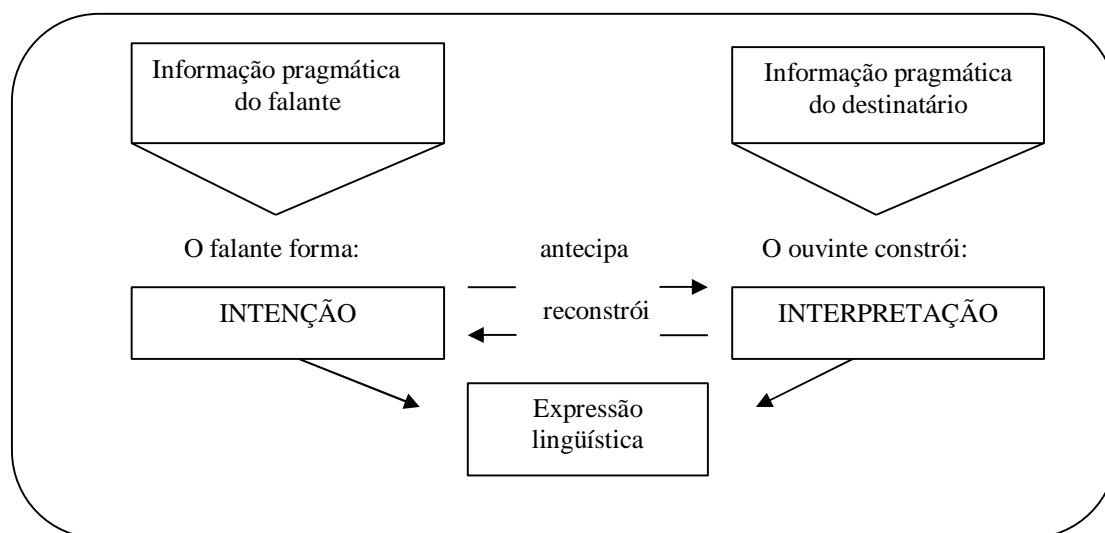


Figura. 1: Modelo de interação verbal

(DIK, 1989, p. 8)

Seguindo esse modelo, pode-se entender que a expressão lingüística produzida pelo falante se faz pela: (i) intenção do falante; (ii) sua informação pragmática e (iii) sua antecipação da interpretação do ouvinte. Por outro lado, o ouvinte, quando recebe a expressão lingüística, leva em consideração: (i) a sua interpretação dessa expressão lingüística; (ii) a sua

informação pragmática e (iii) a sua conjectura sobre a intenção comunicativa do falante.

Em qualquer estágio da interação verbal estará presente a informação pragmática. Além disso, é importante ressaltar que a intenção do falante e a interpretação do ouvinte não são exatamente estabelecidas, mas antes mediadas pela expressão lingüística, no sentido de que, para o ouvinte, a sua interpretação será em parte baseada na expressão lingüística, e em parte na informação que ele já possui. Isso significa que a expressão lingüística não precisa ser uma verbalização plena das intenções do falante, já que o falante tem alguma informação com relação à informação que o ouvinte tem no momento da fala. Em uma interação verbal sempre há o objetivo do falante em modificar a informação pragmática do ouvinte; para isso, o falante sempre tem que ter um plano mental com sua intenção comunicativa: o problema do falante é formular a intenção de modo que o ouvinte possa reconhecê-la e aceitar modificar a informação pragmática que possui. Por isso, o falante tenta antecipar a interpretação que o ouvinte fará de sua expressão lingüística.

A informação pragmática é crucial para a interação verbal por estar presente em todos os estágios. Ela pode ser entendida como um conjunto de conhecimento, crenças, suposições, opiniões e sentimentos. O termo “informação” não está restrito ao conhecimento cognitivo, mas significa qualquer item que possa estar presente no mundo mental de um indivíduo, como as suas pré-concepções e preconceitos. Segundo Dik (1989, p.10), a informação pragmática pode ser dividida em três componentes:

- (i) Informação geral: de longo prazo, informações relacionadas ao mundo real, incluindo características naturais e culturais, além de outros mundos possíveis e imaginários;
- (ii) Informação situacional: informação derivada do que os participantes percebem ou experimentam na situação em que a interação ocorre;
- (iii) Informação contextual: informação derivada das expressões lingüísticas que são trocadas antes ou depois de qualquer ponto dado na interação verbal.

A informação pragmática do falante e do ouvinte é em grande parte comum, ou compartilhada, mas há também uma porção da informação que está relacionada apenas ao falante, ou apenas ao ouvinte. A essa informação não compartilhada, Dik (1989, p.10) dá o nome de ponto “real” da interação verbal.

Como já vimos, a principal função da interação verbal é o desejo, ou tentativa, do falante modificar a informação pragmática do ouvinte. Essa mudança pode ser feita de três

formas: por (i) adição, quando o falante fornece para o ouvinte parte de informação que ele não tinha; por (ii) substituição, quando o falante informa ao ouvinte que parte de sua informação deve ser substituída por outra informação; e por (iii) lembranças, quando o falante faz o ouvinte lembrar-se de uma parte de informação que o ouvinte tinha antes, mas não se lembrava no momento da interação.

A partir dessas considerações sobre a informação pragmática, Dik (1989a) formula uma teoria chamada de “conhecimento mútuo”, no sentido de que, na interação, a informação pragmática do falante inclui uma teoria sobre a informação pragmática do ouvinte, e vice-versa. Assim, o falante pode antecipar a interpretação do ouvinte e esse, por sua vez, pode reconstituir a intenção comunicativa do falante. Essa relação pode ser vista na figura abaixo:

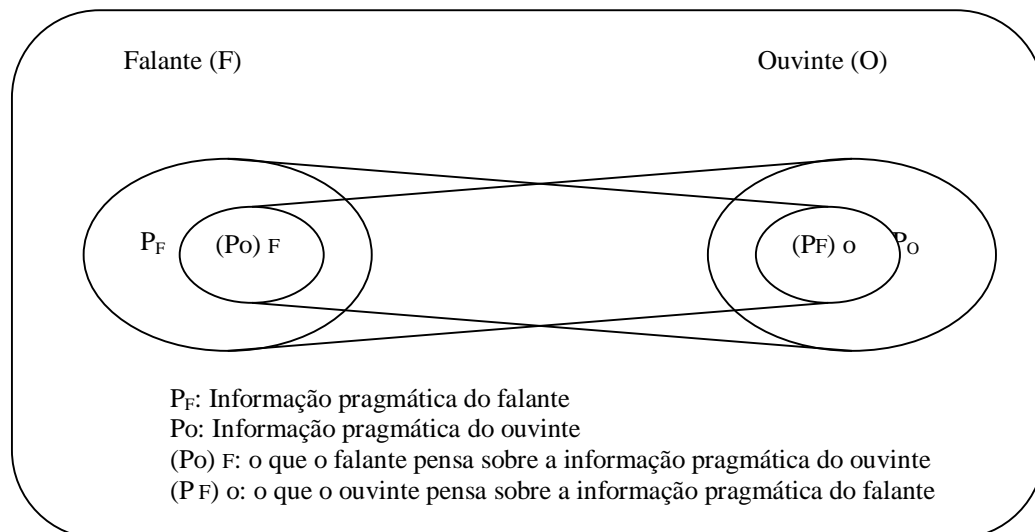


Figura. 2: Conhecimento mútuo entre falante e ouvinte

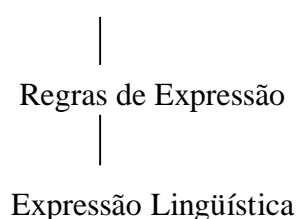
(DIK, 1989; p.11)

Como mostra a figura, falante e ouvinte possuem a informação pragmática um do outro. Por isso, pode-se supor o que é compartilhado ou não. Nesse sentido, o falante sempre começa com a informação compartilhada para, depois, adicionar, substituir ou lembrar a informação que não é compartilhada.

2.1.2 Estrutura da oração

Diferentemente das teorias estruturalistas, que privilegiam a sintaxe em detrimento do componente semântico, uma gramática funcional, como a de Dik, privilegia a motivação semântico-pragmática da oração. Para justificar as propriedades formais e semânticas da oração, Dik (1989) assume que a descrição da oração deve ser feita em termos de uma estrutura subjacente da oração, que será representada, na expressão lingüística, por meio de um sistema de regras de expressão que determinam a forma, a ordem e o padrão de entonação dos constituintes da estrutura da oração subjacente, como representado abaixo:

(1) Estrutura Subjacente da Oração



(DIK, 1989, p. 49)

No entanto, a estrutura subjacente da oração é uma estrutura complexa que apresenta uma hierarquização em camadas de organização semântica e formal. Como mostra a figura (3):

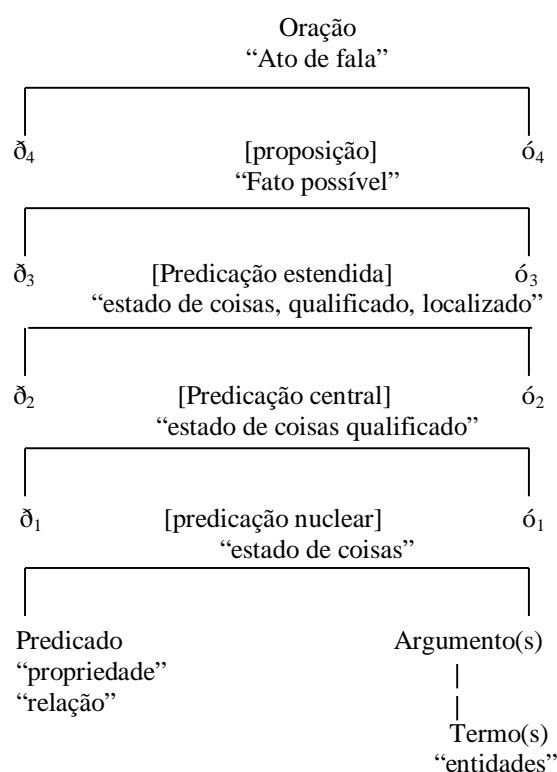


Figura. 3: Estrutura em camadas

(DIK, 1989, p.50)

No sentido *bottom-up*, a construção subjacente primeiro requer um predicado ao qual pode ser aplicado um número apropriado de termos que funcionam como argumento para o predicado. Predicados designam propriedades ou relações, enquanto termos podem ser usados para referir entidades. Quando um predicado é aplicado a uma série de termos apropriados, o resultado é a predicação nuclear. Por exemplo, o predicado com o verbo *escrever* designa uma relação de dois lugares, portanto, requer dois termos, como (João) e (uma carta). Isso pode ser representado da seguinte forma:

(2) Escrever (João) (uma carta)

Tal predicação nuclear pode ser interpretada como designando uma série de estados de coisas (EsCo), em que o EsCo pode ser algo existente no mundo real ou algo criado no mundo mental dos interlocutores, portanto, ele pode ser localizado no espaço e no tempo e ser avaliado em termos de sua realidade.

Nas camadas acima da predicação nuclear, a estrutura da oração é construída por operadores gramaticais específicos “ δ ” e satélites lexicais “ \acute{o} ” apropriados a uma dada camada. Operadores referem-se às distinções que são gramaticalmente expressas na língua, satélites são modificações que são expressas lexicalmente.

Na primeira camada, o EsCo nuclear é qualificado por operadores δ_1 e satélites \acute{o}_1 que especificam o tipo de EsCo designado. O resultado é a predicação central que pode ser representada como:

(3) Prog¹⁰ [escrever (João) (uma carta)] (cuidadosamente)
‘João (estar) escrevendo uma carta cuidadosamente’

Na camada seguinte, o EsCo expresso na predicação central pode ser localizado no espaço e tempo por operadores δ_2 e satélites \acute{o}_2 . O resultado é a predicação estendida:

(4) [Pres [Prog [escrever (João) (uma carta)] (cuidadosamente)] (na biblioteca)]
‘João está cuidadosamente escrevendo uma carta na biblioteca’

Na próxima camada, o falante pode especificar a atitude que ele tem com relação ao EsCo. Isso pode ser feito por um operador proposicional δ_3 e um satélite proposicional \acute{o}_3 , ambos designando atitude subjetiva ou avaliação modal por parte do falante. O resultado é uma proposição, que designa um fato possível, apresentado pela visão do falante:

¹⁰ Algumas abreviações são feitas na representação das camadas: Prog (Progressivo); Pres (presente); Poss (Possibilidade).

- (5) [Poss [Pres [Prog [escrever (João) (uma carta)] (cuidadosamente)] (na biblioteca)] (até onde eu sei)]
 ‘Até onde eu sei, João pode estar cuidadosamente escrevendo uma carta na biblioteca’

Proposições são coisas que as pessoas podem dizer, acreditar, conhecer, ou ter uma opinião sobre; elas podem demonstrar reações de surpresa ou dúvida; podem negar, rejeitar e lembrar; além disso, as proposições podem ser verdadeiras ou falsas. As proposições são consideradas estruturas de alta-ordem, e podem designar um “conteúdo proposicional” ou um “fato possível”.

Para ser considerada como uma oração completa, falta o estatuto de ato de fala ou a força ilocucionária. Na oração:

- (6) ‘Até onde eu sei, João pode estar cuidadosamente escrevendo uma carta na biblioteca’

ocorre uma sentença declarativa, e não interrogativa ou imperativa. Normalmente, as forças ilocucionárias são aplicadas às proposições, pois as pessoas declaram e questionam conteúdos proposicionais, mais do que EsCos. Na sentença acima, a força ilocucionária é assinalada apenas por um significado gramatical, e nenhum lexical. Por isso, é aplicado o operador ilocucionário δ_4 . O resultado é o seguinte:

- (7) [Decl [Poss [Pres [Prog [escrever (João) (uma carta)] (cuidadosamente)] (na biblioteca)] (até onde eu sei) δ_4]

Para facilitar a especificação dos elementos da estrutura subjacente, são propostas diferentes variáveis que indicam o que está sendo designado pelos elementos na estrutura, mostrando em quais níveis estão. As variáveis podem ser vistas na tabela abaixo:

| ORDEM | ESTRUTURA | TIPO | VARIÁVEL |
|-------|----------------|---------------------|----------|
| 0 | Predicado | Propriedade/Relação | f |
| 1 | Primeira ordem | Entidade espacial | x |
| 2 | Predicação | Estado de Coisa | e |
| 3 | Proposição | Fato possível | X |
| 4 | Oração | Ato de fala | E |

Quadro 1: Tipos de entidades referidas por termos

(DIK, 1997, p. 93)

A estrutura subjacente da oração, considerando as variáveis, terá o seguinte formato:

(8) $[\delta_4 E_i: [\delta_3 X_i: [\delta_2 e_i: [\delta_1 [\text{pred} [T] \text{ args}] \acute{o}_1] \acute{o}_2] \acute{o}_3] \acute{o}_4]$

Em que [T] mostra o tipo de predicado, δ e \acute{o} são os modificadores gramaticais e lexicais, e_i é o tipo de EsCo, X_i o conteúdo proposicional e E_i é a força ilocucionária da oração.

Cada termo da oração, seja argumento ou satélite, desempenhará uma função semântica na oração. A função semântica dependerá do nível em que se encontra o termo. Um predicado pode exigir três¹¹ argumentos; os primeiros argumentos podem ter, principalmente, as seguintes funções semânticas: Agente (Ag), Posicionador (Po), Força (Fo), Processado (Pro), Zero (Ze). Os segundos e terceiros argumentos podem desempenhar as funções semânticas de: Meta (Me), Recipiente (Rec), Locação (Lo), Direção (Dir), Origem (Or), Referência (Ref). Existem outras funções semânticas, mas essas são as mais recorrentes.

Os satélites, dependendo em que camada se encontram, vão estar em um determinado domínio semântico e desempenhar uma determinada função. Como, por exemplo, os satélites de nível 1 podem estar no domínio semântico de ‘participantes adicionais, modo e meios, orientação espacial’ e desempenhar funções semânticas como ‘beneficiário, modo, origem, etc’. Essa distinção entre domínio semântico e função do satélite também ocorre com os satélites dos outros níveis e está resumida nos quadros¹² abaixo:

| Satélite de Predicado | |
|--------------------------|---|
| Domínio Semântico | Função do satélite |
| Participantes adicionais | Beneficiário, companhia, instrumento, causa interna |
| Modos e meios | Modo, velocidade, qualidade |
| Orientação espacial | Origem, via, destino |

Quadro 2: Domínios e funções semânticas do satélite \acute{o}_1

| Satélite de Predicação | |
|---------------------------------|--------------------------------|
| Domínio Semântico | Função do satélite |
| Cenário espacial | Localização |
| Cenário temporal | tempo, frequência, duração |
| Cenário referente a outros EsCo | circunstância, causa, condição |
| Cenário cognitivo | propósito, razão |

Quadro 3: Domínios e funções semânticas do satélite \acute{o}_2

¹¹ Visto que são muito escassos e, ainda, questionáveis, não vamos discutir os casos de predicados com quatro argumentos.

¹² Adaptado de DIK, S.; HENGEVELD, K.; ESTER, E.; VET, C. The hierarchical structure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J.; BOLKSTEIN, A.M.; VET, C. (eds.). *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990, p.25-70.

| Satélite de Proposição | |
|------------------------|-----------------------------|
| Domínio Semântico | Função do satélite |
| Atitude proposicional | Atitude |
| Validade da proposição | fonte, evidência, motivação |

Quadro 4: Domínios e funções semânticas do satélite ó₃

| Satélite Ilocucionários | |
|--------------------------|---|
| Domínio Semântico | Função do satélite |
| Participantes adicionais | Beneficiário (do ato de fala) |
| Modo do ato de fala | Modo (do ato de fala) |
| Cenário comunicativo | Tempo, razão, condição (do ato de fala) |

Quadro 5: Domínios e funções semânticas do satélite ó₄

2.1.3 Termos complexos

Além dos termos que tratamos até agora, que podem ser entendidos como termos simples, pois envolvem apenas uma predicação, há também os termos complexos, que contém uma oração encaixada. Para Dik, os termos de alta-ordem (e, X, E) podem ser formados por nomes simples (cf. 9), mas comumente são referidos por termos complexos que contém uma predicação, proposição ou oração encaixada. Ele considera “encaixado” qualquer tipo de termo complexo que está inserido em um *slot*¹³ da estrutura. Então, podemos ter uma oração encaixada, uma proposição encaixada e uma predicação encaixada, como mostram os exemplos a seguir:

- (9) a. John watched the match. (refere-se a um evento, entidade tipo “e”)
 b. John knew the fact. (refere-se a um conteúdo proposicional, entidade “X”)
 c. John answered the question. (refere-se a um ato de fala, entidade tipo “E”)
- (10) a. John witnessed the changing of the guards.
 (refere-se a um evento, entidade tipo “e”)
 b. John knew that Mary had failed to show up.
 (refere-se a um conteúdo proposicional, entidade tipo “X”)
 c. John considered why Peter had failed to show up.
 (refere-se a um ato de fala, entidade tipo “E”)

(Exemplos de DIK, 1997, p. 94)

¹³ Os *slot* são os lugares na oração, que são preenchidos por termos.

Podemos observar que nos exemplos em (9) ocorrem estruturas simples, pois contém apenas entidades simples, já nos exemplos em (10) ocorrem estruturas complexas, em que há uma oração encaixada no lugar do termo.

Dik (1997, p.94), para os termos complexos, usa a seguinte terminologia e representação:

| TIPO DE TERMO | ESTRUTURA | EXEMPLO |
|---------------------|-------------------|---------|
| Termo predicacional | (e: [predicação]) | (10a) |
| Termo proposicional | (X: [proposição]) | (10b) |
| Termo oracional | (E: [oração]) | (10c) |

Quadro 6: Termos para entidades de alta-ordem

(DIK, 1997, p.94)

As construções encaixadas podem ocupar lugar de argumento (referidas como argumental) e, também, lugar de satélites (referidas como oração adverbial). Se a estrutura complexa estiver encaixada na posição de argumento, significa que ela foi exigida pela predicação, portanto, ela é essencial para a compreensão da oração. Já, se ela estiver na posição de satélite, traz apenas informação adicional, como qualquer satélite simples.

2.1.4 Esquema do modelo da GF

Até o momento, vimos e discutimos tudo o que compõe a estrutura subjacente da oração: a predicação, os argumentos, satélites e operadores, distribuídos em camadas, como mostrou a figura (3). No entanto, como vimos em (1), a estrutura subjacente é apenas um dos constituintes da oração; ela passa por regras de expressão para, então, constituir a expressão lingüística. Nesse sentido, a ordenação dos constituintes da oração pode ter o seguinte modelo:

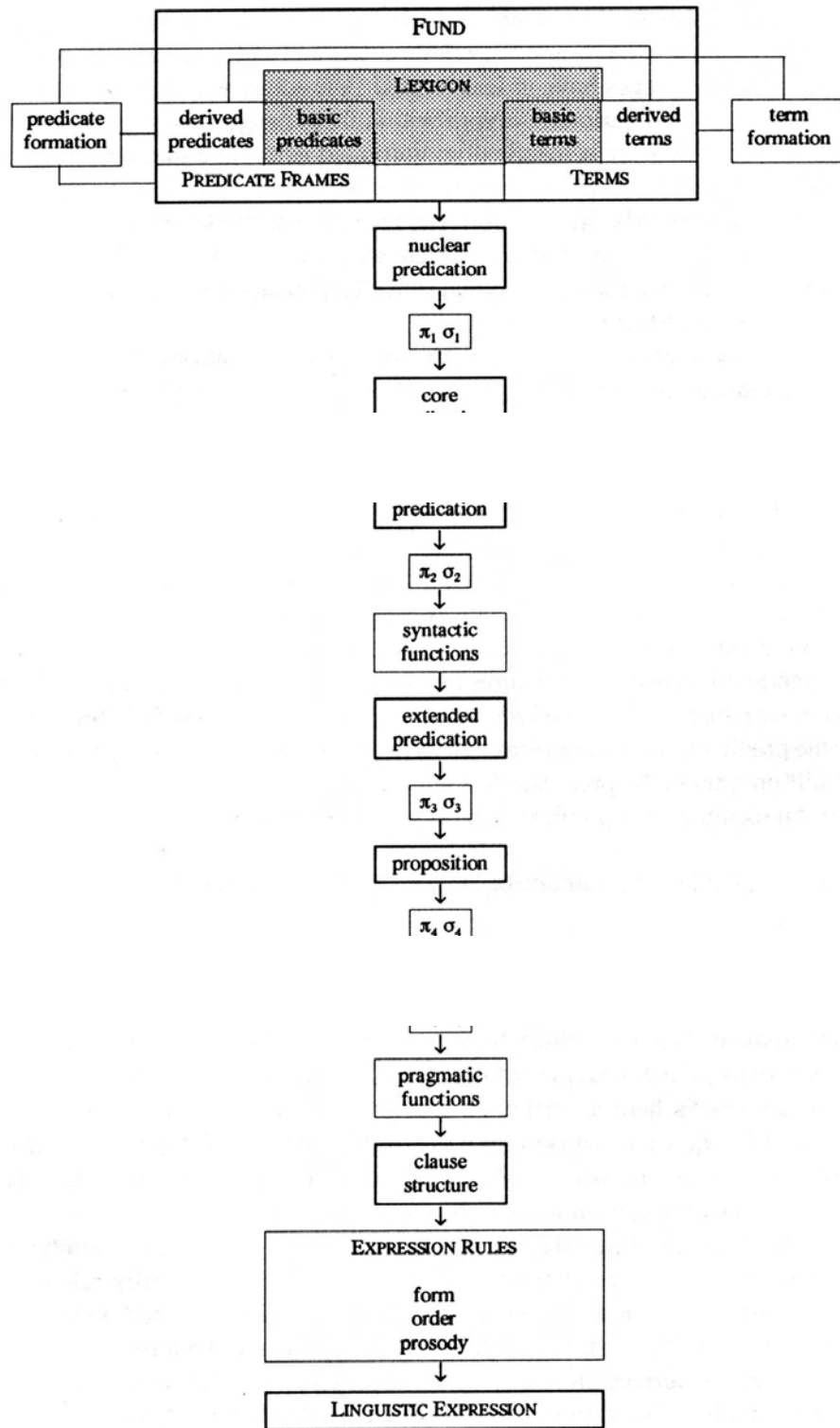


Figura 4: Modelo Global da GF

(Dik, 1989, p.60)

Seguindo esse modelo, observamos que, para formar a primeira predicação (predicação nuclear), precisa-se de termos e predicados que estão no chamado “fundo” da gramática. O fundo da gramática contém o léxico, e esse contém os predicados básicos e os termos básicos que formam as estruturas de predicados e as estruturas de termos.

Todos os itens lexicais da língua podem ser analisados como predicados, que podem ser predicados verbais (V), adjetivais (A) e nominais (N). Todo predicado está dentro de uma estrutura de *frame* chamada de *frame de predicado*. Um *frame de predicado* pode ser representado como:

$$(11) \quad \text{dar [V]} (x_1: \langle \text{anim} \rangle (x_1)_{\text{Ag}} (x_2)_{\text{Me}} (x_3: \langle \text{anim} \rangle (x_3))_{\text{Rec}}$$

A estrutura de *frame de predicado* em (11) possui a forma dar, do tipo predicado verbal [V] com valência ou estrutura de argumento com três posições (x_1 , x_2 , x_3), que carregam as funções semânticas de Agente (Ag), Meta (Me) e Recipiente (Rec). O primeiro e o terceiro argumento são restringidos por $\langle \text{animado} \rangle$.

Ainda no fundo da gramática há a estrutura de termos, em que termos são considerados expressões lingüísticas usadas para referir entidades em algum mundo. Também são usados para expressar entidades de alta-ordem como EsCo, fatos possíveis e atos de fala, como já vimos antes. A estrutura dos termos (primeira-ordem) pode ser representada como:

$$(12) \quad (\text{ù } x_i: \text{ö}_i(x_i): \text{ö}_2(x_i): \dots : \text{ö}_n(x_i))$$

em que ù simboliza um ou mais operadores de termos, x_i simboliza o referente intensional, e cada $\text{ö}_i(x_i)$ é uma “predicação aberta em x_i ”, em que as estruturas de termos são ocupadas por x_i .

O fundo contém um estoque ilimitado de *frames* de predicado e estrutura de termos para a predicação nuclear. A predicação nuclear surge quando estruturas apropriadas de termos são inseridas nos *slots* de argumentos do *frame* da predicação.

Como vimos, quando a predicação nuclear é especificada por operadores e satélites de nível 1, temos a predicação central (predicação central = ö_1 [predicação nuclear] ó_1), que contém a variável de EsCo (e_i). Por sua vez, a predicação central, pode ser especificada por operadores e satélites de nível 2, resultando na predicação estendida (predicação estendida = ö_2 e_i : [predicação central] ó_2). A predicação estendida pode formar a proposição pelo acréscimo de operadores e satélites de nível 3 (proposição = ö_3 X_i : [predicação estendida] ó_3).

A proposição, quando especificada por operadores e satélites de nível 4, conhecidos também como *ilocucionários*, forma um esquema de oração que designa atos de fala expressos pela expressão lingüística (oração = $\delta_4 E_i$: [proposição] δ_4).

Tendo alcançado os níveis mais altos da oração, Dik (1989) nomeia a função pragmática dos vários constituintes da oração. Como sabemos, a “função pragmática especifica o valor de diferentes partes da oração, em relação à estimativa do falante da informação pragmática do ouvinte” (DIK, 1989, p.68). A função pragmática é especificada pelos parâmetros de topicalidade e focalidade. O tópico diz respeito às entidades sobre as quais as informações são oferecidas ou requeridas no discurso; o foco caracteriza as partes de informações mais importantes ou salientes, dada a estimativa do falante em relação à informação pragmática do ouvinte.

A estrutura da oração deve ser capaz de mostrar as relações entre todos os elementos, principalmente, a interpretação semântica e pragmática da oração; assim como mostrar uma estrutura formal da oração. Nessa busca, podemos observar que a estrutura subjacente é o *input* para que as regras de expressão operem. As principais características das regras de expressões são: a forma do constituinte, a ordem em que eles são expressos e o seu contorno prosódico. Por fim, temos a expressão lingüística, que é o resultado de todos esses processos.

De um modo sintético, tentamos mostrar a proposta do modelo de Gramática Funcional de Dik. As relações entre esse modelo e o processo de GR serão feitas na última parte desse trabalho.

2.2 A gramaticalização

O que tem sido chamado de GR é algo um pouco diferente do que tratamos na parte 2.1. Pois não podemos dizer que a GR seja uma corrente ou teoria lingüística, nos termos da corrente gerativa, estruturalista, variacionista, funcionalista, etc. Por isso, para se referir à GR, a literatura utiliza o termo processo, que mostra o percurso de mudança de um item/construção. Sendo de caráter processual, a GR deve ser entendida de maneira gradual, numa escala unidirecional e com um aumento contínuo de gramaticalidade. No entanto, há

algumas críticas¹⁴ quanto ao estatuto teórico da GR e mesmo quanto ao termo “processo” utilizado na literatura.

A principal crítica é quanto à GR ser tratada como uma teoria, pois, segundo Newmeyer (2001) uma “teoria distinta” pressupõe um “processo distinto”, nesse sentido, “o processo é um fenômeno de um *tipo particular*, ou seja, fenômeno guiado por um conjunto de princípios que *regem o fenômeno sozinho*” (NEWMEYER, 2001, p. 189, grifo do autor). O que, segundo esse autor, não ocorre com a GR. Os mecanismos e princípios observados na GR - como a unidirecionalidade, mudança semântica (*bleaching*), erosão fonética, reanálise, analogia, extensões metafóricas e metonímicas, frequência de uso - não podem ser considerados princípios próprios da GR, pois qualquer um desses componentes, independentemente, podem estar presentes em quaisquer outros tipos de mudanças. Por isso, se observados separadamente, esses mecanismos não são suficientes para diagnosticar a GR; portanto, a GR não pode ser considerada um “processo distinto” com princípios próprios. Newmeyer (2001) a define como um “epifenômeno” que é a união do conjunto de três mudanças históricas: (i) reanálise com o rebaixamento do estatuto categorial; (ii) mudanças semânticas e (iii) redução fonética. O termo “gramaticalização” é apenas uma convenção de uso que mostra o resultado de quando esses três tipos de mudanças coincidem.

De modo geral, as críticas sobre a GR dizem respeito a considerá-la como portadora do estatuto de “teoria” e considerar a unidirecionalidade como um princípio¹⁵. No entanto, nos artigos de Newmeyer (2001) e de Campbell e Janda (2001) não há um esclarecimento do que, de fato, é uma “teoria” ou um “processo”. Mesmo se não considerarmos a GR como uma teoria, não se pode negar o seu caráter processual, pois é exatamente ele que evidencia o dinamismo da língua, a evolução das formas, a mudança contínua de estatuto gramatical.

Castilho (2003b) não concorda com o posicionamento desses pesquisadores que atribuem à GR apenas a qualidade de um epifenômeno. Segundo ele, o que levou Campel e Janda (2001) e, podemos também somar Newmeyer (2001), a negar um estatuto próprio à GR foi porque “da pena dos gramaticalizadores não escorreu nenhuma teoria explícita sobre a língua, ficando os leitores obrigados a inferir em que teoria ou em que teorias eles se fundamentam” (CASTILHO, 2003b). Para Castilho (2003b) a GR deve ser estudada dentro de uma teoria:

¹⁴ A revista *Language Science* (2001), v. 23 reúne vários artigos de diferentes autores que criticam a GR. A principal crítica é quanto ao estatuto teórico que vem sendo atribuído à GR.

¹⁵ Trataremos sobre a unidirecionalidade e suas críticas na subseção 3.6.5.

A gramaticalização é um processo de criação lingüística, o que demandará uma teoria dinâmica sobre a língua. Mais que isso, a gramaticalização é um dentre outros processos de criação lingüística, o que demandará a postulação de uma teoria multissistêmica da língua para a identificação dos demais processos.

Para Castilho, a língua é dinâmica e possui um conjunto de três módulos: o semântico, o gramatical e o discursivo interligados pelo léxico. Portanto, a GR é apenas um dos processos constitutivos da língua, sendo a ‘semantização’ e a ‘discursivização’ os outros. Esses processos, portanto, estão relacionados aos módulos da língua, respectivamente ao módulo da gramática, da semântica e do discurso. Por isso, a GR deveria, segundo Castilho (2003b), ser considerada dentro de uma teoria multissistêmica da língua.

Tentando esclarecer essa questão de estatuto teórico, concordamos com Gonçalves (2003, p.28) para quem a GR pode ser entendida, de um modo mais neutro, como um “subconjunto de mudanças/alterações trans e interlingüísticas recorrentes, que envolvem correlações entre propriedades semânticas, gramaticais, discursivas e, algumas vezes também, fonológicas”.

Nessa seção, vamos apenas nos centrar em alguns dos principais pesquisadores da GR; os princípios, parâmetros e mecanismos que norteiam o processo de GR serão tratados na próxima seção. Por isso, inicialmente, tentaremos traçar um caminho cronológico entre esses pesquisadores. No entanto, nas décadas de oitenta e noventa, pela grande quantidade de trabalhos, procuraremos ordená-los por semelhanças teóricas. Dessa forma, acreditamos que será possível ver o desenvolvimento da GR na história da lingüística.

2.2.1 Gramaticalização: percurso teórico

Meillet é considerado o pai da GR por ter cunhado o termo e ter proposto as primeiras considerações a respeito desse processo. Suas idéias estão no capítulo “L’Évolution des Formes Grammaticales” de seu livro *Linguistique historique et linguistique générale* (1912). Nesse capítulo, Meillet (1965 [1912]) mostra que as formas gramaticais podem ser constituídas a partir de dois processos: (i) pelo processo de analogia, que consiste em criar uma forma sobre o modelo de outra já existente; por exemplo, quando as crianças estão aprendendo a falar e fazem a conjugação dos verbos irregulares como a dos verbos regulares; ou ainda, por exemplo, em francês *nous finissons, vous finissez, ils finissent; nous rendons,*

vous rendez, ils rendent; nous disons, ils disent, e a criança é conduzida a falar por analogia *vous disez* sem nunca ter ouvido essa forma; (ii) pelo processo que ele chamou de gramaticalização, que consiste na passagem de uma palavra autônoma ao papel de elemento gramatical; por exemplo, *suis* (sou) do francês é uma palavra principal na oração *je suis celui qui suis* (eu sou o que sou), e tem uma certa autonomia como verbo locativo na oração *je suis chez moi* (eu estou em casa), mas ele é um elemento acessório na oração *je suis malade* (eu estou doente), *je suis maudit* (eu sou amaldiçoado), funcionando como verbo de ligação, e é totalmente gramatical na oração *je suis parti* (eu parti), *je suis allé* (eu fui), *je me suis promené* (eu dei), em que funciona como auxiliar.

Apesar dos dois processos serem considerados como os únicos meios de constituir novas formas gramaticais, antes de Meillet, apenas a analogia foi levada em consideração, principalmente, nos estudos dos neogramáticos. Os neogramáticos propunham estudar o desenvolvimento das formas, daí a constante exploração das inovações analógicas. Concluíram que, já que se tem um sistema que se transforma pouco a pouco, a analogia deveria ser o grande agente que modifica os detalhes ou mesmo a estrutura do sistema. Em 1870, data que podemos considerar o início do movimento neogramático, duas idéias dominaram o campo do estudo da língua: as “leis fonéticas” e a “inovação analógica”. A grosso modo, o que não poderia ser explicado dentro das leis fonéticas era considerado uma inovação analógica.

Durante esse tempo, o outro processo de inovação, a progressiva atribuição de caráter gramatical a palavras autônomas, não foi muito estudado, mas, para Meillet, esse processo é o mais importante, pois cria novas formas e muda o sistema como um todo:

Tandis que l’analogie peut renouveler le détail des formes, mas laisse le plus souvent intact le plan d’ensemble du système existant, la ‘grammaticalisation’ de certains mots crée des formes neuves, introduit des catégories qui n’avaient pas d’expression linguistique, transforme l’ensemble du système. (MEILLET, 1965, p.133)

Apesar dessa distinção, é importante enfatizar que os dois tipos de inovação são o resultado do uso que é feito da língua.

Meillet mostra a mudança de palavras principais em palavras acessórias e gramaticais para explicar a gramaticalização. Ele entende por “palavras principais” as que indicam as idéias essenciais da oração (nomes, verbos, adjetivos); e “palavras acessórias”, ou gramaticais, determinam e especificam o valor das principais e regulam a gramática da língua (preposições, conjunções e auxiliares). Por exemplo, na oração “*laissez venir à moi les petits*

enfants’ (deixe vir a mim as criancinhas) a palavra *laissez* não está sendo usada em seu sentido próprio como em *laissez cela* (deixar disso), mas em um sentido de auxiliar agrupada com a palavra *venir*. Esse processo é o resultado de dois tipos de alteração, uma relacionada ao sentido e a outra à pronúncia. Com relação ao sentido, pode-se dizer que, na procura de expressividade, as palavras *laissez* e *venir* foram usadas juntas, mas cada uma com o seu sentido próprio. No entanto, cada vez que um elemento lingüístico é usado, seu valor expressivo diminui. Com a maior freqüência do uso de *laissez* e *venir* juntas, elas perdem em expressividade a ponto de os sentidos das duas serem compreendidos como um único sentido. Como ocorre com a expressão *pied de lampe* (pé da luminária) em que não se pensa em *pied* nem em *lampe*, mas no objeto; como ‘pé da mesa’ em português, por exemplo. Com relação à pronúncia, as palavras agrupadas tendem a sofrer abreviação, portanto, uma redução fonética.

Além da mudança de palavras principais em acessórias, Meillet mostra que, quando o enfraquecimento do sentido e da forma das palavras acessórias está muito avançado, a palavra acessória pode terminar como um elemento privado de seu sentido próprio, ao se juntar a uma palavra principal para marcar o papel gramatical.

Com essas explicações de Meillet, podemos fazer uma síntese de como era considerada a GR nesse momento: (i) a motivação da mudança estava na busca da expressividade e em sua perda. Na tentativa de ser expressivo, o falante ousava fazer combinações, ou usos novos com palavras já existentes; quando essas caíam no uso freqüente perdiam a expressividade, e a busca recomeçava; (ii) unidirecionalidade: apesar desse termo não ter sido sugerido por Meillet, pode-se dizer que a mudança, para esse autor, caminha do léxico para a gramática, ou seja, a progressiva atribuição de característica gramatical a uma palavra autônoma, e não o inverso; (iii) esse é considerado um processo de mudança lingüística, visto como algo lento e gradual, que necessita de um período de tempo para ser concluído; mas Meillet, não explicitamente, mostra que esse processo também é passível de ser visto sincronicamente, pois a mesma palavra pode coexistir como principal e gramatical dependendo da sua função na oração, como ele mostra com o exemplo de *suis* do francês; (iv) perda: segundo a explicação de Meillet, a atribuição de características gramaticais acarreta sempre uma perda no sentido e na massa fônica da palavra.

Portanto, para esse autor, o processo de GR é uma constante busca da expressividade, resultando na renovação lingüística. O seu desenvolvimento é em espiral, pois as línguas usam palavras principais como acessórias para obterem uma maior expressividade, essas palavras se desgastam e tornam-se puramente ferramentas gramaticais. Depois, novamente

acrescentam novas palavras para maior expressividade, e, essas, novamente, se desgastam e assim por diante.

Depois de Meillet, o campo da Lingüística foi dominado pelo estruturalismo saussureano, em que se deu prevalência para o aspecto sincrônico da língua, entendida como um sistema regido por relações arbitrárias. Portanto, variações lingüísticas e mudanças foram deixadas em um segundo plano. Os estudos mais significativos em GR, durante esse tempo, foram de Kurylowicz (1964, 1965) e Calvert Watkins (1964). Émile Benveniste escreve “Mutations of linguistic categories”, em 1968; esse artigo retomava muito do que Meillet havia dito em 1912, dessa forma Benveniste influenciou o recomeço dos estudos da origem das categorias gramaticais. Na década de setenta, também houve um crescente interesse na pragmática e tipologia, focalizando a atenção na mudança das línguas. Mas, talvez, apenas com Givón e o seu slogan “Today’s morphology is yesterday’s syntax” (1971 apud HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 25) que os estudos sobre a GR voltaram a ser realizados freqüentemente.

Givón encontra-se em uma época em que os interesses pelos componentes lingüísticos (discurso, gramática, semântica) estavam sendo muito discutidos. Nessa época, uma parte dos estudiosos da lingüística acreditava em uma “sintaxe independente”, em que a sintaxe não tem relação com o discurso, como, por exemplo, os gerativistas; ou, em uma direção oposta, entendiam que o discurso não tem uma relação com a sintaxe, como sugere o livro *Discourse with-out syntax* de García (1977), segundo a qual “a sintaxe por si não existe como um todo, e que a língua humana pode ser descrita exhaustivamente por referência a *princípios comunicativos* os quais sobejais a estrutura do discurso” (GARCIA, 1977 apud GIVÓN, 1979, p.207).

Tentando não ser tão radical com relação à interação entre sintaxe e discurso, Givón (1979, p.208)¹⁶ afirma que (a) há muitos fatos que pressupõem a existência de um nível estrutural chamado sintaxe, mas (b) para explicar propriedades formais do nível estrutural, faz-se necessário um número de parâmetros explicativos da língua. Por isso, ele prefere entender a sintaxe como sendo algo dependente, motivada funcionalmente por propriedades que refletem os parâmetros que motivam seu surgimento.

¹⁶ Van Valin (1990 apud NEVES, 1997) caracteriza como funcionalismo extremado esse livro de Givón. No entanto, observamos que nesse livro o próprio Givón não se considera extremado, pois não nega a existência de uma sintaxe e opõe o seu trabalho ao de García, a qual ele considera extremada. Como vimos, para Givón existe uma sintaxe que tem sua origem no discurso. A sintaticização é o processo que mostra isso. Portanto, entendemos que Givón, com relação a esse livro, não é um funcionalista extremado.

Dentro desse ambiente de cogitações, podemos perceber que Givón (1979) entende a GR diretamente relacionada ao discurso. Para ele, a GR é o processo pelo qual estruturas ‘pragmáticas’ do discurso se desenvolvem, pelo tempo, por sintaticização, em estruturas sintáticas mais gramaticalizadas. Para esse autor, a mudança por GR ocorre em ciclos em que o início da mudança é instigado por necessidades comunicativas e os últimos estágios são motivados por desgaste fonológico. Nesse sentido, as línguas humanas mostram uma crescente sintaticização, que pode ser representada unidirecionalmente por:

(13) Discurso → Sintaxe → Morfologia → Morfofonêmica → Zero

A maior contribuição de Givón para os estudos em GR foi inserir o componente discursivo que, até então, era desconsiderado, visto que para Meillet a mudança ocorria do léxico para a gramática. Para Givón, qualquer elemento do discurso, que é mais pragmático, com estruturas mais frouxas, torna-se mais gramaticalizado, entrando no componente sintático da língua, onde as estruturas são mais “amarradas”. Nesse sentido, no processo de GR ocorre a mudança do que ele chamou de modo pragmático para o modo sintático. Segundo Givón (1979, p. 223), há vários parâmetros funcionais que evidenciam o uso desses dois modos comunicativos:

| (14) | <u>Modo Pragmático</u> | <u>Modo Sintático</u> |
|------|--|--|
| a. | Estrutura tópico-comentário | Estrutura sujeito-predicado |
| b. | Conjunção livre | Subordinação amarrada |
| c. | Vários contornos entonacionais | Um único contorno entonacional |
| d. | Ordem de palavra governada por um princípio pragmático | Ordem de palavra usada para sinalizar a função do caso semântico |
| e. | Verbos semanticamente simples | Verbos semanticamente complexos |
| f. | Não é usada a morfologia gramatical | Elaborado uso da morfologia gramatical |

Givón (1979) traz alguns exemplos da linguagem humana que mostram como esses parâmetros funcionais mudam do modo pragmático para o sintático. É o caso das línguas pidgins *vs.* crioulas, da linguagem da criança *vs.* adulta, e dos registros informal *vs.* formal. As línguas pidgins, a linguagem das crianças e o registro informal estariam mais próximos do modo pragmático, pois (i) não têm uma ordem consistente de palavras; (ii) apresentam pouco uso de morfologia gramatical; (iii) a estrutura tópico-comentário é mais evidente do que a de sujeito-predicado; (iv) não há subordinação e as orações são separadas por pausas. Por outro lado, nas línguas crioulas, na linguagem adulta e no registro formal o modo sintático é mais

evidente, com (i) ordem de palavras mais rígida; (ii) abundante morfologia gramatical; (iii) subordinação. Para Givón a criação de uma língua crioula a partir do pidgin, e a evolução da linguagem da criança para a adulta são exemplos de sintaticizações.

Como vimos, Givón contribuiu para a retomada dos estudos em GR e para a visão da GR como um processo de mudança do discurso para a sintaxe. No entanto, como sugere Loghin (2003, P.16), há um “mistério” em relação à passagem do discurso para a sintaxe, pois a pragmática, para Givón, “se assemelha a uma macrosintaxe, visto que é freqüentemente descrita por meio de categorias gramaticais”.

Uma tentativa de explicar o fenômeno de sintaticização está em Lehmann (1995 [1982]). Esse autor define GR nos termos de Kurylowicz, em que a GR é interpretada como um processo em que, não apenas um item lexical passa a gramatical, como foi sugerido por Meillet, mas em que também pode ocorrer de um item menos gramatical mudar para um estatuto mais gramatical. Essa definição faz jus ao termo ‘gramaticalização’, que, segundo Lehmann (1995), significa que alguma coisa torna-se gramatical ou é feita gramatical. Nesse sentido de aumento de substância gramatical, a GR propriamente dita deve ser entendida como uma mudança de estado gradual; portanto, ela constitui um processo “em aberto”. Mas a preocupação de Lehmann (1995 [1982]) é saber onde a GR começa, e onde ela termina.

Para tentar responder essa questão, baseando-se no *cline* de mudança de Givón, ele sugere algumas fases da mudança:

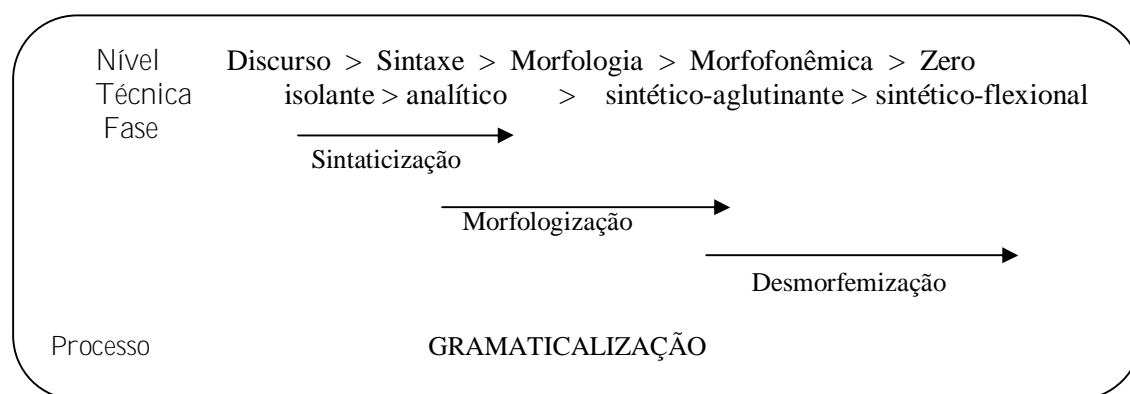


Figura 5: Fases da gramaticalização
(LEHMANN, 1995[1982], p.13)

Lehmann utiliza os mesmos níveis de mudança propostos por Givón, mas, enquanto para esse a sintaticização era definida como sinônimo de GR, Lehmann mostra que a sintaticização é apenas uma das fases da GR, havendo também a morfologização e desmorfemização para que o processo de GR esteja completo. A sintaticização trata de

palavras lexicais que tinham colocação livre no discurso e são convertidas em uma construção sintática; essa definição é a mesma dada por Givón (1979). A morfologização, que é o mesmo que aglutinação, reduz construções analíticas em sintéticas; o formato gramatical torna-se um afixo aglutinado. A desmorfemização diz respeito, não apenas a uma aglutinação, mas ocorre um processo em que a forma é mais “amarrada” à estrutura, torna-se uma flexão, uma parte da palavra.

Assim como Lehmann, Heine et al. (1991a) também define GR nos termos de Kurylowicz. No entanto, a principal contribuição desse autor para o estudo de GR está em seu trabalho *Grammaticalization and reanalysis in African Languages* (1984), feito em parceria com Reh. Esse trabalho é de grande importância pelo seu caráter tipológico, pois esses autores investigaram um grande número de línguas africanas, podendo assim postular alguns princípios gerais do processo. Além do que, enquanto outros pesquisadores, como Givón, questionavam o começo e o fim da GR, Heine e Reh preocupavam-se com os mecanismos internos do processo, mostrando que o processo de GR afeta todos os níveis da estrutura da língua, que eles distinguem entre funcional, morfossintático e fonético (HEINE et al., 1991a, p. 15).

Tendo em mãos várias línguas, Heine e Reh (1984) puderam observar que, de modo geral, mesmo sendo línguas diferentes, o processo de mudança apresentava semelhanças. Eles perceberam, por exemplo, que quanto mais uma forma está gramaticalizada, mais ela:

a) Perde em complexidade semântica, significação funcional, e/ou valor expressivo.

Um exemplo sugerido por Hopper (1996) é quando um verbo pleno torna-se um auxiliar perdendo sua riqueza semântica. No português, isso ocorreu com o verbo *estar* que, quando pleno, significava ‘ficar de pé’ e hoje funciona como auxiliar de perífrases com gerúndio, não tendo um significado próprio (MATTOS e SILVA, 1994).

b) Perde em significação pragmática e ganha em significação sintática.

Como vimos, Givón (1979) já tinha sugerido essa trajetória e Lehmann (1995) reafirmado. Hopper (1996) exemplifica com a frase do Inglês ‘*the fact that*’ que requer que a oração seguinte seja considerada verdadeira pelo falante, como ‘*Bill was astonished at the fact that his wallet was still lying on the sidewalk*’. Mas, em algumas variedades do inglês, a frase ‘*the fact that*’ gramaticalizou-se como um complementizador, e os falantes fazem orações

como *'My opponent has charged me with the fact that I used illegal campaign funds'*, em que *'the fact that'* tem apenas significado sintático.

c) *Tem reduzido o número de membros que pertencem ao mesmo paradigma morfossintático.*

No francês, a negação é feita pela partícula *ne* posicionada antes do verbo. Essa negação começou a receber um reforço de algumas palavras como *pas, mie, gote*, que eram pospostas aos verbos. Esse reforço, pode ser entendido, por exemplo, como 'não ando um passo', 'não como uma migalha', 'não bebo uma gota'. Atualmente, esse paradigma estreitou-se a tal ponto que apenas a palavra *pas* é usada como reforço com qualquer verbo (HOPPER, 1996).

d) *Tem sua variabilidade sintática reduzida, ou seja, sua posição dentro da oração torna-se mais fixa.*

Um dos pré-requisitos da GR é fixar uma ordem habitual: quanto mais gramaticalizado o elemento, a ordem, de preferência, não terá muita variação. Por exemplo, o verbo *estar* como auxiliar sempre ocorre antes do verbo principal.

e) *Tem o seu uso obrigatório em alguns contextos e agramatical em outros.*

Voltando ao exemplo da negação em francês, a partícula *pas*, quando começou a ser usada como reforço, tinha um uso opcional. Com a crescente gramaticalização, *pas* passa a fazer parte da estrutura de negação do francês, tornando o seu uso obrigatório (HOPPER, 1996). Atualmente, na língua falada há uma tendência a eliminar o *ne*, do par *ne ... pas*, ficando apenas *pas* como marca de negação.

f) *Funde-se mais semanticamente, morfossintaticamente, e foneticamente com outras unidades.*

Um exemplo comum dessa fusão ocorre com a estrutura verbal do inglês *going to*, que era uma estrutura previamente separada, como na oração *'I am going to buy a pig'*, e com sua gramaticalização funde-se em uma estrutura como *'I'm gonna buy a pig'*, e, segundo Hopper (1996), chega a ocorrer estruturas como *'I ma buy a pig'* (HOPPER, 1996).

g) *Perde substância fonética.*

Um exemplo do português, que pode retratar como a GR leva à perda de material fonético, é a GR da conjunção concessiva ‘embora’, que se originou da expressão de bom augúrio ‘em boa hora’ (GUIMARÃES, 1987).

Posteriormente, Heine e colaboradores publicam um livro em 1991 que está baseado no princípio de que a “gramaticalização é iniciada por forças que estão localizadas fora da estrutura da língua” (HEINE et al., 1991a, p.23-4). Por isso, eles mostram uma maior preocupação com o nível cognitivo, que é intermediário entre a língua e o mundo externo. Tratam, portanto, dos processos cognitivos da mudança, formulando o conhecido *continuum* da mudança da metáfora categorial de base conceitual:

(15) PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Assim, tentam mostrar como organizamos o mundo físico dentro da língua; por exemplo, como a noção espacial que temos do mundo é representada na língua. E como conceitos menos abstratos, menos gramaticais, portanto, tornam-se mais gramaticais; por exemplo, palavras que se referiam ao espaço passam a designar tempo. Essa questão da mudança será mais aprofundada na próxima seção.

Um outro linguísta, que também faz grandes contribuições para os estudos da GR, é Paul Hopper (1987), para o qual a GR está diretamente relacionada com a sua definição de gramática. Para ele a idéia de ‘gramática’ no sentido de regras, restrições e categorias da língua supõe que ela seja algo à parte do falante e separado dos usos que ele faz da língua, pois restringe as possíveis ordens em que as palavras podem ocorrer na sentença. Adotando postura contrária, o autor acredita que a gramática deve ser vista como um fenômeno social, num tempo real, e suas estruturas estão sempre em processo, mas nunca chegam ao fim. Portanto, a gramática está sempre emergindo, nunca é acabada. É nesse sentido que ele diz que não existe gramática, mas apenas GR, que é “a transformação de itens lexicais e sintagmas em formas gramaticais” (HOPPER, 1996, p.217).

Para Hopper (1987) a noção de Gramática Emergente, ou GR, está relacionada ao discurso, pois a estrutura e a regularidade emergem do discurso e são moldadas pelo discurso, tanto quanto o discurso é moldado por elas num processo contínuo. No entanto, a gramática não deve ser entendida como um pré-requisito para o discurso, nem que suas formas são moldes fixos, mas antes são negociáveis na interação face-a-face, de modo que refletem as experiências individuais dos falantes e sua avaliação da situação comunicativa.

‘Emergência’ não deve ser entendida como algo relacionado à origem, ou genealogia. O sentido que Hopper (1987) quer atribuir a esse termo é de algo ininterrupto, um adiamento da estrutura, uma visão da estrutura como provisória, sempre negociável. O sentido de Gramática Emergente de Hopper, realmente, está muito próximo do que é entendido por GR pelos autores que vimos até agora. Essa idéia de estruturas que emergem, que nunca estão acabadas, condiz com a idéia de Meillet (1965) de que o desenvolvimento da GR se dá em ‘espiral’, portanto sem fim, sem cortes; ou a idéia de Lehmann (1995) que afirma que a GR é um ‘processo em aberto’.

Entendendo a gramática como estruturas emergentes, Hopper (1987) propõe alguns princípios que diferem do que seja uma gramática tradicional:

- (i) As regularidades no discurso são de tipos muitos diferentes, e são, na medida em que há movimento contínuo entre um tipo e outro, de natureza dinâmica. Por isso, não se pode delinear nenhuma ligação sintática entre as regularidades emergentes designadas como ‘gramaticais’ e outras consideradas ‘retóricas’, formulaicas, etc;
- (ii) Porque a gramática é sempre emergente, mas nunca presente, poderia se dizer que ela não existe como tal, mas está sempre sendo construída. Em outras palavras, não há ‘gramática’, apenas ‘gramaticalização’;
- (iii) O principal projeto descritivo da Gramática Emergente é identificar estratégias recorrentes para construir estratégias discursivas que têm generalidade intra-lingüística ou inter-lingüística (ou ambos) e que se movem em direção à gramaticalização ao longo de linhas paralelas.

2.2.2 Gramaticalização como mudança semântica

Diferentemente do que vimos até agora, as pesquisadoras Traugott e Sweetser privilegiam os componentes semântico-pragmáticos da mudança. Além disso, abandonam a tese de “perda” do significado que vinha sendo cultuada desde Meillet, e que também podemos perceber nos trabalhos de Heine e Reh (1984), e de Lehmann (1995). Por outro lado, elas se preocupam com o que é adicionado no processo de mudança. Por motivo de organização, discutiremos os trabalhos dessas duas autoras separadamente.

Traugott: componentes semântico-funcionais

Em suas pesquisas, Traugott (1982; 1989; TRAUGOTT e KÖNIG, 1991) dá maior ênfase à mudança semântico-pragmática no processo de GR; por isso, ela se põe contra a idéia de perda. Considerava-se que a GR tinha como característica a perda semântica, também conhecida como “bleaching”. Heine e Reh definem a GR como “perda em complexidade semântica, significância pragmática, liberdade sintática, e substância fonética” (1984 apud TRAUGOTT e KÖNIG, 1991, p.190). Nesse sentido, a GR parece proporcionar um “empobrecimento” para língua. Para Traugott e König, o “bleaching” pode ocorrer, principalmente, nos últimos estágios da GR, mas esses autores estão preocupados em observar o que é “adicionado no processo de gramaticalização, particularmente no fortalecimento da expressão do falante” (TRAUGOTT e KÖNIG, 1991, p. 191).

Preocupada em mostrar os tipos de trocas semântico-pragmáticas que ocorrem no processo de GR, Traugott (1982) propõe uma versão modificada do modelo semântico-funcional de Halliday e Hasan (1976). Os três componentes semântico-funcionais que podem ser distinguidos na língua, segundo Traugott (1982, p.247) são: o proposicional (corresponde ao ideacional para Halliday e Hasan), que se refere aos recursos que a língua tem para falar sobre alguma coisa; o textual, que se refere aos recursos disponíveis para criar a coesão do discurso, e o expressivo (correspondendo ao interpessoal de Halliday e Hasan), que se refere aos recursos da língua para expressar a atitude do falante (TRAUGOTT, 1982).

Portanto, o foco da mudança é a troca de um componente semântico-funcional para o outro. Segundo a autora, a mudança tem uma direção provável, que parte de elementos mais referenciais para o mais pessoal. Portanto, a mudança ocorre, como em (16):

(16) Proposicional > Textual > Expressivo

A mudança de um componente para o outro proporciona o aumento da subjetividade/expressividade¹⁷ do falante.

Posteriormente, Traugott e König (1991, p. 189) revêem essa formulação e especificam que a troca do significado tem a seguinte trajetória: significados que estão

¹⁷ A palavra *expressivo* já apareceu anteriormente nos trabalhos de Meillet, mas como Longhin (2003, p.38) observa, esses autores devem ter noções diferentes do que é expressividade, pois, para Meillet o “‘expressivo’ é o passo inicial do processo de gramaticalização. Segundo esse autor, um item se gramaticaliza quando perde, entre outras coisas, o caráter expressivo. Por outro lado, para Traugott, o expressivo é o ponto final, ou seja, o item gramaticalizado é mais expressivo (...) enquanto, para Meillet, expressivo é aquilo que surpreende, para Traugott, expressivo é sinônimo de subjetivo.”

baseados na maior ou menor objetividade identificada em situações extralingüísticas > significados baseados em marcadores textuais (por exemplo, conectores, marcadores anafóricos, etc.) > significados baseados na atitude do falante e crença em relação ao que é dito. Um exemplo proposto é o desenvolvimento do marcador de concessão *while*. No Inglês Antigo, a expressão *pa hwile pe* “no tempo em que” desenvolveu-se no conectivo temporal *while* “durante/enquanto”, que passou a estabelecer a coesão do texto. Posteriormente, o temporal *while* desenvolveu-se no concessivo *while* “embora”, que não tem mais um sentido na descrição da situação, mas na crença de mundo do falante.

A gramaticalização de *While*, sob o ponto de vista de Traugott, mostra os significados que são adicionados no processo de GR dessa partícula. Se novos significados são acrescentados, não podemos falar em perdas. Além disso, o desenvolvimento de *while* mostra que a GR implica em uma única direção para o significado, que é, como mostram os componentes funcionais, do mundo físico para a atitude do falante.

Sweetser: domínios conceituais

Em seus trabalhos, Sweetser (1988, 1991) preocupa-se principalmente com a mudança semântica das palavras relacionada à cognição humana, pois, para ela a língua é sistematicamente baseada na cognição, no sentido de que as experiências humanas do dia-a-dia resultam num sistema conceitual. Concebendo a língua sob aspectos cognitivos, a mudança semântica para ela, também, é interpretada sob esse aspecto.

Para a autora, os estudos que tratam da mudança sob essa perspectiva cognitiva podem ser considerados por três áreas diferentes: polissemia, mudança semântica lexical e ambigüidade pragmática. Todas essas áreas têm em comum uma forma sendo usada com mais de um sentido, para mais de uma função. Na mudança semântica, uma forma adquire historicamente uma nova função para substituir ou aumentar a antiga: ou seja, relaciona-se um sentido novo a uma forma já existente. No caso da polissemia, em que vários sentidos estão relacionados a uma forma, numa perspectiva sincrônica, a questão que surge é como saber se todos os significados estão relacionados a uma única forma, ou se é um caso de homonímia em vez de polissemia. No caso da ambigüidade pragmática, uma forma base da função semântica é estendida pragmaticamente para cobrir outros referentes ou significados, como por exemplo a frase “Como vai você?” que, apesar de ter um significado de pergunta, é culturalmente interpretada como uma saudação ou iniciador de conversa.

Segundo Sweetser (1991), todos esses tipos de mudanças apresentam regularidades na mudança semântica. Para a autora, as regularidades observadas são naturais e motivadas

dentro de uma teoria baseada cognitivamente que não traz o “mundo-real” objetivo, mas a percepção humana e o entendimento de mundo para ser a base das estruturas da língua humana. Portanto, não é controverso afirmar que relações entre a forma e função refletem lingüisticamente a estrutura conceitual humana e princípios gerais da organização cognitiva.

Um exemplo dessa relação conceitual entre sentido e forma é a palavra *White*, que, igualmente em português, pode significar a cor branca, ou alguém ‘puro’, ‘honesto’. No entanto, não há qualquer correlação no mundo real entre alguma coisa branca e alguma coisa honesta. Portanto, essa relação não pode ser entendida fora da organização cognitiva humana. Nós não construímos essa relação para agrupar o ‘branco’ com ‘honesto’; antes, é a nossa estruturação cognitiva de mundo que pode criar tal identificação. E se a língua usa uma palavra para nossa categoria cognitiva, então a língua não pode ser descrita em termos de puro ajuste entre Palavra e Mundo (SWEETSER, 1991).

Dentro do vasto campo de teorias que estudam a mudança do significado, Sweetser (1991, p.23) destaca os trabalhos em GR que estudam “as rotas pelas quais as palavras viajam do status de palavras de conteúdo-lexical para o status de morfema gramatical”, mostrando que essas pesquisas têm sido cruciais na área da semântica histórica. No entanto, de modo geral, a autora procura saber o que conecta um significado a outro e como a mudança semântica ocorre. Dada a direção do concreto para abstrato, como um elemento em um domínio concreto vem associar-se com um significado abstrato específico, antes do que outro significado? E como um significado troca de um domínio para outro? (SWEETSER, 1991, p. 27).

Para Sweetser (1988), existem duas questões desde Meillet que ainda não foram resolvidas: “primeiro, é se os significados são perdidos, ou enfraquecidos na GR, ou o que de fato acontece com eles? Segundo, até que ponto as direções (se não as ocorrências) de tais desenvolvimentos semânticos são regulares ou previsíveis?” (SWEETSER, 1988, p. 1). No seu artigo de 1988, ela tenta responder a primeira questão, defendendo a idéia de que a GR pode envolver perdas de significados por um lado, principalmente quando ocorre a abstração, quando uma estrutura de imagem-esquema é abstraída do significado lexical. Mas, por outro lado, se o esquema abstraído é transferido de um domínio de origem para algum domínio meta, então o significado do domínio meta é acrescentado ao significado da palavra. Contudo, ela rejeita o ponto de vista de que morfemas gramaticais não têm significados, ou que eles não possam ser relacionados com seus significados lexicais originais.

Sweetser (1991) entende que a mudança do significado ocorre dentro de três domínios conceituais: o domínio conteúdo, baseado num mundo real, sócio-físico; o epistêmico,

baseado no raciocínio lógico; e o conversacional, baseado nos atos de fala. Portanto, a mudança sempre terá uma única direção:

(17) Conteúdo > Epistêmico > Conversacional

A autora acredita que a transferência do significado de um domínio para outro ocorre por mapeamentos e projeções metafóricas. Na verdade, para ela, a língua, assim como nossa cognição, opera metaforicamente e a metáfora permite que as pessoas entendam uma coisa como outra. Portanto, para Sweetser a metáfora é responsável pela mudança do significado¹⁸.

O nosso léxico que faz referência à lógica, à causalidade e às estruturas conversacionais está baseado em nosso léxico sócio-físico mais concreto. Um exemplo dado por Sweetser (1991, p.61) é o caso de *must*, em inglês:

- (18) a) You *must* be home by ten, or I'll tell Mother.
b) John *must* be home; I see his coat.

Em (18.a) *must* descreve uma força em um mundo real ou uma necessidade imposta pela elocução. Já em (18.b), *must* se refere a uma necessidade lógica. Além disso, o significado abstrato lógico (epistêmico) dos modais em inglês é historicamente posterior aos seus usos mais concretos sócio-físicos (deôntico).

As propostas de Traugott e Sweetser são muito semelhantes. Segundo Sweetser (1991) o nível proposicional de Traugott corresponde razoavelmente ao seu nível sócio-físico, e o nível textual coincide parcialmente com o nível epistêmico. Os trabalhos dessas duas pesquisadoras evidenciam uma tendência geral de usar conceitos e vocábulos do mundo mais acessível físico e social para referir o mundo menos acessível, de reações, emoções, e estruturas conversacionais.

2.3 Resumo

Como essa seção foi dividida em duas partes, vamos, portanto, fazer um resumo para cada uma. Na primeira parte, começamos por fazer um apanhado geral da corrente funcionalista, que estuda

¹⁸ Os conceitos de estrutura de esquema de imagem e de mapeamento metafórico, considerados por Sweetser serão melhor explicados na subseção 3.3.1.

a língua sob uma perspectiva interacional e, desse modo, incorpora as intenções comunicativas dos interlocutores. Mas, como esse trabalho está filiado mais especificamente à linha funcionalista holandesa, passamos a introduzir os preceitos da Gramática Funcional de Dik, que foi um dos seus principais divulgadores. Por isso, mostramos que, na Gramática Funcional de Dik, a língua é considerada como um instrumento de interação social. A oração tem uma estrutura “botton-up”, em que a expressão lingüística passa por regras de expressão que são aplicadas à estrutura subjacente da oração. A estrutura subjacente da oração, por sua vez, é formada por várias camadas, sendo a primeira a predicação nuclear, a segunda a predicação central, depois a predicação estendida, a quarta camada é a proposição e a última é a do ato de fala, que é a oração propriamente dita. Mostramos os satélites que são expressões lexicais que trazem informações adicionais à oração. Cada camada subjacente da oração tem seu satélite correspondente. Também mostramos os termos complexos, que são estruturas que possui em seu próprio Estado de Coisas e ocupa o lugar de um dos termos da oração. Finalizamos mostrando a estrutura da oração completa, como pôde ser vista na figura 04.

Na segunda parte, tratamos do processo de GR, iniciamos fazendo uma discussão sobre o estatuto teórico do que vem sendo chamado de GR: se a GR é uma teoria, um processo distinto ou um epifenômeno. Sem nos aprofundarmos demasiadamente, mostramos que a GR pode até não ser considerada uma teoria, porém não é possível negar o seu caráter processual. Na seqüência, tentamos fazer um percurso histórico dos estudos sobre GR: iniciamos com os trabalhos de Meillet, mostramos a retomada dos estudos em GR, depois de algumas décadas, por Givón, Lehmann, Heine e Reh. O que ficou mais saliente nos estudos desses pesquisadores é que eles entendem a GR como um processo gradual, diacrônico e unidirecional. Além disso, eles observam a GR sob uma perspectiva de “perda”, ou seja, quando uma forma se gramaticaliza ela perde em complexidade semântica, liberdade funcional, substância fônica, etc. Por outro lado, as pesquisadoras Traugott e Sweetser têm uma outra perspectiva da GR, pois, para elas, durante o processo não ocorrem apenas perdas, mas, se o pesquisador observar os aspectos semântico-pragmáticos, ele perceberá que a GR, no início, leva a uma semanticização do significado que acaba evidenciando o fortalecimento da atitude do falante frente à proposição.

Não foi fortuitamente que escolhemos a teoria da GF de Dik para nos auxiliar na descrição dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos da preposição *desde* e da perífrase *desde que*. Observamos que a gramática de Dik privilegia os aspectos semântico-pragmáticos da oração. Assim como as propostas de Traugott e Sweetser no processo de GR. Além disso, defendemos que a estrutura em camadas proposta por Dik, sugere um *cline* de gramaticalidade semelhante aos *clines* de Traugott e Sweetser, apresentados nessa seção.

Na próxima seção tentaremos explicar o que a literatura considera ser os princípios e parâmetros da GR. Também mostraremos quais os mecanismos que agem no processo de GR e destacaremos o princípio da unidirecionalidade.

3 A Mudança em Questão

Nessa seção daremos mais atenção à mudança considerada no processo de gramaticalização. Por isso, abordaremos questões como: (i) o que motiva a mudança; (ii) quais são as “ferramentas” que, efetivamente, fazem com que a mudança ocorra; (iii) quais os princípios norteadores da GR; e (iv) qual a direção da mudança no processo de GR. Discutiremos, portanto, principalmente, os trabalhos dos pesquisadores apresentados na segunda parte da seção anterior.

3.1 A mudança no contexto lingüístico

Talvez o interesse de se estudar a língua tenha começado quase que juntamente com o surgimento da escrita e por motivos que, na verdade, não estavam restritos à língua. Por exemplo, na Índia antiga, a necessidade de manter viva a pronúncia correta dos textos religiosos ancestrais levou à investigação da fonética articulatória (WEEDWOOD, 2002). Por outro lado, o interesse de se estudar a mudança da língua e de sistematizá-la não é tão antigo. Apesar da idéia da mudança estar presente em vários estudos, como nos estudos fonéticos da Índia antiga, ou nas primeiras formas de “gramáticas” ocidentais como o *Appendix Probi* em que se ensinava a forma “correta” das palavras – se diz X e não Y, nesse caso, a mudança está presente, mostrando, por exemplo, que uma forma X já tinha se modificado na forma Y - os estudos sobre a mudança, propriamente dita, começam a se tornar mais sistematizados com os trabalhos da lingüística comparativa, iniciados no fim do século XVIII.

O método comparativo estava preocupado com a reconstrução de uma língua mais antiga ou estágios mais antigos de uma língua com base na comparação das palavras e expressões aparentadas em diferentes línguas (WEEDWOOD, 2002). No entanto, nesse primeiro momento, a mudança em si não era o objetivo dos pesquisadores; a comparação era feita, mas a mudança não era sistematizado. Só no fim do século XIX, com o surgimento dos neogramáticos em 1870, a mudança lingüística começa a ter importância. Os neogramáticos não estavam preocupados em encontrar a origem comum das línguas, mas eles perceberam

que todas as mudanças no sistema fonético de uma língua, enquanto essa se desenvolvia ao longo do tempo, estavam sujeitas à operação de leis fonéticas regulares.

Já o século XX apresenta um cenário produtivo para a constituição da lingüística como ciência e para os estudos sobre a mudança. No início desse século, com a publicação do *Cours* de Saussure em 1916, inicia-se uma nova forma de abordar a língua com a tentativa de elevar a lingüística ao estatuto de ciência. Apesar de a idéia do sincronismo e da sistematicidade da língua fazer com que houvesse um “abandono” dos estudos diacrônicos e conseqüentemente os estudos sobre a mudança, essa corrente teórica foi de grande importância para os estudos posteriores que vão tratar da mudança. Por exemplo, contrapondo-se ao estruturalismo, surgem correntes lingüísticas como a da sociolingüística. Além disso, a retomada dos estudos em GR, depois de décadas de estruturalismo, mostra que os pesquisadores repensaram a forma de abordar a mudança lingüística.

No caso da GR, como mostraremos no decorrer desse capítulo, observa-se que os pesquisadores, posteriores a essa época estruturalista, se mostram preocupados em sistematizar as mudanças ocorridas pelo processo de GR: expandem a definição (cf. Kurilovzk); tentam delinear as fases desse processo (Givón, Lehmann); fazem grandes pesquisas tipológicas para estipular os princípios e parâmetros (Heine e Reh); tentam descobrir a natureza desse tipo de mudança (se semântica, ou se pragmática); os mecanismos que regem a mudança (metáfora, metonímia, analogia, reanálise), etc.

Mas, talvez, o esforço maior dos pesquisadores da mudança lingüística, depois dessa fase estruturalista, foi tentar estreitar as dicotomias saussureanas, como a dicotomia *langue* e *parole*. Traugott e König (1991, p.189), por exemplo, acreditam que “o estudo da gramaticalização desafia o conceito da exata divisão entre *langue* e *parole* e ... também desafia o conceito de categoria”. Quanto à dicotomia *sincronia* e *diacronia*, Hopper e Traugott (1993), por exemplo, defendem que a GR pode ser estudada sob essas duas perspectivas: (i) uma histórica, em que se investiga a fonte das formas gramaticais e o caminho da mudança que elas sofreram e (ii) uma sincrônica, entendendo a GR principalmente como um fenômeno sintático, discursivo-pragmático. Na visão de Heine et al. (1991a, p.1), a GR desafia o próprio conceito de teoria lingüística que predomina desde Saussure. Segundo ele, mostra-se um novo ‘paradigma teórico’ que se contrapõe à maioria dos modelos de gramática pós-saussureanos, os quais – explicitamente ou implicitamente – têm os seguintes princípios:

- (a) A descrição lingüística deve ser estritamente sincrônica.

- (b) A relação entre forma e significado é arbitrária.
- (c) A forma lingüística tem apenas uma função ou significado.

3.2 Da motivação da mudança

A nossa primeira questão sobre a mudança é com relação às suas motivações. Para Meillet (1965 [1912]), a mudança é motivada pela expressividade – pelo ganho e perda dela. Em busca de uma maior expressividade, algumas palavras são usadas em situações inusitadas, ou mesmo, combinadas com outras palavras, como ‘*laissez venir*’. Com o uso freqüente, a expressividade diminui e a busca recomeça, sempre usando palavras já existentes com novos usos, mais expressivos. Nesse sentido, o “gatilho” para a GR seria a perda, ou falta, da expressividade.

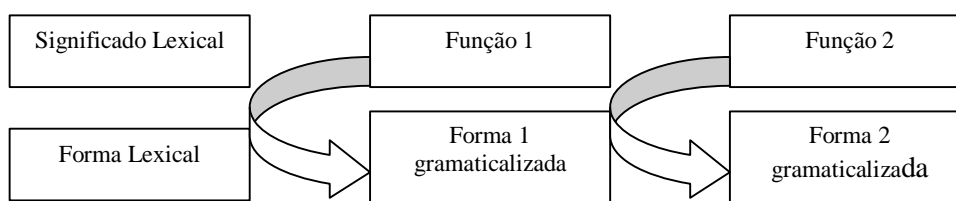
Estudos mais recentes mostram que a mudança ocorre por razões cognitivas ou necessidades comunicativas. Por exemplo, Heine et al. (1991a) entendem que a GR é iniciada por forças que estão fora da estrutura da língua, portanto, a motivação da mudança ocorre por fatores extralingüísticos. Um dos questionamentos desses autores é “Como as pessoas adquirem rótulos para conceitos que não têm uma designação existente ou para os quais uma nova designação é exigida?” (HEINE et al. 1991a, p. 27). Eles sugerem cinco modos diferentes de realização:

- a) inventar um novo rótulo arbitrariamente;
- b) tomar emprestado de um dialeto ou língua;
- c) criar expressões simbólicas, como onomatopéias;
- d) criar compostos e derivados de novas expressões de formas lexicais ou gramaticais já existentes;
- e) estender o uso de formas existentes para expressar novos conceitos, normalmente descrevendo estratégias que incluem transferência analógica, metonímia, metáfora .

Desses processos, o que interessa para os autores é o último. O processo descrito em (e) também é abordado nos estudos de outros autores, como Werner e Kaplan, que propõem um princípio que diz respeito ao “aproveitamento de significados velhos para novas funções” (1963 apud HEINE et al., 1991a, p.28). Conceitos concretos são empregados para entender, expressar, ou descrever fenômenos menos concretos. Traugott (1980 apud HEINE, 1991a, p. 28) entende a mudança do significado observado na GR do seguinte modo: “O falante precisa especificar uma nova relação, ou reforçar uma que já existe, mas tornou-se desgastada A

exigência de ser claro direciona o falante a usar o termo mais concreto possível”. Nesse sentido, a atividade cognitiva na apreensão da GR é egocêntrica e egodêitica por natureza: egocêntrica por estar baseada na experiência humana (como o ser humano constrói cognitivamente o mundo); egodêitica porque a mudança se apóia em um domínio para conceituar um outro domínio mais distante (HEINE et al., 1991a).

A motivação para a mudança pode também ser ocasionada por necessidades comunicativas ou pela presença de conteúdos cognitivos para os quais não há designação lingüística. Nesse sentido, a necessidade de representar certas funções gramaticais (Função 1) no discurso leva ao recrutamento de uma forma lexical para expressar essa função. O resultado é que a forma lexical ganha um status gramatical (Forma GR 1). Subseqüentemente, pode haver uma função gramatical mais abstrata (Função 2) que usa a Forma GR 1 para expressá-la – surge a Forma GR 2. Como mostra o esquema:



Porém, os estudos em GR têm mostrado que novos esquemas gramaticais podem se desenvolver apesar da existência de esquemas antigos, funcionando com uma estrutura equivalente. Por exemplo, como mostra Radden (1985 apud HEINE et al., 1991a, p. 30), o Inglês recrutou 11 preposições espaciais para expressar causalidade, apesar de ter 5 disponíveis somente para isso. Com relação a isso, König (1985 apud Heine et al., 1991a, p. 30) chama a atenção para o princípio de criatividade do uso da língua, considerando que há constantes tentativas de expressar o mesmo significado (gramatical) em outras palavras.

Com relação à criatividade, Heine et al. (1991a) mostram que há várias definições, mas, normalmente, ela tem sido descrita como a habilidade de trazer alguma coisa nova para dentro de uma existente (TAYLOR, 1975 apud HEINE et al., 1991a, p.30). O que interessa para Heine et al. (1991a), e para o estudo em GR, é “a habilidade de conceituar domínios abstratos da cognição em termos de domínios concretos – por exemplo, o domínio de tempo em conceito de espaço, o domínio de relações lógicas em termos de conceitos temporais”. O resultado lingüístico é que estruturas lexicais são empregadas para expressar significados gramaticais, e estruturas gramaticais servem para expressar, até mesmo, significados mais

gramaticais ainda. O tipo de criatividade, portanto, é unidirecional, do concreto para o abstrato e do lexical para o gramatical.

Em Traugott e König (1991) podemos entender que a motivação para a mudança está relacionada ao princípio de informatividade ou relevância, principalmente ao princípio: “Ser tão informativo quanto possível, dar o necessário à situação” (ATLAS E LEVINSON, 1981 apud TRAUGOTT e KÖNIG, 1991, p.191). Em uma interação verbal o falante tenta dizer não mais do que o necessário, de uma forma clara e eficaz; por sua vez, o ouvinte seleciona a interpretação mais informativa. Durante a interação há os significados que estão convencionalizados (codificados, lexicalmente, gramaticalmente) e há os significados que são inferidos no contexto.

Além do que motiva a mudança, há também algumas estruturas que são muito usadas no início do processo de GR, que podem ser consideradas como o *input* da mudança. Há um número limitado de estruturas cognitivas básicas que usamos para conceituar o mundo. Com relação a essas primeiras estruturas, Heine et al. (1991a) usam o termo de ‘source concept’, que podemos entender como o conceito base para a mudança, o que de certa forma é uma noção relativa, já que uma entidade é o ‘source concept’ em relação a um outro conceito mais abstrato que, por sua vez, pode ser o ‘source concept’ de um conceito mais abstrato ainda. Porém, de modo geral, os ‘source concepts’ usados no processo de GR são, na sua maioria, objetos concretos, processos, ou locação.

Para a conceituação do espaço, Heine et al. (1991a) mostram que concebemos o mundo por meio de objetos físicos que nos dão uma orientação de frente-atrás. Assim, o falante é um tipo de centro dêitico. Por exemplo, na frase “A pedra está na frente da montanha”, poderíamos entender que eu e a montanha estamos “olhando” para a mesma direção e, se a pedra está na frente da montanha, portanto, também, está na minha frente; então, posso deduzir que estou olhando para as “costas” da montanha. Segundo Heine et al. (1991a), para a conceituação do espaço há basicamente dois domínios: “landmarks” que contém entidades como ‘terra’, ‘sol’, ‘céu’; e o domínio de “body parts” como ‘cabeça’, ‘costas’, ‘peito’, etc.

Além desses dois domínios para os conceitos espaciais, Heine et al. (1991a) mostram que alguns conceitos têm estruturas cognitivas mais complexas; por isso, ele se referiu a eles como “source propositions”. “Essas proposições expressam estados ou processos que parecem estar na base das experiências humanas e podem ser desenvolvidas por significados de predicções lingüísticas envolvendo dois participantes” (HEINE, 1991a, p. 36). Essas predicções podem ser representadas como segue:

| | |
|------------------------|--------------------------|
| (1) “X está em Y” | Proposição de local |
| (2) “X move para/de Y” | Proposição de movimento |
| (3) “X faz Y” | Proposição de ação |
| (4) “X é parte de Y” | Proposição parte-do-todo |
| (5) “X é (como) Y” | Proposição equacional |
| (6) “X está com Y” | Proposição comitativa |

Cada uma dessas proposições pode dar origem a uma estrutura gramatical diferente.

Na seção seguinte, mostraremos os mecanismos que possibilita que a GR ocorra efetivamente.

3.3 Mecanismos de natureza cognitiva

Meillet (1965 [1912]) mostra que dois processos são fundamentais para a criação de novas formas gramaticais, os já mencionados analogia e GR. A GR, nessa época, era vista como uma ferramenta da lingüística histórica, que buscava dar conta das origens e das mudanças típicas que envolvessem morfemas gramaticais, sem qualquer atenção para fatos gerais que pudessem ser importantes para explicitar aspectos da evolução das línguas em geral.

Nos estudos mais recentes, podemos observar como a GR começa a ser entendida como um tipo de processo dentro do paradigma das mudanças lingüísticas, por isso julga-se necessário sistematizar os mecanismos que ocasionam esse tipo de mudança. No entanto, essa sistematicização aparece de forma muito confusa na literatura. É possível observar que, por vezes, fases da GR, como a sintaticização, são consideradas uma das definições de GR (cf. Givón, 1979); que resultados do processo de GR, como o *bleaching* semântico, e erosão fonética são vistos, às vezes, como princípios da GR (cf. Heine e Reh, 1984) ou mesmo como um estágio ou mecanismo. Essa indefinição ocorre pela própria posição da GR dentro do contexto dos estudos lingüísticos: se é um processo distinto de mudança, se é uma teoria, ou se é apenas uma constatação de várias mudanças que, ocorrendo juntas, proporcionam a aparente GR das formas. Apesar dessa indefinição, os pesquisadores concordam que os tipos de alterações que ocorrem durante o processo de GR podem ser explicados por mecanismos de mudança de modo geral. Nesse sentido, as leis das mudanças fonéticas podem explicar a

redução fonética de um elemento gramaticalizado; a metáfora e metonímia explicam as alterações do significado, etc.

Nesta seção vamos apresentar os mecanismos que efetivamente fazem com que a mudança ocorra. Mecanismos podem ser entendidos como ferramentas que possibilitam que uma forma lexical desempenhe funções gramaticais, que um significado X passe a significar Y. No entanto, observamos que também há divergências em relação ao que realmente é um mecanismo de mudança. Essas divergências se iniciam quando se tenta definir a natureza da mudança. Alguns pesquisadores acreditam que a mudança é semântica: “mudança semântica leva ao desenvolvimento do significado gramatical (BYBEE e PAGLIUCA, 1985 apud HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 68). Traugott e König (1991), por sua vez, acreditam que a mudança é principalmente pragmática. Para outros, a mudança é motivada principalmente por processos metafóricos (CLAUDI e HEINE, 1996; SWEETSER, 1990). Alguns acreditam que a sua natureza é metafórica, assim como metonímica (TRAUGOTT e KÖNIG, 1991; HEINE et al., 1991a). Hopper e Traugott (1993, p.68) acreditam que “a mudança do significado e estratégias cognitivas que as motivam são centrais nos estágios prévios da gramaticalização e estão crucialmente ligadas à expressividade. Além disso, a mudança do significado é inicialmente pragmática e associativa, surgidas em contextos de atos de fala”.

Consideramos como mecanismos de mudança os propostos por Heine et al. (1991a) e Hopper e Traugott (1993), e tentaremos mostrar que o que é, às vezes, considerado como mecanismo na literatura, é na verdade o resultado do uso desses mecanismos. Podemos identificar dois mecanismos conceituais: a metáfora e a metonímia; e, principalmente, dois mecanismos lingüísticos: a analogia e a reanálise (reinterpretação induzida pelo contexto, cf. Heine). Esses mecanismos na verdade se completam, com a analogia associada à metáfora e a reanálise associada à metonímia.

3.3.1 A Metáfora

A metáfora, para a tradição gramatical, sempre foi considerada o principal processo de mudança dos significados. Primeiramente, ela foi considerada apenas na mudança lexical. Porém, mais recentemente, a transferência metafórica forma uma das principais forças diretrizes no desenvolvimento de categorias gramaticais; ou seja, para expressar funções mais “abstratas”, entidades concretas são recrutadas (HEINE et al., 1991a). A metáfora, de modo

geral, pode ser entendida como um mecanismo lingüístico usado para que as pessoas possam “entender uma coisa como outra, sem pensar que as duas coisas são objetivamente a mesma” (SWEETSER, 1991, p.8).

A regra da metáfora no desenvolvimento de categorias gramaticais pode ser ilustrada pelas seguintes sentenças:

- (1) Henry is going to town.
- (2) The rain is going to come.

Essas duas sentenças mostram a GR de *going to*. O verbo de movimento em (1) deu origem ao tempo de futuro em (2). Heine et al. (1991a, p.46-7) mostram como a metáfora agiu para permitir essa mudança:

- (a) Como é característica da metáfora, há um significado envolvido que é chamado “literal” e um outro que é “transferido”, ou metafórico. No exemplo (1), o significado é literal e (2) é transferido.
 - (b) Metáfora envolve uma transferência, ou mapeamento de um esquema de imagem (Sweetser), de um domínio conceitual dentro de outro. No exemplo, observamos que o domínio de movimento espacial é usado como um veículo metafórico para referir um domínio de tempo dêitico.
 - (c) Em concordância com várias características da metáfora, um movimento concreto como *go to* é “mais facilmente palpável” do que um conceito de um domínio mais abstrato da categoria de tempo.
 - (d) Alguns autores dizem que a metáfora é uma anomalia da língua, que é um erro ou uma falsa declaração (cf. Davidsom 1979; Ricoeur 1979; Swanson 1979). Isso deve ter sido pensado quando ao mesmo tempo construções tal como (2) foram introduzidas lado a lado com (1), já que isso envolve anomalias, violação de regras do seguinte tipo: (i) o verbo *go to* requer sujeito humano, em (2) o sujeito é inanimado; (ii) semanticamente o verbo *go* e *come* tem um status dêitico contrastante.
 - (e) Como vimos em *d*, o verbo *go to*, em (1), é normalmente associado com o mundo humano: implica agente humano e ações humanas. Em (2) há um mundo que não é necessariamente humano: sujeito e verbo podem-se referir a sujeitos inanimados.
 - (f) Comum, embora não geral, a característica da expressão metafórica em um contexto específico pode também ser entendida no seu sentido literal, sem transferência de sentido. O resultado é ambigüidade semântica, mais particularmente “homonímia”, entre o sentido literal e o transferido. No caso de *be going to* sentenças como (3) são ambíguas, pertencendo a construções como (1) ou (2):
- (3) I am going to work.

Heine et al. (1991a), com o interesse de mostrar o tipo de rota da metáfora, propõem o termo “metáfora categorial”. No entanto, há, pelo menos, outros dois tipos de metáforas que devem ser distinguidos para o entendimento de qual metáfora é tratada no processo de GR. A distinção é feita entre a “metáfora criativa” e a “metáfora emergente”. A metáfora tem sido considerada como um erro, um desvio de linguagem, uma declaração falsa, uma quebra intencional das regras. É nesse sentido que se fala em metáfora criativa, em que “uma nova

expressão é formada contendo uma predicação falsa e envolvendo uma violação voluntária das regras conceituais/semânticas” (HEINE et al., 1991a, p.60). A metáfora emergente, por outro lado, não forma uma nova expressão quando surge. Na verdade, ela surge em uma predicação que já existe. Quando uma predicação que já existe é introduzida em um novo contexto ou aplicada em uma nova situação, adquire um significado estendido. Nesse tipo de metáfora, o veículo tende a ser visto como uma extensão conceitual do tópico antes do que pertencendo a domínios conceituais diferentes.

A natureza dessas metáforas é de tipos diferentes: enquanto a metáfora criativa é psicologicamente motivada, a motivação da metáfora emergente é pragmática. Esta última deve sua existência a forças tal como implicaturas conversacionais e pela “reinterpretação induzida pelo contexto”; seu desenvolvimento está relacionado à metonímia antes do que a “saltos” conceituais (HEINE et al., 1991a).

A preocupação dos pesquisadores em GR é exclusivamente com a metáfora emergente, já que ela apresenta o único tipo de transferência metafórica que pode ser observado no processo de GR. Na seqüência, vamos mostrar o que Heine et al. (1991a) entendem por metáfora categorial e como ela age no processo de GR. Também abordaremos a idéia do mapeamento metafórico de Sweetser e as três tendências de Traugott.

A metáfora categorial de Heine

Heine et al. (1991a) mostram que o desenvolvimento das estruturas gramaticais pode ser descrito com poucas categorias básicas que, em relação ao seu grau de “abstração”, podem ser organizadas na seguinte escala – que apresentamos em 2.2.1 e retomamos aqui para facilitar a discussão:

- (4) PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Cada uma dessas categorias representa domínios conceituais. A relação entre eles é de natureza metafórica no sentido de que qualquer categoria pode servir para conceituar qualquer outra categoria à sua direita. Por isso, o nome de ‘Metáfora Categorial’; a categoria de ESPAÇO pode ser usada para conceituar a categoria de TEMPO e essa pode ser usada para conceituar QUALIDADE.

Há diferenças entre o que Heine et al. (1991a) chamam de “metáfora categorial” e o que Lakoff e Johnson (1980 apud HEINE et al., 1991a, p.50) chamam de metáfora conceitual. Segundo Heine et al. (1991a), a metáfora categorial inclui vários agrupamentos de metáfora

conceitual. Por exemplo, Lakoff e Johnson propõem várias metáforas conceituais que têm em comum o uso de *up* e *down* como seus veículos metafóricos:

- (5) Happy is up; Sad is down
 Good is up; Bad is down
 More is up; Less is down

Para Heine et al. (1991a), essas metáforas conceituais têm em comum a orientação espacial que é empregada para conceituar físico, social, mental, moral. Todas essas metáforas conceituais aparecem incluídas em apenas uma metáfora categorial, que é ESPAÇO > QUALIDADE, em que situações, estados, qualidades são metaforicamente construídas em termos de conceitos locativos.

Assim como a estrutura de Heine et al. (1991a) sugere, há uma unidirecionalidade entre as categorias que mostra uma “abstração metafórica” que vai da esquerda para direita, em que “uma dada categoria é ‘mais abstrata’ do que qualquer outra categoria que está à esquerda e ‘menos abstrata’ do que qualquer uma à direita” (HEINE et al., 1991a, p. 51). Nesse caminho da mudança metafórica, entendemos a abstração como um problema-solução, em que conceitos próximos às experiências humanas são empregados para expressar conceitos menos acessíveis.

Heine et al. (1991a) mostram que essas cadeias metafóricas refletem a estrutura da língua, no sentido de existir uma correlação entre categorias metafóricas e a divisão de classes de palavras e tipos de constituintes. Como pode ser visto:

| Categoria | Tipo de Palavra | Tipo de Constituinte |
|-----------|-------------------------------------|----------------------|
| Pessoa | Nome humano | Sintagma nominal |
| Objeto | Nome concreto | Sintagma nominal |
| Atividade | Verbo dinâmico | Sintagma verbal |
| Espaço | Advérbio, preposição | Sintagma adverbial |
| Tempo | Advérbio, preposição | Sintagma adverbial |
| Qualidade | Adjetivo, verbo de estado, advérbio | Modificador |

Em sua discussão da relação entre categorização semântica, pragmática, e sintática, Croft (1984 apud HEINE et al., 1991a, p.54) argumenta que há uma correlação significativa entre categorias sintáticas e seu comportamento pragmático e semântico. Ele conclui que nomes, verbos, e adjetivos prototípicos mostram a seguinte correlação “natural”:

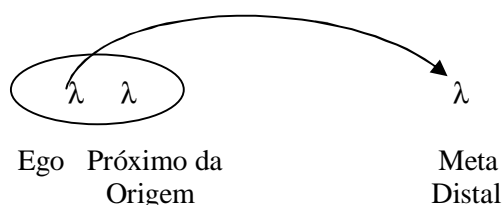
| Categoria Sintática | Função Discursiva | Classe Semântica |
|---------------------|-------------------|----------------------|
| Nome | Referência | Objeto (físico) |
| Verbo | Predicação | Ação (física) |
| Adjetivo | Modificação | Propriedade (física) |

O mapeamento metafórico de Sweetser

Sweetser (1988, p.2) acredita que a transferência do significado é “metaforicamente estruturada”. Para ela, a metáfora é a principal ferramenta que age na transferência do significado de um domínio para o outro, fazendo com que inferências sejam preservadas na transferência.

A idéia de transferência entre os domínios ficará mais clara com o exemplo da GR do *go* do inglês. Concordando com Talmy (1985 apud SWEETSER, 1988, p.2), que acredita que o significado gramatical é inerentemente topológico e esquemático, enquanto o significado lexical não é, portanto aquele está restrito à estrutura esquemática do significado; e com Lakoff (1985 apud Sweetser, 1988, p.2) que propõe que o mapeamento metafórico inerentemente projeta a estrutura topológica da imagem-esquemática do domínio de origem para um domínio meta, Sweetser (1988) usa o exemplo do *go* para mostrar que, pela estrutura de esquema de imagem, algumas características de *go*, como verbo de movimento, são preservadas no mapeamento metafórico e permanecem na estrutura de *go* como verbo de futuro. Para uma melhor explicação, ela formula um diagrama que não deve ser interpretado como uma imagem visual, mas como uma representação esquemática de certos aspectos topológicos do significado:

Diagrama do *go*:



Esse diagrama mostra que parte do significado topológico, que está no significado do verbo que representa movimento físico, portanto presente no domínio concreto, é mantido e projetado para um outro domínio mais abstrato, para o domínio de tempo. Essa projeção é

representada no diagrama pela seta, que mostra que parte do significado permanece no domínio fonte e parte do significado é transferida para o domínio alvo. Segundo Sweetser (1988, p. 4), as inferências preservadas no mapeamento de *go* de movimento físico para marcador de futuro são:

- (i) A linearidade da relação entre localizações: passar de um ponto a outro no espaço, ou no tempo, significa percorrer todo espaço/tempo entre os dois pontos;
- (ii) A localização do “eu” na origem do caminho linear: o presente está próximo no tempo, assim como a nossa atual localização está próxima no espaço;
- (iii) O movimento fora dessa localização fonte para um alvo distante: nós não podemos nos mover de uma localização distante para uma próxima, nem podemos nos mover de qualquer outro tempo para o presente.

As inferências preservadas de (i)-(iii) são aquelas que resultam da topologia do esquema de imagem. O mapeamento metafórico da imagem-esquemática de *go* para o futuro preserva essa estrutura topológica.

A metáfora segundo de Traugott

Para Hopper e Traugott (1993), a metáfora é um dos processos mais reconhecidos na mudança do significado. No entanto, estudos recentes têm mostrado que o início da GR também é fortemente motivado por processos metafóricos. Nesse sentido, os processos metafóricos são entendidos como “processos de inferências que atravessam os limites conceituais, e são tipicamente referidos em termos de ‘traços’, ou ‘saltos associativos’ de um domínio para o outro” (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p.77). O mapeamento metafórico é motivado pela analogia e relações icônicas.

Por estar relacionado ao significado, muitos pesquisadores consideram processos metafóricos de natureza essencialmente semântica. No entanto, em concordância com Levison (1983) e Green (1989), Hopper e Traugott (1993) acreditam que os processos metafóricos são antes baseados no uso comunicativo, portanto, são mais apropriadamente considerados pragmáticos.

Para exemplificar a ação dos processos metafóricos na GR, vamos discorrer sobre como ocorre a mudança do significado entre os componentes semântico-pragmáticos. Traugott (1989) e Traugott e König (1991) mostram que os processos de mudança semântica

evidenciados na GR pertencem a vários tipos de mudança semântica que são geralmente regulares. Elas propõem três tendências:

Tendência I: significados baseados na descrição de situação externa > significados baseados na descrição de situação interna (avaliativo/perceptual/cognitivo).

Nessa tendência, observamos a troca de uma referência concreta, situação física para uma referência cognitiva, situação perceptual. Os autores entendem ‘situação interna’ como a situação percebida, entendida por um ser consciente. Por exemplo, relações temporais são internas no sentido de que elas têm pouca correlação física. A continuação do desenvolvimento da preposição espacial *æfter* para a preposição temporal *æfter* do inglês antigo é um exemplo dessa tendência. Para Traugott (1989), essa tendência faz grande uso de extensão metafórica que leva do concreto para o abstrato.

Tendência II: significados baseados na descrição de situação externa ou interna > significados baseados na situação textual e metalingüística.

Nessa tendência, observamos um outro exemplo de mudança metafórica na GR de termos espaciais que se desenvolvem em advérbios, preposições que conectam orações. Deve-se entender ‘textual’ como ‘coesivo’. Um exemplo é quando *æfter* tornou-se um conectivo temporal; depois que sofreu a ação da tendência II, ele passou a ser um marcador textual de relações coesivas.

Ao contrário das anteriores, a tendência III não mostra uma mudança metafórica. Alguns pesquisadores já observaram que a metáfora não é o único processo envolvido na mudança semântica (HEINE et al., 1991a; Bybee et al., 1994). Nesse sentido, Traugott (1989) e Traugott e König (1991) sugerem que o fortalecimento da informatividade e a convencionalização de inferências conversacionais são os principais processos no desenvolvimento de causais, concessivos, e conectivos de negação. Esses casos de GR não envolvem só a Tendência II, mas também a terceira tendência na mudança semântica:

Tendência III: significados tendem a tornar-se crescentemente baseados na subjetividade, crença, estado/atitude do falante para com a proposição.

Causais, concessivos e partículas de negação são todos essencialmente expressões da atitude do falante em relação aos elementos dentro da proposição. Um exemplo da tendência

III é o desenvolvimento do concessivo *while* a partir de uma expressão temporal *pa hwile pe* ‘no tempo em que’ (cf. TRAUGOTT, 1989).

3.3.2 A Metonímia

Na seção anterior, mostramos que a metáfora é um dos mecanismos cognitivos presente no processo de GR, entendida como o resultado de um problema-solução que é entender conceitos “abstratos” em termos de conceitos menos “abstratos”. Esse mecanismo envolve uma transferência em passos discretos de um domínio cognitivo para outro. No entanto, o processo de GR é gradual e contínuo em vez de discreto e descontínuo, como sugere a metáfora. Para entender esse aspecto do processo de GR, Heine et al. (1991a, p.65-66) mostram que o nome *megbé* (costas) de Ewe, uma língua africana, desenvolveu-se de significado como parte do corpo para uma entidade preposicional e/ou adverbial (‘atrás de, atrás’). De acordo com a estrutura da metáfora categorial, discutida anteriormente, esse desenvolvimento do lexema *megbé* pode ser reconstruído envolvendo essencialmente as seguintes categorias:

(6) OBJETO > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Assim, na sentença em (7) *megbé* denota parte do corpo, conseqüentemente um conceito da categoria objeto, enquanto em (8) está expresso um conteúdo locativo (espaço); em (9) um conteúdo temporal (tempo). Finalmente, em (10) ele carrega ainda um outro significado, ‘retardado mental’, que denota alguma coisa dentro da categoria de qualidade:

- (7) *é-pé megbé fá*
 3sg.poss. back be cold “costas”
 ‘His back is cold’ (As costas dele estão frias)
- (8) *é-le xo á megbé*
 3sg-be house def behind “atrás”
 ‘He is behind the house’ (Ele está atrás da casa)
- (9) *é-kú le é-megbé*
 3sg.die be 3sg.poss.behind “depois”
 ‘He died after him’ (Ele morreu depois dele)
- (10) *é-tsí megbé*
 3sg.remain behind “atrasado”
 ‘He is backward/dull’ (Ele é estúpido)

Esses exemplos podem ser interpretados como uma transferência metafórica, que explica as várias polissemias de *megbé*. No entanto, ela não é suficiente para explicar a sobreposição de significados, quando o significado de uma sentença pode se referir simultaneamente a mais do que uma das categorias distinguidas acima. Na sentença (11), por exemplo, *megbé* denota simultaneamente parte do corpo (“costas”) e espaço posterior de um item inanimado (“trás”).

- (11) *megbé* *keke-ádé* *le* *é-si*
 back broad-indef. be 3sg.poss.hand
 (a) ‘He has a broad back’ (Ele tem costas largas)
 (b) ‘Its back is broad’ (Suas costas são largas)

Isso mostra que a mudança não implica em uma súbita substituição de um estágio anterior por um posterior, mas mostra que, por um período de tempo, os estágios coexistem lado-a-lado.

Um outro problema que a estrutura metafórica não é capaz de evidenciar é a representação de um contínuo sem qualquer corte claro entre os limites. Os exemplos de (7)-(10) sugerem várias categorias distintas. No entanto, é possível inserir entidades conceituais intermediárias entre essas categorias. Por exemplo, as categorias de objeto-espaço são intermediadas por, pelo menos, quatro sentenças que mostram a transferência do significado: com o significado de costas sendo transferido para o significado de ‘parte de traz’, depois com a idéia de localizado na ‘parte de traz’ e, por fim, resta apenas o significado espacial ‘atrás de’.

Por isso, os estudos em GR mostram que ao lado da metáfora deve existir um outro mecanismo de mudança que evidencia esse aspecto contínuo da GR. Apesar de na literatura aparecerem vários termos, a metonímia tem sido usada para expressar esse aspecto do processo de GR.

A metonímia, assim como a metáfora, tem sido considerada como uma figura de linguagem. Ela pode ser entendida como “uma figura de linguagem pela qual o nome de uma entidade é usado para referir uma outra entidade que é contígua de algum modo à entidade anterior” (TAYLOR, 1989 apud HEINE et al., 1991a). A metáfora e a metonímia são vistas, na tradição gramatical, como formas distintas e mutuamente excludentes. No entanto, os pesquisadores da GR as vêem como uma interação necessária para o sucesso do processo (cf. HEINE et al., 1991a); ou estabelecem uma parceria entre os tipos de mudança semântica (cf. TRAUGOTT e KÖNIG, 1991). Segundo Heine et al. (1991a, p. 61), depois da metáfora, que

“forma mais uma das atividades mentais envolvidas no desenvolvimento de categorias gramaticais”, a metonímia é a segunda principal atividade.

No entanto, há vários autores que explicam esses dois mecanismos como sendo distintos. Jakobson e Halle's (1956 apud TRAUGOTT e KÖNIG, 1991, p.190) distinguem a metáfora como a escolha funcional de um eixo paradigmático e a metonímia como associação e seqüência funcional de um eixo sintagmático. Divern (1985 apud HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p.82) trata da metáfora como um “maior salto associativo”, mas a metonímia como um “processo menor”. Para Sapir (1977 apud HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p.82), a metáfora leva para homogeneidade e coerência, a metonímia para justaposição e incoerência. Uma outra proposta, diferente das apresentadas até agora, é sugerida por Anttila (1972 apud HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p.82): a metáfora se refere à transferência semântica por meio de uma semelhança de sentido de percepção, por isso, é analógica e icônica, enquanto a metonímia é uma transferência semântica por meio de contigüidade e, por isso, é indexal. Concordando com a definição de Anttila, Hopper e Traugott (1993, p. 82) concluem que a “metáfora opera através de domínios conceituais, enquanto a metonímia opera através de constituintes (morfo)sintáticos independentes”, portanto, mantém relações dentro do contexto. Hopper e Traugott (1993) mostram que o anulamento da importância da metáfora nos estudos da gramaticalização foi exatamente por ela desconsiderar o contexto, pela tendência de se pensar na metáfora em termos de “‘item lexical > item gramatical’, i.e., em termos de forma relativamente independente do contexto em vez de em termos do ‘uso de item lexical no contexto > item gramatical’, i.e., em termos de forma na enunciação do contexto” (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 81).

Hopper e Traugott (1993) mostram que não só a GR pode ser tratada como um problema-solução, mas as mudanças semânticas, de um modo geral, também podem. Subjacentes à solução do problema da mudança, agem os mecanismos da metáfora e da metonímia, no sentido de que a metáfora resolve o problema de “representar um membro de um domínio semântico em termos de outro”, e a metonímia “procura o modo para regular a comunicação e a negociação da interação falante-ouvinte” (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 86).

Com as explicações dadas até o momento, é possível entender que a metonímia trabalha principalmente na estrutura do item em GR, envolvendo, portanto, implicações contextuais. Heine et al. (1991a, p.71), concordando com Traugott e König (1991) que argumentam que a metonímia serve como fortalecimento da informatividade, acreditam que “o que parece ser responsável pelo surgimento de metonímias é a manipulação pragmática do

discurso pela qual conceitos estão sujeitos a fatores contextuais na interpretação do enunciado”. Eles se referem a esse processo como “reinterpretação induzida pelo contexto”. Estando relacionada à manipulação discursiva-pragmática, Traugott e König (1991) e Hopper e Traugott (1993) acreditam que a metonímia é amplamente correlacionada com as mudanças de significados centrados na crença ou atitude subjetiva dos falantes. Subjacentes a essa mudança, agem as inferências conversacionais.

A reinterpretação induzida pelo contexto

O processo de GR, portanto, tem, subjacente a ele, dois mecanismos de mudança de natureza cognitiva que evidenciam duas perspectivas do processo: uma discreta e uma contínua. “A primeira é principalmente de natureza psicológica e sugere uma análise em termos de metáfora, enquanto a segunda parece ser essencialmente pragmática: ela depende fortemente do contexto e exhibe uma estrutura metonímica” (HEINE et al., 1991a, p. 70). Para melhor exemplificação, leve-se em consideração as seguintes sentenças:

- (12) Henry is going to town.
- (13) Are you going to the library?
- (14) No, I am going to eat.
- (15) I am going to do my very best to make you happy.
- (16) The rain is going to come.

Heine et al. (1991a) já tinham tratado os exemplos (12) e (16), considerando a metáfora, mostrando a transferência do significado literal de *going to*, expressando movimento espacial (12), para o exemplo (16), denotando dêixis temporal (futuro). No entanto, o que a metáfora não mostra é que não há uma descontinuidade entre o sentido literal e o gramaticalizado, mas, antes, várias acepções que podem ser mostradas pelas sentenças inseridas entre (12) e (16), que sugerem um contínuo, ou uma corrente com pequenas diferenças conceituais. Como se pode observar em (14), que é uma resposta a (13), percebe-se que o sentido mais presente é a “intenção”, com um sentido secundário de “predição”, mas ainda tem uma relação espacial, como em (13). Já (15) tem um sentido similar a (14), mas já não apresenta o significado espacial. Por fim, em (16) não há significado espacial e nem “intencional”, mas apenas a “predição”. A essas mudanças estruturais que evidenciam o contínuo do processo de GR, Heine et al. (1991a) referem como “reinterpretação induzida pelo contexto”, que envolve os seguintes estágios:

- Estágio I: Em soma a um sentido focal ou central A, uma dada forma lingüística F adquire um sentido adicional B quando ocorre em um contexto específico C. Isso pode resultar em ambigüidade semântica já que os sentidos de A ou B podem estar contidos no contexto C. O que se infere desses dois sentidos depende, mas não necessariamente, da situação comunicativa relevante. É igualmente possível que o falante signifique A e o ouvinte interprete B ou que o ouvinte entenda B enquanto o falante tenta falar A.
- Estágio II: A existência do sentido B agora marca uma possibilidade para a forma relevante ser usada em novos contextos que são compatíveis com B, mas estão fora do sentido de A.
- Estágio III: B está convencionalizado; ele pode ser dito para formar um foco secundário caracterizado por propriedades contendo elementos que não estão em A – com o efeito que F agora tem duas “polissemias”, A e B, que podem ser desenvolvidas eventualmente em “homofones”.

(HEINE et al., 1991a, p. 71-2)

Por esses estágios, podemos observar que a reinterpretação induzida pelo contexto é motivada pragmática e cognitivamente. Além disso, pode-se observar como agem os dois componentes: o metafórico, que envolve uma transferência de um domínio conceitual, que inclui o sentido A, para outro domínio, que inclui B, e o domínio anterior é menos abstrato do que o posterior; e o metonímico, que envolve um contínuo na transição do estágio I via estágio II para estágio III, em que se reflete um processo pelo qual um dado contexto convida à interpretação de um conceito específico, que é concreto no estágio I, concreto ou abstrato no estágio II, e abstrato no estágio III. Portanto, não há passos discretos separando A e B, ambos estão conceitualmente unidos.

A metáfora e a metonímia, portanto, parecem formar diferentes componentes de um mesmo processo levando conceitos concretos para conceitos mais abstratos e mais gramaticais. Por um lado, esse processo é feito de uma escala de entidades contínuas que são postas na relação metonímica de uma para outra. Por outro lado, contém um pequeno número de categorias descontínuas, tal como espaço, tempo, qualidade. A relação dessas categorias é metafórica, mas também pode ser descrita como sendo o resultado de extensões metonímicas. Em relação às suas diferentes naturezas, metáfora e metonímia podem sugerir a seguinte estrutura:

$$(17) \quad A \rightarrow A, B \rightarrow B$$

em que há um estágio intermediário entre A e B em que as entidades antecedentes e precedentes coexistem lado a lado e, às vezes, são responsáveis por algumas ambigüidades, como, também, por variação livre. Essa visão de Heine et al. (1991a) é diferente da de

Traugott e König (1991, p. 213), que argumentam que metáfora e metonímia estão relacionadas a diferentes tipos de função gramatical: a “Metáfora está amplamente correlacionada com trocas de significados situados na situação descrita externa para significados situados na situação avaliativa, perceptual e cognitiva interna, e na situação textual. A Metonímia está amplamente correlacionada com trocas de significados situados no estado de crença subjetivo ou na atitude para com a situação, incluindo a lingüística”.

Inferências

Traugott e König (1991) e Hopper e Traugott (1993) entendem que a mudança de um elemento se dá no ato comunicativo. Portanto, preocupam-se com a atividade falante-ouvinte. O ouvinte sempre busca o mínimo de ambigüidade na interpretação; o falante deve ser informativo e claro. Para esses autores, o falante sempre busca a maior expressividade, e essa busca está ligada aos estágios prévios dos processos de GR em que a mudança do significado é inicialmente pragmática e associativa (HOPPER e TRAUGOTT, 1993). A pragmática pode ser entendida como os significados associados/relacionados às crenças e inferências que os participantes fazem a respeito dos propósitos das enunciações usadas em um contexto comunicativo.

Traugott e König (1991) entendem que há diferentes tipos de inferências que agem na mudança, mostrando que, dependendo da função gramatical, vai ser usado um tipo de inferência. Por exemplo, o desenvolvimento de marcas de verbo, aspecto, caso envolve inferência metafórica. Já no desenvolvimento de conectores, especialmente causais, tal como *since*, concessivos como *while*, e partículas de negação, age a inferência da consolidação de informatividade, com implicaturas conversacionais tornando-se convencionalizadas. Nesse sentido, podemos observar que a metáfora e a consolidação são tipos complementares de processos pragmáticos.

É necessário deixar claras as diferenças entre os significados pragmáticos que estão convencionalizados (lexical, gramatical, ou prosódico) e os significados inferidos pelo contexto. Também nesse sentido, Hopper e Traugott (1993) diferenciam “inferências conversacionais” de “inferências convencionais”. As inferências são extraídas de contextos lingüísticos entre orações, entre constituintes, ou mesmos entre atos de fala. Há, em princípio, uma inferência implicacional, que Grice (1975 apud HOPPER e TRAUGOTT, 1993) caracterizou como “conversacional”. Essas inferências agem no significado junto com implicaturas dos atos de fala, por isso, o termo ‘conversacionais’. Observe as orações abaixo:

- (18) After we heard the lecture we felt greatly inspired (> because of the lecture we felt greatly inspired).
- (19) The minute John joined our team, things started to go wrong (> because John joined our team, things started to go wrong).

Nesses exemplos, o contexto permite-nos inferir um sentido de causa, por isso, falamos em inferências conversacionais, pois não há nenhum elemento que proporciona esse significado. A consolidação da informatividade se dá pela relação temporal ‘after the lecture’ e ‘the minute John joined our team’ e a consequência na oração seguinte.

Em contextos como esse, em que as inferências conversacionais passam a ser usadas mais frequentemente, elas tornam-se convencionalizadas. Como podemos observar com a partícula *since* do inglês:

- (20) a. I have done quite a bit of writing since we last met (temporal)
 b. Since Susan left him, John has been very miserable (temporal/causal)
 c. Since you are not coming with me, I will have to go alone (causal)
 d. Since you are so angry, there is no point in talking with you (causal)

Diferentemente das orações anteriores, a partícula *since* proporciona uma leitura temporal em (20a), quando as duas orações se referem a eventos, especialmente eventos no passado; mas quando uma das orações não se refere a um evento passado, a leitura é normalmente causal, como em (20c/d). Já (20b) possibilita mais do que uma leitura; esse contraste sinaliza polissemia, isto é, significado convencionalizado, não apenas conversacional.

Essa idéia pode ser resumida na máxima de Grice (1975, p. 58 apud HOPPER e TRAUGOTT, 1993) de que “o que começa a vida como uma implicatura conversacional se torna convencional”. Essa consideração sobre a mudança mostra que nos estágios iniciais da GR não ocorrem perdas, mas antes uma “semanticização” do significado, isto é, a implicatura conversacional torna-se parte da polissemia semântica de uma forma (HOPPER e TRAUGOTT, 1993).

3.3.3 O lugar da metáfora e da metonímia no processo de GR

No decorrer dessa discussão pudemos observar que há um consenso entre os pesquisadores de que há pelo menos dois mecanismos subjacentes ao processo de mudança por GR: a metáfora e a metonímia. No entanto, é possível observar que não há um acordo em relação ao “lugar” de cada mecanismo durante o processo.

Para Heine et al.(1991a), a metonímia e a metáfora não são apenas compatíveis uma com a outra, mas elas formam aspectos complementares que estão necessariamente presentes em todo o processo de GR. Portanto, ambas são parte e parcela de um mesmo processo - a GR -, embora em alguns casos particulares de função gramatical uma delas possa ser mais proeminente do que a outra.

No entanto, para Hopper e Traugott (1993) as mudanças dos significados e estratégias cognitivas que as motivam são centrais nos estágios iniciais da GR e estão relacionadas à expressividade. Por isso, as mudanças, como já falamos, são inicialmente pragmáticas e associativas e surgem em contextos de fluxo de fala. A continuação da GR e a rotinação das formas, a perda de significado ou “bleaching”, estão presentes só nos estágios posteriores da GR. Como o começo e o fim do processo de GR não são iguais, Traugott e König (1991) acreditam que diferentes tipos de inferências estão relacionados à GR. Como vimos antes, isso dependerá do tipo de função gramatical envolvido: (i) no desenvolvimento de marcadores de tempo (tense), aspecto, caso estão envolvidas primeiramente inferências metafóricas; (ii) no desenvolvimento de conectivos, especialmente causais (como *since*), concessivos (cf. *while*) e marcadores de preferências (como *rather*), está presente o fortalecimento da informatividade com uma implicatura conversacional tornando-se convencionalizada.

Apesar de Traugott e König (1991) sugerirem que, nos desenvolvimentos de concessivos, causais e partículas de negação, inferências conversacionais surgem pelo mecanismo da metonímia e, portanto, esse é o principal parâmetro na troca conceitual, Heine et al.(1991a) acreditam que a metáfora está presente mesmo nesse momento. Por exemplo, no desenvolvimento do significado temporal para causal, como mostram os exemplos de (16); segundo Heine et al. (1991a), subjacente à inferência causal de uma expressão temporal há uma metáfora tempo-causa pela qual uma seqüência de eventos no tempo é usada metaforicamente para referir uma seqüência de eventos em uma relação causal.

Bybee et al.(1994), assim com o Hopper e Traugott (1993) e Traugott e König (1991), também acreditam que a metáfora e a metonímia¹⁹ são mecanismos diferentes de mudança e

¹⁹ Bybee et al. (1994) tentando entender como os significados mudam no processo de GR, propõem cinco mecanismos de mudança semântica: extensão metafórica, inferência, generalização, harmonia, e absorção do significado gramatical. O mecanismo da inferência engloba, de certa forma, o que encontramos na literatura como metonímia, inferências pragmáticas, reinterpretação induzida pelo contexto.

ocorrem sob diferentes circunstâncias. Por exemplo, as GR de tempo, aspecto e modalidade mostram poucos exemplos em que ocorre a metáfora e, quando ela ocorre, “age nos estágios iniciais da GR e talvez fosse melhor entendida como uma mudança lexical” (BYBEE et al., 1994, p. 283).

Talvez o melhor exemplo de mudança metafórica que leva ao desenvolvimento de categorias gramaticais são as mudanças que envolvem parte do corpo para expressar conceitos espaciais. O maior questionamento de Bybee et al. (1994) é se essa mudança metafórica ocorre realmente durante a GR, pois eles acreditam que essas metáforas precedem a GR e ocorrem no fim do processo que leva do conceito mais lexical do contínuo.

3.4 Mecanismos de natureza lingüística

Nas subseções 3.3.1 e 3.3.2, nós apresentamos os mecanismos de natureza cognitiva que subjazem à mudança no processo de GR. Os principais são a metáfora e a metonímia. Nesta seção, nós deixamos de lado os parâmetros cognitivos e pragmáticos para olhar com mais detalhe a estrutura da língua propriamente dita e o modo com que ela é afetada pelos mecanismos observados anteriormente. Vamos abordar, principalmente, dois mecanismos lingüísticos: o da analogia e o da reanálise. Esses mecanismos são de natureza lingüística, enquanto os anteriores são de natureza conceitual. No entanto, eles não se excluem; pelo contrário, de certa forma eles estão relacionados: com a analogia associada à metáfora e a reanálise à metonímia.

3.4.1 A analogia

Meillet (1965) quando tentou mostrar como surgem novas formas gramaticais distinguiu dois processos: a analogia e a GR. O desenvolvimento e a organização de novas formas gramaticais ele nomeou como GR; e a atração de formas existentes para construções também já existentes ele referiu como analogia. Nesta época, em que Meillet escreveu essa obra, havia uma interpretação limitada da analogia, definida como processo pelo qual irregularidades na gramática, particularmente no nível morfológico, eram regularizadas. Esse

mecanismo era visto como uma proporção ou equação. Assim, dada a alternância singular/plural entre *cat/cats*, poderia se entender analogicamente *child-children* como *child-childs*. Esse exemplo é usual, principalmente, na fala de crianças, mas, de fato, ocorreu na história do inglês, dado *ston-stone* ‘*ston-stones*’; *shoe-shoen* ‘*shoe-shoes*’, a forma usada atualmente se deveu à analogia.

$$(21) \quad \text{ston} : \text{stones} = \text{shoe} : X \\ X = \text{shoes}$$

A principal questão relacionada à fórmula de proporção da analogia é a razão pela qual um determinado membro do par é selecionado como modelo. Kurylowicz (1945 apud HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p.57) apontou algumas tendências relativas à seleção do modelo: por exemplo, a tendência para substituir uma forma mais específica por uma mais geral, não vice-versa. Já Kiparsky (1968 apud HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p.57) buscou redefinir analogia em fonologia como regras de extensão, explicando por que a analogia não é fortuita na mudança da linguagem. Ele entende a analogia como generalização ou otimização de uma regra de um domínio relativamente limitado para um mais amplo.

Apesar de apenas a reanálise poder criar novas estruturas gramaticais, a analogia é muito importante no estudo de GR, visto que é a primeira evidência para o falante de que uma mudança esteja acontecendo.

3.4.2 A reanálise

Langacker define a reanálise como: “mudança na estrutura de uma expressão ou classe de expressão que não envolve nenhuma modificação imediata ou intrínseca da manifestação superficial” (1977 apud HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p.40). Um dos tipos mais simples de reanálise, e também uma das mais freqüentes na GR, é a fusão de duas ou mais formas, com a junção das fronteiras morfológicas; um exemplo é a composição, a junção de duas ou mais palavras dentro de uma (HOPPER e TRAUGOTT, 1993).

Em alguns trabalhos, a reanálise tem sido usada como um quase sinônimo de GR. No entanto, Heine e Reh (1984) propõem a separação entre reanálise e a GR, essencialmente em função do princípio da unidirecionalidade, que é uma propriedade inerente à última, mas não

à primeira (HEINE et al., 1991a). Heine et al. (1991b) reserva a reanálise aos casos em que uma manipulação conceitual de uma estrutura lingüística pode ser tratada como alguma estrutura alternativa. Dessa forma, construções pragmáticas podem ser reanalisadas como estruturas sintáticas e estrutura sintática reanalisadas em estruturas morfossintáticas.

Normalmente, a reanálise acompanha a GR: quando um dado morfema está gramaticalizado, não apenas sua posição pragmática ou sintática é afetada, mas também os seus constituintes. Ou se dá o contrário: quando a reanálise ocorre, é provável que ocorra GR de pelo menos um dos seus morfemas dentro da estrutura que sofreu reanálise (Heine, 1991b). Em tais casos, reanálise e GR são o resultado de uma mesma estratégia, que é expressar conceitos mais abstratos em termos de conceitos menos abstratos.

Apesar da reanálise e da GR parecerem processos inseparáveis, considerações como: (i) A GR é essencialmente um processo unidirecional, reanálise não é; e (ii) existem casos de GR sem reanálise e reanálise sem GR (HEINE et al., 1991b, p.169); sugerem que elas devam ser tratadas como coisas diferentes. Por exemplo, quando o demonstrativo se torna um artigo definido (*this man* > *the man*), ou o numeral ‘one’ se torna um artigo indefinido (*one man* > *a man*), tratamos de formas gramaticalizadas sem reanálise. No entanto, quando duas orações coordenadas são analisadas em uma nova estrutura (oração principal > oração subordinada), tratamos como um caso de reanálise sem GR, pois não há um subordinador morfológicamente envolvido. Por exemplo, em ‘*she went to bed, she was tired*’, a interpretação dessas duas sentenças é que, provavelmente, a segunda oração seja reanalisada como oração subordinada, um complemento de causa da primeira; nesses casos, falamos que houve apenas reanálise, já que não há material morfológico para ser gramaticalizado (HEINE et al., 1991b, p. 169).

A reanálise e a analogia proporcionam diferentes efeitos: a reanálise essencialmente envolve linearidade, organização sintagmática, local freqüente, reorganização e mudança de regra – ela não é diretamente observável; por outro lado, a analogia essencialmente envolve organização paradigmática, mudança na superfície, e padrões de uso. A analogia faz com que as mudanças por reanálise sejam observáveis. Um exemplo da interação da reanálise e da analogia é o desenvolvimento da negação em francês. O processo apresenta as seguintes fases (HOCK, 1991; SCHWEGLER, 1988 apud HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. 58):

- (i) A negação era realizada colocando-se a partícula *ne* antes do verbo.
- (ii) Um verbo de movimento negado por *ne* poderia, opcionalmente, ser reforçado pelo nome *pas* ‘passo’:

(22) *Il ne va (pas)*
‘Ele não vai (anda) (um passo)’

(iii) A palavra *pas* foi reanalisada como uma partícula de negação na estrutura do tipo *ne V movimento (pas)*.

(iv) *Pas* foi estendida analogicamente para outros verbos que não eram de movimento; isto é, a estrutura de negação do francês passou a ser *ne V (pas)*:

(23) *Il ne sait pas.*
‘Ele não sabe’

(v) A partícula *pas* foi reanalisada tornando-se obrigatoriamente concomitante a *ne* para a negação geral: *ne V pas*.

(vi) Na língua falada, *pas* veio a substituir *ne* via dois estágios: *(ne) V pas* (reanálise de *ne* como opcional), *V pas* (reanálise com a perda de *ne*), resultando em:

(24) *Il sait pas.*
‘Ele não sabe’

3.5 Da representação da mudança

Como vimos na seção anterior, alguns mecanismos, como a metáfora e a metonímia, habilitam a mudança. Alguns pesquisadores, dependendo do que desejam destacar no processo de GR, tentam formular esquemas que retratem o caminho da mudança. Nessa seção, trataremos de alguns modelos que esquematizam esse tipo de mudança.

Heine et al. (1991a) trazem alguns modelos, de vários pesquisadores, que tentam representar a trajetória da mudança. Como, por exemplo, o “modelo do bleaching”:

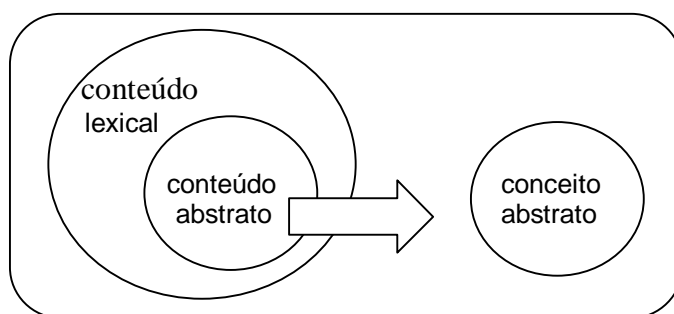


Figura 6: “Modelo de *bleaching*”

(HEINE et al., 1991a, p.109)

Esse modelo representa uma interpretação comum da GR, em que um dispositivo de “filtragem” desbota todo o conteúdo lexical da palavra e retém apenas o conteúdo gramatical. Esse modelo pode ter relação com as considerações de Lehmann (1995) e Bybee e Pagliuca (1985) (cf. HEINE, et al. 1991a, p.109), que entendem o processo como “generalização ou debilitação do conteúdo semântico”, pelo qual “significados são esvaziados de suas especificidades”.

No entanto, há modelos que mostram não apenas o que é perdido, mas também o que é ganho no processo de GR:

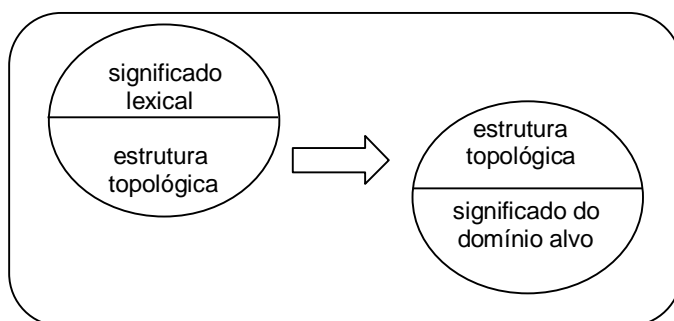


Figura 7: “Modelo da perda e ganho”
(SWEETSER, 1988 apud HEINE et al., 1991a, p.110)

Esse é o modelo “loss-and-gain” proposto por Sweetser (1988). Essa autora faz uma distinção entre “generalização de significado” e “troca de significado metafórico”. No primeiro caso, um morfema alarga sua classe de referentes. Por exemplo, por “abstração”, aspectos centrais do significado de um morfema são ampliados para que o morfema cubra todos os referentes envolvidos nesse aspecto central. No outro caso, o esquema abstraído do significado do morfema é mapeado dentro de um outro domínio de significado. Nesse sentido há um balanceamento entre perda e ganho, pois, apesar da perda lexical, quando há o mapeamento de um domínio de origem para um domínio de meta, novas características são aderidas ao item.

Há um outro modelo chamado de “overlapping”:

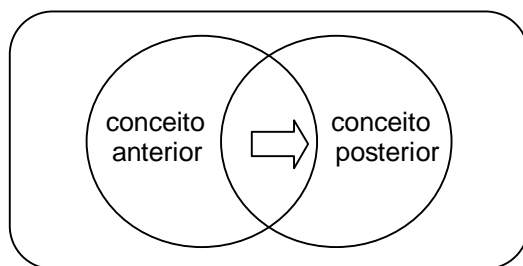


Fig. 8: "Modelo do overlapping"

(HEINE et al., 1991a, p.111)

Esse modelo registra que a mudança, de um conceito prévio, ou original, para um conceito meta, tem uma fase em que os dois conceitos sobrepõem lado-a-lado, o que proporciona um estágio de ambigüidade.

Um outro modelo, proposto por Givón (1989), é chamado de "prototype extension":

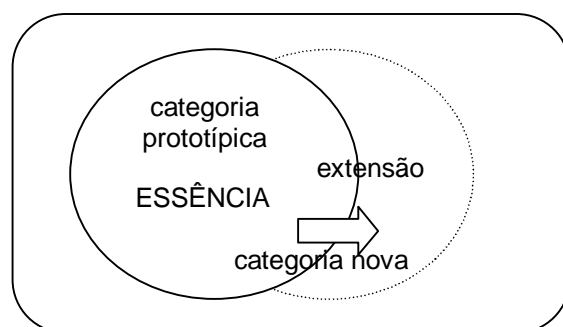


Fig. 9: "Modelo da extensão prototípica"

(GIVÓN, 1989 apud HEINE et al., 1991a, p.112)

Esse modelo, diferentemente dos que vimos até agora, que distinguem duas categorias (menos ou mais gramatical), faz referência a uma mesma entidade, mostrando um processo de extensão feito por analogia ou metáfora.

Todos esses modelos, de modo geral, tratam de algum aspecto da mudança: ou da perda, ou do ganho, ou da sobreposição de significado, ou da extensão do significado de uma mesma categoria. Apesar de não desconsiderarem todas essas representações, Heine et al. (1991a) acreditam que as duas forças que agem na GR devem ser representadas pelos esquemas da mudança. Por isso, eles também tentam elaborar um modelo para representar a mudança. Esses autores entendem que um modelo de mudança deve representar duas partes: (i) a rede conceitual de ramificações, simbolizados por B, C, D, etc – na figura 10 -, que possuem os diferentes sentidos comuns a um item que sofreu GR; todos esses sentidos são derivados de um item de origem A; e (ii) a transição de um sentido para o outro, por exemplo, o que acontece quando um sentido A dá origem ao sentido B:

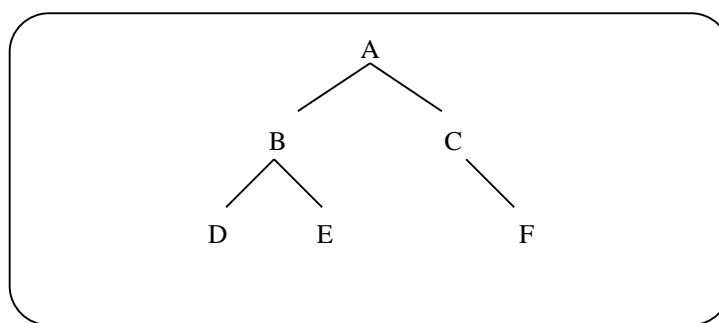


Fig. 10: Cadeia conceitual da GR

Subjaz a isso o que Heine et al. (1991a) chamam de “macroestrutura” e “microestrutura”. A macroestrutura, que é principalmente de natureza psicológica, está relacionada aos domínios cognitivos e às relações existentes entre eles. A metáfora é a principal estratégia para “atravessar” esses domínios. A microestrutura, que é de base pragmática, está relacionada essencialmente ao contexto e sua manipulação; portanto, é de natureza metonímica, entendendo que a reinterpretação induzida pelo contexto faz com que inferências conversacionais se convencionalizem em novos sentidos. Os autores resumizam esses preceitos na seguinte tabela:

| Macroestrutura | Microestrutura |
|--|--|
| Domínio conceitual | Contexto |
| “Similaridade”, “analogia” | Implicaturas conversacionais |
| Transferência entre domínios conceituais | Reinterpretação induzida pelo contexto |
| Metáfora | Metonímia |

Quadro 7: Macroestrutura e Microestrutura em GR

A rede conceitual está relacionada à microestrutura e a transição de sentido à macroestrutura. Considerando essa perspectiva, podemos pensar que B, do diagrama 10, pode ser interpretado como uma convencionalização de implicatura de A.

No entanto, Heine et al. (1991a) admitem que esse modelo ainda não dá conta de representar o processo de GR, visto que alguns fatores foram ignorados. Por exemplo, esse modelo diz respeito à troca de A para B, como se fossem categorias discretas, ignorando, portanto, a motivação pragmática envolvida no desenvolvimento das estruturas. Por isso uma melhor representação seria:

$$(25) \quad xAb > aBc > bCd$$

Em que as letras maiúsculas significam o sentido focal, mais saliente, e as minúsculas o sentido não-focal. Um exemplo é o nome *vi* ‘criança’ em Ewe, que passa a ser usado como um sufixo (*-vi*) diminutivo, desenvolvendo as seguintes acepções:

- (26) a) *koklô*, ‘galinha’ *koklô-vi*, ‘pintinho’
 b) *kpé*, ‘pedra’ *kpé-vi*, ‘pequena pedra’

O sufixo *-vi* tem o sentido focal quando se refere a jovem (26.a) e não-focal com sentido de pequeno (26.b). Nesse sentido, a focalidade deve ser tratada sob uma perspectiva entre a oposição dos dois significados: significado primário *vs.* secundário, significado denotativo *vs.* conotativo, propriedade central *vs.* periférica. Portanto, o significado de uma entidade gramatical é determinado não apenas pelo sentido focal, mas também pelo sentido não-focal: significados “prévios” têm sido considerados na descrição de significados gramaticais. Significados “posteriores”, ou seja, sentidos não-focais que são colocados em evidência em certos contextos, são provavelmente desenvolvidos dentro de novo sentido focal, em um estágio posterior da GR.

Outra característica ignorada é a rede conceitual envolvida no processo. Para isso, os autores propõem outro modelo em árvore:

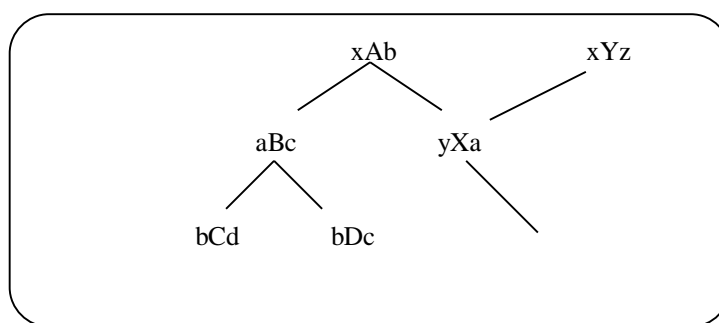
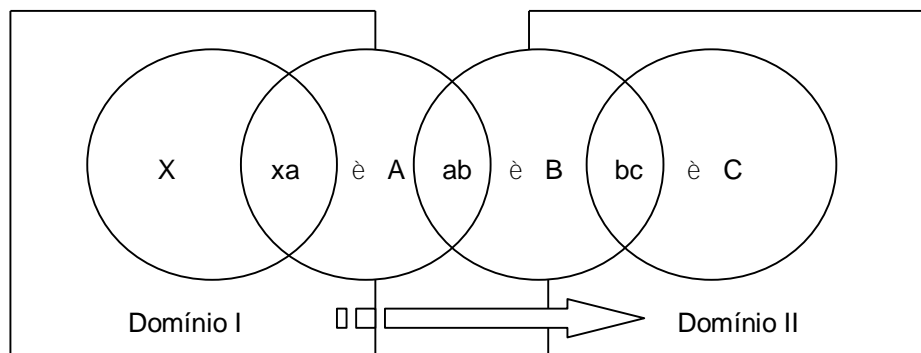


Fig. 11: Macroestrutura conceitual da GR

Esse modelo é mais cuidadoso na descrição da macroestrutura cognitiva.

No entanto, esse modelo ainda não representa as duas principais forças envolvidas no processo de GR. Por isso, Heine et al. (1991a) propõem um outro esquema, que não é contraditório com a figura 10, mas a completa. Eles o chamam de modelo “metonímico-metafórico”:



è reinterpretação induzida pelo contexto

⇨ transferência metafórica

Fig. 12: "Modelo da metonímia-metáfora"

(HEINE et al., 1991a, p.114)

Nesse modelo, estão retratadas as duas forças que agem na GR: (i) a transferência conceitual, "que é de natureza metafórica e relaciona diferentes domínios cognitivos"; e (ii) motivação pragmática, que envolve a reinterpretação induzida pelo contexto e metonímia, o que leva à sobreposição de sentidos.

3.6 Dos princípios e parâmetros

Nessa seção, vamos tratar de alguns princípios que estão presentes no processo de GR. Os princípios não são "ferramentas", como a metáfora e metonímia, que habilitam as mudanças, mas antes, são preceitos sobre a mudança elaborados por pesquisadores que observaram uma vasta tipologia de línguas e encontraram regularidades comuns no processo de mudança dessas línguas. Os princípios e parâmetros mais conhecidos são os de Lehmann (1995) e os de Hopper (1991). Os parâmetros propostos por Lehmann mostram a gramaticalidade dos itens e construções em estágio avançado de GR ou quando um item já se morfologizou; os parâmetros de Hopper detectam os estágios mais incipientes da GR. Além desses, que são os parâmetros comumente abordados nas pesquisas em GR, vamos mostrar os parâmetros de Heine et al. (1991a) que tentam aferir o grau relativo da GR dentro de um domínio de marcador de caso. De certa forma, podemos observar que os princípios estão muitas vezes relacionados aos pesquisadores que os postulam, mas como a GR parece um

processo que ocorre por meios semelhantes, mesmo em línguas diferentes, os princípios não divergem de um autor para outro, às vezes, até se complementam.

Para melhor esclarecimento, essa seção será subdividida, segundo os diferentes autores referidos acima.

3.6.1 Lehmann: parâmetros da gramaticalização

Para Lehmann (1995), a GR está diretamente relacionada à autonomia do signo: quanto mais gramaticalizado, menos autônomo será o signo. A autonomia trata da liberdade com que o signo é usado, quanto mais livre o seu uso mais autônomo ele é. Por isso, para medir o grau de GR de um signo é necessário determinar o seu grau de autonomia, que pode ser medido por três aspectos: peso, que diz respeito à proeminência no sintagma; coesão, que trata de certas relações que um signo contrai com outros signos; e variabilidade, que trata da mobilidade ou permutação de um signo com outros. Quando um signo perde autonomia, há uma diminuição no seu peso, na variabilidade e há um aumento na coesão. Esses três parâmetros são tratados dentro dos domínios de seleção e combinação de signos lingüísticos. Portanto, dentro dos eixos paradigmático e sintagmático.

Podemos esquematizar esses seis parâmetros no seguinte quadro:

| Parâmetros | | GR incipiente | Processo | Gramaticalização Avançada |
|--------------------|--|--|----------------------|--|
| Eixo paradigmático | <u>Integridade</u> (peso) | Conjunto de traços semânticos | Atrição | Poucos traços semânticos |
| | Paradigmaticidade (coesão) | Participação “frouxa” em um campo semântico | Paradigmaticidade | Paradigma pequeno, altamente integrado |
| | Variabilidade paradigmática (variabilidade) | Escolha livre dos itens, segundo as necessidades comunicativas | Obrigatoriedade | Escolhas sistematicamente restritas, uso obrigatório |
| Eixo sintagmático | Escopo (peso) | Item relaciona-se a constituintes de complexidade arbitrária | Condensação | Item modifica palavra ou a raiz |
| | Conexidade (coesão) | O item é justaposto independentemente | Coalescência (união) | O item é afixo ou traço fonológico |
| | Variabilidade sintagmática (variabilidade) | Liberdade de movimento do item | Fixação | O item ocupa uma posição fixa |

Quadro 8: Parâmetros de gramaticalização
(cf. LEHMANN, 1995 [1982]; p.164)

A integridade trata do peso do signo no paradigma e diz respeito a certas características que permitem que o signo mantenha sua integridade, distinguindo-o de outros signos, além de garantir certa proeminência em contraste com outros signos no sintagma. Nesse parâmetro, pode-se distinguir aspectos semânticos e fonológicos. Quanto menos autônomo for o signo, ele perde mais em integridade semântica, que é chamada de desemanticização, e ele perde mais em integridade fonológica, processo chamado de atrito fonológico. O atrito fonológico diz respeito à gradual perda de substância fonológica. Por exemplo, o pronome demonstrativo *ille* do Latim dá origem aos artigos *le* do Francês, *il* do Italiano e *o(s)/a(s)* do português (TARALLO, 1994). A desemanticização, ou *bleaching* diz respeito à gradual perda de substância semântica.

A paradigmaticidade do signo diz respeito ao grau de coesão de um item com outros em um paradigma. Pode ser entendida como a integração formal e semântica de um paradigma como um todo e a integração formal e semântica do item em análise dentro desse paradigma. Apesar da dificuldade de precisar o tamanho do paradigma do qual o item gramaticalizado faz parte, segundo Lehmann (1995) já é bastante difundido, de que paradigmas altamente gramaticalizados tendem a ser menores do que os menos gramaticalizados. Um exemplo é a GR de nomes que têm relação de localização como *front*, *back*, *top*, que podem ser usados para formar preposições perifrásticas.

A variabilidade paradigmática diz respeito à liberdade com que os usuários da língua escolhem um signo, ou seja, refere-se à possibilidade de uso de um outro item em lugar daquele em processo de GR. Lehmann (1995) distingue a variabilidade intraparadigmática da transparadigmática. A primeira diz respeito à seleção de um signo em oposição a outros do paradigma; a variabilidade intraparadigmática diminui quanto mais gramaticalizado for o signo. A segunda diz respeito à liberdade do falante em consideração a todo o paradigma; o paradigma representa uma certa categoria gramatical e seus membros são subcategorias, pode haver uma certa liberdade em que qualquer subcategoria especifica uma categoria, ou deixar toda uma categoria sem especificação. A redução dessa variabilidade pode ocasionar a obrigatoriedade do signo.

No eixo sintagmático temos o escopo estrutural, que trata do tamanho estrutural da construção que o signo ajuda formar. O tamanho estrutural da construção pode ser determinado pelo nível da estrutura gramatical ao qual se vincula. Por exemplo, verbos como *have* e *be*, quando principais, atuam no nível da oração, mas quando afixos estão no nível do sintagma verbal. Segundo Lehmann, quanto mais condensado é o escopo, maior o grau de GR.

A conexidade de um signo trata da intimidade com que ele se conecta com outros signos para que possa sustentar uma relação sintagmática. A conexidade varia da justaposição à fusão. Quanto mais conectado for o signo, menor a sua autonomia. O aumento da conexidade pode ser chamado de coalescência, em que se pode detectar a fase da cliticização, da aglutinação e da fusão.

A variabilidade sintagmática de um signo trata da possibilidade de sua mobilidade na construção em que ele ocorre. A variabilidade sintagmática diminui com o aumento da GR. A posição fixa do item dentro de um sintagma é indício de seu aumento de gramaticalidade. Um exemplo é a GR de advérbios em preposições: quando um advérbio especifica aspectos de um sintagma nominal, ele pode vir justaposto e até mesmo separado; isso não ocorre com a preposição.

3.6.2 Hopper: princípios da gramaticalização

Hopper (1991, 1996) formula cinco princípios da GR, que são nomeados como: estratificação, divergência, especificação, persistência, e descategorização. Ele elabora esses

princípios a partir dos princípios propostos por Lehmann²⁰, que são paradigmaticização, obrigatorificação, condensação, coalescência, fixação. Para Hopper (1991), os princípios de Lehmann caracterizam a GR depois que ela atingiu um estágio razoavelmente avançado. Ele considera que é mais difícil identificar a GR quando os estágios de “obrigatoriedade” e “fixação” não foram alcançados. Pois, assim, é possível observar os tipos de mudanças e rotular as ocorrências. Por isso, ele modifica um pouco os princípios de Lehmann e busca identificar, principalmente, os estágios variáveis. Passamos a uma apresentação mais detalhada dos princípios de Hopper (1991):

Estratificação: “Dentro de um amplo domínio funcional, novas camadas emergem continuamente. Quando isso acontece, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas podem permanecer coexistindo e interagindo com a camada mais nova”

Esse princípio diz respeito à essência da língua, no sentido de que não há necessariamente uma forma para uma função. A língua pode dispor de mais do que uma forma para representar apenas uma função. Porém, o que é ressaltado é que quando uma forma emerge em um domínio funcional, ela não substitui abruptamente a forma anterior, mas coexistem. Um exemplo em português é a GR da forma ‘a gente’ (OMEGA e BRAGA, 1996)²¹, pois essa expressão passou a competir com as formas ‘eu’ e ‘nós’.

Divergência: “Quando uma forma lexical sofre gramaticalização para um clítico ou afixo, a forma lexical original pode permanecer como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças de um item lexical comum.”

Esse princípio mostra que algumas palavras podem ter em comum a etimologia, mas funções diferentes; ou seja, o item lexical continua coexistindo com a forma que se gramaticalizou a partir dela. Segundo Hopper (1991), a divergência é um tipo de estratificação, porém, essa implica em graus de GR em um domínio funcional similar, com formas lexicais diferentes, enquanto aquela mostra que o mesmo item lexical autônomo torna-se gramaticalizado em um contexto e não em outro. ‘Gente’ permaneceu um item lexical

²⁰ Os princípios de Lehmann, de que Hopper fala, estão no artigo “Grammaticalization: Synchronic variation and diachronic change”, na revista *Lingua e Stile* 20(3): 303-318, 1985.

²¹ Omega e Braga, nesse artigo de 1996, analisam a gramaticalização de ‘a gente’ no português brasileiro sob a perspectiva dos cinco parâmetros de Hopper. Em função disso, todos os exemplos dessa seção serão extraídos desse artigo.

autônomo, sem sofrer mudanças fonológicas. O que sofreu alteração foi a forma gramaticalizada ‘a gente’.

Especialização: “Dentro de um domínio funcional, em um determinado estágio, uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas são possíveis; com a gramaticalização, essa variedade de escolha formal estreita-se e um pequeno número de formas selecionadas assume um significado gramatical mais geral.”

Esse princípio mostra quando um item está muito próximo da GR total, pois há um estreitamento das escolhas. Com relação a ‘nós’ e ‘a gente’, observa-se que a ocorrência da nova forma predomina atualmente sobre a antiga.

Pesistência: “Quando uma forma sofre gramaticalização de uma função lexical para uma gramatical, na medida em que é gramaticalmente viável, alguns traços de seu significado lexical original tendem a aderir (à forma gramatical), e detalhes da história lexical podem refletir-se na sua distribuição gramatical.”

Quando uma forma começa a se gramaticalizar, alguns traços de um estágio anterior devem estar presentes no posterior. Por isso, formas que se gramaticalizam são polissêmicas e não homônimas. Essa polissemia vai-se desfazendo quanto mais gramaticalizada for a forma. No caso da expressão ‘a gente’, Omega e Braga (1996) observam que o traço de coletividade do substantivo ‘gente’ contribuiu para uma referência indeterminadora. Esse traço permanece no pronome, pois é mais provável usar ‘a gente’ para um grupo grande e indeterminado de pessoas do que para um grupo pequeno e determinado.

Descategorização: “As formas que sofrem gramaticalização tendem a perder ou neutralizar marcas morfológicas e características sintáticas de categorias completas como Nome e Verbos, e assumem características de categorias secundárias tais como Adjetivos, Particípio, Preposições, etc.

Esse princípio trata da mudança de categorias. Heine et al. (1991a) já haviam dito que um dos indícios de que a GR ocorreu é a mudança de categoria. Hopper mostra que essa mudança ocorre em um único sentido: Nomes, Verbos > Adjetivos, Preposições, etc. O nome ‘gente’ tem toda as características de um substantivo: mobilidade, flexão de número, derivação de grau, pode ser modificado por quantificadores, determinantes, possessivos, locuções prepositivas, etc. Já a forma ‘a gente’, apesar de levar o verbo para a terceira pessoa

do singular, semelhante a um substantivo, apresenta uma variação sintática ('a gente vamos') que demonstra maior integração ao sistema pronominal, pois pode concordar com a primeira pessoa do plural.

3.6.3 Heine, Claudi, Hünne Meyer: parâmetros de caso

Heine et al. (1991a) formulam sete parâmetros que podem medir o grau da GR. Esses parâmetros ajudam a resolver a questão de "Como podemos decidir se a categoria X está mais gramaticalizada do que a Y?" (Heine et al., 1991a, p. 156). Os parâmetros que seguem podem aferir o grau relativo da GR conceitual/semântica dentro de um domínio de marcador de caso:

- a) Uma categoria é mais gramaticalizada do que a outra se ela derivou etimologicamente da anterior. Isso pode ser averiguado por uma análise diacrônica, que, também, evidencia o princípio da unidirecionalidade. Por exemplo, a conjunção *since* do Inglês tem o sentido de causa mais gramaticalizado do que o de tempo porque foi derivada historicamente dessa.
- b) Se duas funções se diferenciam uma da outra apenas pelo fato de que uma tem a função espacial, então a outra, que não tem a função de espaço é mais GR. Ou seja, entre todas as funções, a de espaço é a menos gramaticalizada.
- c) Se duas funções se diferenciam uma da outra apenas pelo fato de que uma implica em algum participante humano e a outra implica em um participante inanimado, então, a última é mais gramaticalizada. Isso significa, por exemplo, que benefativo é menos gramaticalizado do que propósito. Apesar de ambos terem o traço de meta, aquele pressupõe um participante humano, enquanto esse requer um não-humano.
- d) Uma categoria com um conceito que se refere a três dimensões físicas é menos gramaticalizada do que uma categoria que se refere a um conceito que tem apenas uma dimensão física possível; essa, por sua vez, é menos gramaticalizada do que uma categoria que não mostra qualquer dimensão física. Isso mostra que espaço é menos gramaticalizado do que tempo e esse menos gramaticalizado do que condição.

- e) Se duas categorias se diferenciam uma da outra apenas pelo fato de que uma expressa uma relação temporal e a outra expressa uma relação “lógica”, então a última é mais gramaticalizada. Assim, é possível dizer que causa e condição são categorias mais gramaticalizadas do que tempo.
- f) Se duas categorias se diferenciam uma da outra apenas pelo fato de que uma é mais inclusiva, ou seja, pode incluir o outro em certos contextos, então o mais inclusivo é o mais gramaticalizado. Assim, se as categorias de pessoa e objeto pertencerem a um mesmo “canal” de gramaticalização, então o objeto é mais gramaticalizado, já que pode incluir mais elementos. Por exemplo, a pergunta ‘*O que é isso?*’ pode-se referir às categorias de pessoa (i.e. um menino) ou um objeto (um carro), enquanto a pergunta ‘*Quem é esse?*’ pode-se referir somente à pessoa. Da mesma forma, a categoria de modo é mais inclusiva do que a de instrumento, e, por isso, é mais gramaticalizada.
- g) Se um dado morfema rege tanto sintagmas nominais quanto orações, então o último uso é mais gramaticalizado do que o primeiro. Por exemplo, em inglês o morfema *for* tem a função de uma preposição e de uma conjunção subordinativa. Portanto, o uso da preposição é menos gramaticalizado do que o da conjunção.

3.7 Da direção da mudança

Para a lingüística, de modo geral, “as mudanças ocorrem entre dois momentos e, por isso, são necessariamente diacrônicas” (COSERIU, 1979, p.22). A idéia de que as línguas mudam sempre esteve presente na lingüística. A essa idéia acompanham questões como, diacronia vs. sincronia, língua vs. fala, etc. No entanto, nos estudos sobre a GR a direção da mudança tornou-se uma questão central, a ponto de surgir a afirmativa de que a mudança, se for evidenciada como um processo de GR, só tem uma direção: aumento de significado gramatical. Nesse sentido, usa-se o termo unidirecional para a direção das mudanças. Pode-se entender a unidirecionalidade como a “relação entre dois estágios A e B, tal que A ocorre antes de B, mas não vice-versa” (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p.95).

Visto os questionamentos sobre a realidade teórica²² da GR, a unidirecionalidade ganhou um estatuto de princípio norteador desse tipo de processo. Como mostramos neste capítulo, o princípio da unidirecionalidade está subjacente a todos os mecanismos da mudança (vistos nesta seção em 3.3 e 3.4), está presente em todos os modelos que tentam representar a mudança (como vimos na seção 3.5) e está nos princípios e parâmetros propostos por diferentes autores (vistos em 3.6). Assim, podemos entender a unidirecionalidade como o princípio maior da GR, já que nem toda mudança é uma GR, mas, se for GR, ela tem uma única direção. Como metaforicamente propõe Gonçalves (2003), “a unidirecionalidade seria o bisturi que recorta um tipo de mudança, a que promove o rebaixamento de categoria de um elemento, rumo a uma estrutura mais gramatical, e nunca o contrário” (GONÇALVES, 2003, p.31).

De certa forma, a idéia da unidirecionalidade do processo de GR está presente já em Meillet, para quem a mudança ocorre do léxico para a gramática, e não o contrário. Um elemento da língua que se gramaticaliza pode apenas receber conteúdo gramatical, nunca conteúdo lexical.

Meillet resumia a unidirecionalidade da seguinte forma:

(27) Item lexical > morfologia

(MEILLET, 1965)

Trabalhos posteriores mostram que o caminho da mudança não é diretamente do léxico para a morfologia. Hopper e Traugott (1993) mostram que o item lexical que se gramaticaliza, normalmente, começa a ser usado em contextos locais fortemente restritos e acaba por sofrer uma reanálise. Nesse sentido, podemos entender que primeiro o elemento serve a funções discursivas, depois ele se fixa sintaticamente, para então, eventualmente, tornar-se um morfema. Portanto, a direção é a seguinte:

(28) Item lexical usado em um contexto lingüístico específico > sintaxe > morfologia

(HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p.95)

3.7.1 *Clines e chains*

²² Como mostramos na primeira seção desse trabalho, na subseção 2.2.

Uma forma de representar a unidirecionalidade no processo de GR é pelo *cline*, termo proposto por Hopper e Traugott (1993), ou pelo *chains*, termo proposto por Heine (1992).

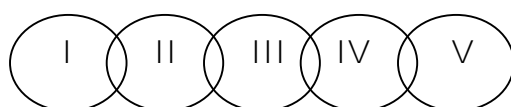
Um *cline* pode representar a direção de qualquer aspecto no processo de GR. Por exemplo, a mudança de um nome lexical, para uma frase relacional, para um advérbio e preposição, e até para um afixo, exemplificam um tipo de *cline*:

(29) Item de conteúdo > palavra gramatical > clítico > afixo

O *cline* pode ter implicações diacrônicas ou sincrônicas. No primeiro caso, podemos entender o *cline* como o caminho de uma forma ao longo do tempo. No segundo, podemos pensar como um “contínuo”, em que as formas são arranjadas ao longo de uma linha imaginária, onde o início é uma forma, talvez, lexical, e o fim, uma forma gramatical.

Heine (1992) propõe um outro modo de representar a direção no processo de GR. Apesar do *chains* ser muito semelhante ao *cline*, Heine (1992) o define como um tipo de GR; por isso, usa o termo *grammaticalization chains* para designar categorias lingüísticas que têm a forma de um tipo específico de estrutura de semelhança familiar. Para Craig (1991 apud HEINE, 1992, p.336-7) “o termo ‘chain’ é usado para evocar o passo-a-passo da natureza do processo de GR, que é mais diretamente observável no emparelhamento de dois morfemas em um cenário de mudança, criando vínculo com a estrutura interna [...] o *chaining* acontece quando o resultado de um vínculo se torna a origem de outro”.

Com o lexema *-yyéú* da língua Chamus, Heine (1992, p.345) exemplifica a *grammaticalization chain*, que seria representada como:



O comportamento do lexema do Chamus se sumariza da seguinte forma:

- (a) Os vários usos desse lexema podem ser organizados na forma de cinco estágios, com cada estágio mostrando um comportamento lingüístico distinto;
- (b) Os estágios formam uma estrutura linear com o estágio I menos gramaticalizado e o estágio V mais gramaticalizado, ou seja, em um dado estágio um membro é mais gramaticalizado do que todos à esquerda, mas menos gramaticalizado do que qualquer membro à direita;

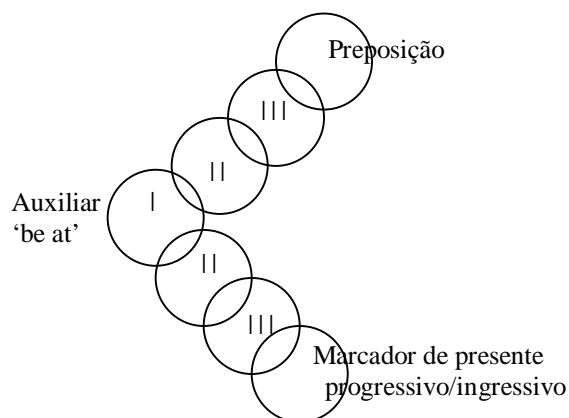
(c) Esses membros, contudo, não são entidades discretas, antes eles mostram um comportamento “chain-like”, já que várias de suas propriedades são também compartilhadas por membros adjacentes;

(d) As *grammaticalization chains* têm tanto uma dimensão sincrônica quanto uma diacrônica; elas são o resultado de um processo histórico que leva do menos gramatical, i.e., tipicamente de entidades lexicais para entidades mais gramaticais, e esse processo conduz à variação sincrônica dependente de contexto.

Na verdade, Heine (1992) quer destacar com essa representação que os usos não são categorias distintas, mas formam um contínuo. Dessa forma, ele evidencia (i) o grau de GR e (ii) a relação conceitual.

3.7.2 Poligramaticalização

Um *cline* ou um *chain* mostram uma única “linha” que evidencia uma única direção, como mostramos acima. No entanto, alguns desenvolvimentos mostram dois, ou até mais, do que um *cline/chain*. Craig deu a esses casos o nome de poligramaticalização (CRAIG, 1991 apud HEINE, 1992) para mostrar que uma mesma forma desenvolve diferentes funções gramaticais em construções diferentes. Um exemplo é a poligramaticalização do verbo *le* ‘be at’ do Ewe, em que o verbo auxiliar pode dar origem à preposição de finalidade, ou dar origem a um marcador de presente progressivo. Essa poligramaticalização representada por um *chain* ficaria da seguinte forma:



Algo semelhante acontece com o item *assim* do português como mostra Longhin-Thomazi (2006). No português arcaico, o item *assim* era um advérbio fórico: (i) do seu valor anafórico

surge uma conjunção coordenativa de conclusão; e (ii) do seu valor catafórico surge um marcador discursivo.

3.7.3 A unidirecionalidade nas perspectivas sincrônica e diacrônica

Os estudos sobre a língua, até o início do século XX, sempre tiveram um interesse histórico, portanto, a perspectiva abordada era a diacrônica (cf. os estudos comparativistas e os estudos dos neogramáticos). No entanto, com o estruturalismo de Saussure e a idéia da língua como um sistema que deveria ser analisado sincronicamente, surgiram vários questionamentos sobre as duas perspectivas de abordar a língua – sincrônica e diacronicamente. Questionamentos que também foram discutidos pelos estudiosos da mudança que, de modo geral, concluíam que a mudança só era possível diacronicamente. Meillet, contemporâneo a Saussure, por exemplo, entende que é contraditório separar a língua de seu caráter social, ou distinguir a estrutura da língua de sua história, como fez Saussure. Meillet se opôs, principalmente, a duas dicotomias de Saussure, aquela que distingue sincronia de diacronia e aquela que considera a língua “em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, 1975 [1916]). Com relação a isso, Meillet diz que “ao separar a variação lingüística das condições externas de que ela depende, Ferdinand de Saussure a priva de realidade; ele a reduz a uma abstração que é necessariamente inexplicável” (MEILLET apud CALVET, 2002, p.14).

Apesar de o processo de GR evidenciar um tipo de mudança, ele pode ser estudado sob uma perspectiva sincrônica; como fez Meillet quando mostrou os usos de *suís* do francês²³. Apesar de se privilegiar, por muito tempo, apenas a perspectiva diacrônica nos processos de GR, é possível um estudo sob a perspectiva sincrônica, a ponto que foram propostos até termos diferentes dependendo da perspectiva tomada: gramaticalização para mostrar a perspectiva histórica no desenvolvimento gramatical de uma forma e gramaticização para enfatizar implicações de continuidade de categorias e significados variáveis em uma visão sincrônica da língua.

Deve ficar claro que a mudança, propriamente dita, só é possível de se observar, com certeza, sob uma perspectiva diacrônica. Na verdade, quando se opta por uma das perspectivas têm-se intenções diferentes: (i) num estudo diacrônico tem-se o interesse de

²³ Como mostramos na primeira parte desse trabalho, na subseção 2.2.

investigar a fonte das formas gramaticais e o seu percurso de mudança; (ii) num estudo sincrônico é possível observar a multifuncionalidade de um elemento.

No entanto, tanto a perspectiva diacrônica como a sincrônica sempre evidenciam a unidirecionalidade: (i) diacronicamente, a unidirecionalidade evidencia a mudança categorial, ressaltando como se deram as mudanças sintática, semântica, fonológica do elemento ao longo de um período de tempo e, dessa forma, é possível observar um processo de derivação e falar-se de mudança, efetivamente; (ii) sincronicamente, é possível mostrar a multifuncionalidade do elemento e, assim, a unidirecionalidade evidenciaria um contínuo de conteúdo gramatical, sendo possível, em um mesmo tempo, observar os usos lexicais e gramaticais do elemento, ou mesmo mostrar o quão um uso é mais gramatical do que outro.

Segundo Hopper e Traugott (1993), é possível observar a GR numa perspectiva sincrônica em função, principalmente, dos princípios de persistência e divergência. A persistência de formas e significados velhos ao lado de formas e significados novos pode ser derivada por divergência de uma mesma origem ou reanalisada de uma origem diferente. A esse efeito os autores dão o nome de “layering” ou “variability” em qualquer momento sincrônico no tempo.

3.7.4 Processos gerais da unidirecionalidade

Para Hopper e Traugott (1993) há alguns princípios gerais diacrônicos que especificam a unidirecionalidade, como generalização, decategorização, crescente status gramatical, e reanálise. Vamos observar cada um com mais detalhes:

Generalização

A idéia da generalização está intrinsecamente relacionada às características da GR. Como mostram alguns pesquisadores: “é frequentemente observado que o significado gramatical deriva de um significado lexical por um processo de generalização ou enfraquecimento do conteúdo semântico” (GIVÓN, 1973 apud HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p.96); “generalização é um processo que pode ser caracterizado, em parte, como um acréscimo na polissemia de uma forma e, em parte, como o crescente alcance de um morfema

avançando de um status lexical para gramatical ou de um status menos gramatical para um mais gramatical” (KURYLOWICZ, 1965 apud HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p.96). Pode ocorrer generalização do significado e também generalização das funções gramaticais

Com relação à generalização do significado, sabe-se que os significados lexicais que sofrem processo de GR são, normalmente, “palavras básicas” com significados lexicais muito gerais. Os itens lexicais que já são mais gerais tornam-se ainda mais generalizados, uma vez que são usados em mais contextos, ou seja, ganham distribuição mais geral e mais polissemia. Isso é decorrência da semanticização das antigas inferências.

Já quanto à generalização das funções gramaticais, na medida em que as formas vão ganhando significado gramatical, elas passam a servir cada vez mais a propósitos morfossintáticos. Um exemplo é a estrutura *V-ing* do inglês: inicialmente *V-ing* era restrita a construções agentivas (cf. *John is building a house* – verbo de atividade); depois passa a formar construções passivas (cf. *The house was being built* – verbo de atividade sem agente); por fim, formam construções estativas (cf. *There are statues standing in the park* – verbo de estado).

Decategorização

A decategorização trata da mudança de categoria. Os nomes, por exemplo, são identificáveis por algumas propriedades, como gênero, número; os verbos, por tempo, aspecto, número/pessoa, etc. Quando uma forma sofre GR, ela perde essas propriedades morfológicas e sintáticas que as identificam como membro de uma classe. Um *cline* da mudança categorial é estabelecida como:

(30) Categoria maior (> adjetivo/advérbio) > categoria menor

(HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p.104)

Na categoria maior, que é lexicalmente “aberta”, estão os nomes e verbos, na categoria menor, que são categorias relativamente “fechadas”, estão as preposições, conjunções, auxiliares, pronomes, demonstrativos. Os adjetivos e advérbios estariam numa classe intermediária. Essa relação entre classes e categorias gramaticais pode ser melhor entendida no quadro abaixo:

| Categorias maiores > (nomes/verbos) | | Categorias mediais > (adjetivos/advérbios) | Categorias menores (preposições, conjunções, auxiliares, pronomes, demonstrativos) |
|--|--|--|---|
| + Morfolog. | Nome: caso, número, gênero Verbo: tempo, aspecto, conc. número pessoa | Derivação de verbos no particípio e nomes que codificam locação, modo | |
| - Morfolog. | Nome: habilidade de ser tópico Verbo: habilidade de servir como predicado | | |

(GONÇALVES, 2003)

Aparentemente, a decategorização tem um aspecto negativo, pois se trata de perdas. No entanto, Hopper e Traugott (1993) deixam claro que quando falam em “decategorização” de uma forma, eles não estão tratando da decadência ou deteriorização dessa forma, mas antes eles tratam da troca funcional de um tipo de posição/função para um outro na organização do discurso.

Especialização, divergência e reanálise

Há ainda alguns processos típicos da GR que contribuem para a generalização e descategorização semântica e estrutural. São eles: a especialização, em que a escolha de uma forma gramatical se torna reduzida e/ou os significados tornam generalizados; a divergência, em que uma forma menos gramatical pode se dividir em duas, uma das variantes mantém as características anteriores e a outra se torna mais gramaticalizada; e a reanálise, em que formas mais antigas são reanalisadas de modo mais expressivo para dizerem as mesmas coisas. É possível observar que esses processos são muito semelhantes a alguns princípios e parâmetros apresentados na subseção 3.6 dessa seção. No entanto, como havíamos afirmado antes, a unidirecionalidade está subjacente ao processo de GR de modo geral.

3.7.5 Críticas à unidirecionalidade

A unidirecionalidade da mudança nos processos em GR, como vimos até agora, é tida como o princípio regente da GR. No entanto, há alguns autores que, dependendo do modo de

conceituar a GR, não dão tanta importância à unidirecionalidade. Veremos as críticas de dois pesquisadores: o primeiro é Newmeyer (2001) que, por entender a unidirecionalidade como uma hipótese empírica, não atribui a ela o estatuto de princípio regente da GR, pois a unidirecionalidade está em vários processos; o segundo é Castilho (2003a-b) que acredita que não há uma única direção, mas várias; portanto, ele fala em multidirecionalidade.

Unidirecionalidade como uma hipótese empírica

A maioria dos pesquisadores em GR afirma que esse processo de mudança tem apenas uma direção: Lehmann (1982[1995]) diz que não há exemplos atestados de desgramaticalização, ou seja, o processo inverso da unidirecionalidade; já Heine et al. (1991a) não refutam a possibilidade da desgramaticalização, mas afirmam que os exemplos são estatisticamente insignificantes. Hopper e Traugott (1993) mostram alguns contra-exemplos da unidirecionalidade e concluem que são poucos e de tipos muito específicos – do mais gramatical para o menos – por isso, para eles, esses raros casos de desgramaticalização não “deveriam nos privar de um método descritivo útil e uma fonte importante de dados” (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p.128). Portanto, há um consenso de que a unidirecionalidade é uma forte hipótese do processo de GR.

Newmeyer (2001) critica o estatuto de princípio dado à unidirecionalidade, pois, segundo ele, se a unidirecionalidade fosse um princípio deveria ser avaliada como uma hipótese empírica; porém, pode-se observar que a unidirecionalidade já está na definição de GR, como ele ilustra com as seguintes citações:

Where a lexical unit or structure assumes a grammatical function, or where a grammatical unit assumes a more grammatical function, we are dealing with grammaticalization (HEINE et al., 1991, p.2).

We define grammaticalization as the process whereby lexical items and constructions come in certain linguistic contexts to serve grammatical functions, and, once grammaticalized, continue to develop new grammatical functions (HOPPER and TRAUGOTT, 1993, p.xv).

Nesse sentido, a GR é definida como um processo unidirecional, portanto, não há necessidade de se fazer uma hipótese a ser testada, já que a unidirecionalidade está afirmada. Para Newmeyer (2001), a unidirecionalidade deve ser considerada uma hipótese empírica. No entanto, se ela for posta dessa forma, esse princípio é desinteressante, já que a unidirecionalidade é uma propriedade dos processos naturais, de modo geral. Por exemplo, o processo de envelhecer, processos químicos e físicos, a erosão de montanhas são processos

unidirecionais, já que são irreversíveis. Nesse sentido, para ele a não ocorrência da unidirecionalidade é que deveria ter maior atenção nos trabalhos de GR.

Newmeyer (2001) traz alguns exemplos para refutar a unidirecionalidade. No entanto, ele reconhece que não são bons exemplos: alguns não são genuínos casos de GR. Portanto, não há como ocorrer a desgramaticalização; ou porque não ocorrem todas as fases da GR de modo reverso. Por isso, ele conclui que casos de completa reversão da GR são raros, ou talvez não existentes.

Multidirecionalidade²⁴

A idéia da direção no processo de GR proposto por Castilho está relacionada ao modo que ele entende a GR. Castilho acredita que a GR deve ser vista sob uma perspectiva não tão linear e estática. Para ele, o processo de GR faz parte de um dos módulos constitutivos da língua, o da gramática. Além desse, há também o processo de semanticização, que faz parte do módulo semântico; e o processo de discursivização, que faz parte do discurso. Para Castilho (2003a-b), a GR deve ser entendida como um processo de criação lingüística, por isso, é necessário uma teoria dinâmica da língua; mas, a GR é apenas um dos processos de criação lingüística, por isso, também, é necessário uma teoria multissistêmica da língua para a identificação dos demais processos.

Ele considera a língua multissistêmica, pois ela tem quatro sistemas: o Léxico, a Semântica, o Discurso e a Gramática. Esses sistemas são independentes uns dos outros e cada um apresenta categorias próprias. Não há regras que implicam dependência ou subordinação entre eles; em outras palavras, podemos entender que “o Discurso não estipula a criação dos sentidos, e estes não estipulam as estruturas gramaticais que os ‘empacotam’” (CASTILHO, 2003b, p.23). A relação entre esses sistemas pode ser representada no quadro abaixo:

| | | |
|---|-----------|-----------|
| DISPOSITIVO SOCIOCOGNITIVO Ativação – Reativação – Desativação | | |
| DISCURSO | | SEMÂNTICA |
| | LÉXICO | |
| | GRAMÁTICA | |

Quadro 9: Representação da língua como um multissistema

²⁴ A discussão de GR e unidirecionalidade de Castilho encontra-se em vários artigos. Selecionamos apenas quatro: dois de 1997 “Língua falada e gramaticalização” e “A gramaticalização”; e dois de 2003 “Unidirecionalidade ou multidirecionalidade?” e “Proposta funcional de mudança lingüística”.

Segundo essa proposta de Castilho (2003b, p.24), o Léxico é considerado o componente central que é definido como um “conjunto de categorias prévias à enunciação, com base nas quais construímos os traços semânticos inerentes (...) combinando categorias e traços de diferentes modos, se obtém os itens lexicais”. Nesse sentido, o léxico, para Castilho, é entendido como um conjunto de traços semântico-cognitivos, e não como um conjunto de palavras, que vai da cognição pré-verbal para a expressão verbal. A Semântica é responsável pela criação dos significados, que estão baseados em estratégias cognitivas tais como o emolduramento da cena, a hierarquização de seus participantes, a movimentação dos participantes, sua reconstrução através da metáfora e da metonímia, etc. As categorias semânticas são a dêixis, referenciação, predicação, foricidade e conexidade. O Discurso compreende todas as atividades que envolvem falantes e ouvintes, desde a instanciação das pessoas do discurso, até as estratégias de tomada de turno e a seleção de tópicos conversacionais. E a Gramática representa um conjunto de estruturas razoavelmente cristalizadas, ordenadas nos subsistemas da Fonologia, Morfologia e Sintaxe, e governadas por suas respectivas regras.

Para ele, a língua é dinâmica devido ao funcionamento da linguagem em relação a esses quatro sistemas. O Léxico é governado por um dispositivo sociocognitivo pelo qual o falante ativa, reativa e desativa as propriedades lexicais, dando origem às categorias discursivas, semânticas e gramaticais. Esse dispositivo é social, porque está baseado nas atitudes dos participantes do ato de fala, e cognitivo, porque negocia com categorias cognitivas (cf. “visão”, “espaço”, “tempo”, “movimento”, etc) e os traços semânticos.

A ativação é a escolha das propriedades lexicais – categorias cognitivas e traços semânticos – que se agruparão nas palavras. A forma de se agruparem os traços resultará em palavras com dimensão semântica, discursiva e gramatical. A reativação diz respeito ao rearranjo das propriedades lexicais das palavras. O Princípio de reativação encontra seu fundamento nas estratégias de correção conversacional. E a desativação ocasiona o abandono das propriedades lexicais anteriormente selecionadas.

Nessa visão multissistêmica da mudança da língua, observamos que não é necessário estabelecer um seqüenciamento unidirecional entre os módulos, visto que em seu conjunto, eles integram a competência comunicativa dos falantes.

3.8 Resumo

Na seção anterior, na parte que tratamos da GR, mostramos o percurso histórico dos estudos em GR destacando os seus principais pesquisadores. Nessa seção, colocamos em destaque a mudança lingüística, principalmente, a mudança por GR. Com relação à GR, podemos destacar que, na época de Meillet (1965 [1912]), o processo de GR era visto apenas como uma ferramenta lingüística usada ao lado da analogia para descobrir a origem de algumas palavras gramaticais que tinham sua fonte em elementos lexicais. No entanto, posteriormente à fase estruturalista da lingüística, é possível observar que o processo de GR é “redescoberto” como algo que pudesse mostrar a evolução das línguas e explicar muitas das mudanças que a analogia não conseguia. Por isso, os pesquisadores começaram a tentar encontrar os princípios da GR, elencar os mecanismos que subjazem à mudança nesse processo; o que fez com que o processo de GR parecesse uma teoria lingüística. Conseqüentemente, originaram-se várias críticas, pois, como mostra Newmeyer, a GR não tem princípios próprios e, para ele, a unidirecionalidade não pode ser considerado um princípio, pois ela já está confirmada na própria definição de GR.

Talvez a GR não seja uma teoria nos termos do estruturalismo, do funcionalismo. Mesmo assim, acreditamos que a unidirecionalidade não deveria ser “banalizada” como princípio regente da GR, pois, apesar de qualquer tipo de mudança ser, na maioria dos casos, unidirecional - como exemplifica Newmeyer com as mudanças mesmo fora do campo lingüístico - a unidirecionalidade no processo de GR é de um tipo particular: a mudança do estatuto categorial do elemento lingüístico. Além disso, vários estudiosos da GR alertam para o fato de que todo o fenômeno de GR pressupõe mudança, mas nem toda mudança pressupõe GR. Ou seja, a mudança por GR é de um tipo específico, em que o princípio regente é a unidirecionalidade, considerando a direção específica de categoriais lexicais ou menos gramaticais para categorias mais gramaticais. Portanto, a unidirecionalidade em GR evidencia a mudança do estatuto gramatical e não qualquer tipo de mudança.

Com relação aos mecanismos que vimos nas subseções 3.3 e 3.4, há um consenso de que nenhum deles é responsável pela GR, ou mesmo que há necessidade da ocorrência de todos para que seja identificado o processo de GR, mas, já que em conjunto esses mecanismos são responsáveis pela implementação da GR, pode-se dizer que eles constituem diferentes “componentes” de um mesmo processo. Portanto, mesmo que esses mecanismos estejam relacionados a um dos módulos da língua - léxico, gramática (fonologia, morfossintaxe), semântica, discurso - podem estar presentes no processo de GR. O que, de certa forma, faz sentido, pois, se um processo de GR mostra exatamente a mudança de categoria, é de se esperar que fenômenos relacionados ao módulo da gramática, da semântica do discurso estivessem presentes.

Na próxima seção, deixaremos um pouco de lado a discussão teórica sobre a GR; mesmo assim, a idéia da mudança estará presente, pois, como o nosso objeto de estudo tem a função de uma

preposição e de uma perífrase conjuncional, voltaremos ao latim e analisaremos como se deu a constituição dessas classes de palavras e o que mudou até o português atual. Também tentaremos entender como se deu o processo de criação lingüística em que se une a partícula *que* com outras palavras. Apesar de a nossa abordagem ser sincrônica, tentaremos sumarizar o que as gramáticas latinas e históricas do português trazem sobre a preposição *desde*. E para conhecer melhor o nosso objeto de estudo, mostraremos todos os usos atuais de *desde*, salientando que nem todos serão tratados no processo de GR.

4 Itinerário histórico das preposições e conjunções

Nessa seção, vamos conhecer melhor a classe de palavras da qual faz parte o elemento que vamos estudar; por isso, mostraremos a classe das preposições e das conjunções. Para entender melhor como se deu a constituição dessas classes de palavras, voltaremos ao latim e mostraremos o desenvolvimento das preposições e conjunções até o português. Mostraremos como iniciou o processo de criação lingüística que tem como base a partícula *que* e buscaremos entender a formação da preposição *desde*. Depois, mostraremos alguns usos atuais dessa preposição.

4.1 Apresentação

A língua portuguesa teve sua origem no latim, assim como as outras línguas que compõem a família das línguas românicas. O latim se estabeleceu na região do Lácio, na Itália. Assim como o Império Romano, a língua latina teve vários momentos, mas, de modo geral, o latim conhecido como “clássico” ou “literário” se situa, aproximadamente, entre o ano 81 a.C. e o 17 d.C.; coincide, portanto, com o apogeu do Império. O latim clássico é a língua que está nas poesias e prosas, principalmente, de Cícero, César, Salústio, Lucrécio, Virgílio, Horácio, Ovídio, etc. Portanto, esse é o latim estudado pelas chamadas “gramáticas latinas”.

Já a língua portuguesa tem seu marco inicial muito posterior ao latim. Os mais antigos documentos escritos e considerados como língua portuguesa datam do século XII. A língua dessa época é conhecida como “português arcaico”, porém, é possível supor que esse português se formou anteriormente, já que a linguagem dessa época parece mais próxima do português atual do que do latim. Portanto, do latim clássico ao português atual há vários séculos e muitas modificações lingüísticas.

Nesse capítulo, vamos voltar ao latim e tentar descobrir como se deu o desenvolvimento das línguas românicas, principalmente, do português. Nas próximas seções, tentaremos entender melhor o que é o latim clássico e o vulgar, como se desenvolveram as línguas românicas e como se formou o português. Para exemplificar, mostraremos as

principais modificações das classes das preposições e das conjunções. No final do capítulo, mostraremos os usos atuais da preposição *desde*.

4.2 Formação das línguas românicas: considerações lingüísticas

Nessa seção vamos conhecer melhor a estrutura lingüística do latim clássico, do latim vulgar e do português arcaico. Destacaremos a classe das preposições e das conjunções, dessa forma evidenciaremos algumas particularidades lingüísticas na formação da língua portuguesa.

4.2.1 As preposições

O latim clássico²⁵

Como características gerais de sua estrutura lingüística, o latim clássico, semelhante ao português, tem palavras variáveis – substantivos, adjetivos, pronomes, verbos – e palavras invariáveis – advérbios, preposições, conjunção coordenativa e subordinativa, interjeição – mas, de maior interesse são as características que os diferenciam. O latim clássico era rico em sua morfologia nominal. As características mais marcantes dizem respeito ao gênero gramatical (masculino, feminino e neutro), às “declinações”, que formavam cinco paradigmas de desinências nominais segundo os seus casos, e aos “casos” (nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo), que indicavam a função que a palavra desempenhava na frase:

1º Nominativo: designa o sujeito e o predicativo do sujeito

2º Genitivo: designa a posse e o complemento determinativo

3º Dativo: designa o complemento indireto

4º Acusativo: designa o complemento direto

5º Vocativo: designa a pessoa a que se dirige o discurso

²⁵ Para falar da gramática do latim clássico vamos usar: CART, et al. *Gramática Latina*. São Paulo: T. A. Queiroz: USP, 1986 e FREIRE, A. *Gramática Latina*. 6. ed. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1998.

6º Ablativo: designa os adjuntos adverbiais.

Devido à sua flexão casual, a ordem das palavras na sentença não era fixa; com isso, dependendo do posicionamento das palavras, os escritores conseguiam dar uma maior elaboração e elegância à oração. Nessa seção, vamos observar o comportamento das preposições do latim clássico.

Segundo Freire (1998, p.101), “Preposição é uma parte invariável da oração que se antepõe geralmente ao substantivo para exprimir uma circunstância de tempo, lugar, modo, etc”. Por exemplo, *Propter virtutem iure laudamou* (port. “Somos justamente louvados pela nossa virtude”); *Coenatus exiit in hortum* (port. “Depois de jantar saiu para o jardim”). As preposições são freqüentemente, em sua origem, advérbios de sentido local mais ou menos estendido, tornando-se instrumentos muito sutis, muitas vezes obrigatórios, que servem para introduzir substantivos (e pronomes) e adjuntos adverbiais. O latim clássico possuía várias preposições que regiam o acusativo e o ablativo:

I) Preposições seguidas do acusativo

| | |
|---|--|
| ad. a, para, junto a, até adversus. em frente de, contra ante. diante de, antes de apud. perto de, em casa de circa, circum. em volta de cis, citra. aquém de contra. em frente de, contra erga. para com extra. fora de infra. abaixo de inter. entre, durante intra. dentro de | juxta. ao lado de, segundo, depois de ob. diante de, por causa de penes. entre, em poder de per. por, através de, durante post. atrás de, depois de praeter. exceto, além de prope. perto de, junto de propter. por causa de secundum. segundo, ao longo de supra. acima de, sobre trans. além de, ultra. além de, acima de |
|---|--|

II) Preposições seguidas do ablativo

| | |
|---|--|
| a, ab, abs. de, desde, por abasque. sem clam. às escondidas de coram. diante de, em presença de cum. com de. De, do alto de, sobre, desde, acerca de | e, ex. de, do interior de, desde prae. diante de, por causa de pro. por, diante de, no lugar de sine. sem tenus. até |
|---|--|

III) Preposições seguidas do acusativo e do ablativo

| | |
|--------|---|
| In | + abl. em, sobre + acus. A, para, contra, para com, em |
| Sub | + abl. no momento de + acus. por (tempo), imediatamente após |
| Super | + abl. a respeito de + acus. sobre, acima de, além de |
| subter | abl./acus. debaixo de |

No latim, as preposições tinham um uso secundário, pois a relação entre os vocábulos na sentença era marcada, quase sempre, pelas flexões casuais, que eram expressas pela diferença na quantidade vocálica da vogal final do vocábulo. Portanto, a função relacional das preposições era minimizada pela redundância com as flexões; seu uso, nesse período, tornou-se necessário apenas para maior clareza ou ênfase (POGGIO, 1999). Apesar disso, o latim possuía várias preposições e, às vezes, certos nomes e advérbios desempenhavam o papel de preposição: *causa* + genitivo (“por causa de”, “em vista de”, “para”), *pridie* + acusativo (“na véspera”).

Alguns dos valores circunstanciais desempenhados pelas preposições eram:

| | | |
|--------------|--|--|
| ESPAÇO | Lugar onde (se está ou se faz algo) | <i>in</i> + ablativo; |
| | Lugar próximo ao qual (se está ou acontece algo) | <i>ad</i> ou <i>apud</i> + acusativo |
| | Lugar para onde (se vai): | <i>in</i> ou <i>ad</i> + acusativo |
| | Lugar de onde (se sai, se vem, se parte) | <i>a(ab)</i> , ou <i>e (ex)</i> , ou <i>de</i> + ablativo |
| | Lugar por onde (se passa) | <i>per</i> + acusativo |
| TEMPO | Tempo desde quando | <i>a(ab)</i> ou <i>e(ex)</i> + ablativo |
| CAUSA | Causa de um fato ou acontecimento | <i>ob</i> + acus. (motivo real) <i>prae</i> + abl.(causa que impede uma ação) |
| MODO MANEIRA | Modo ou maneira como se faz uma ação | <i>cum</i> + ablativo |
| COMPANHIA | A pessoa ou coisa em companhia de quem se faz algo | <i>cum</i> + ablativo |

O latim vulgar

Com relação ao latim vulgar é importante saber que o latim vulgar e o latim clássico emergem quase que simultaneamente e convivem no mesmo espaço lingüístico; portanto, não há uma relação de derivação entre o latim clássico e o vulgar, ou que esse seria uma forma decadente e empobrecida daquele. Na verdade, o latim vulgar constitui uma variedade estilisticamente menos elaborada quando comparada ao latim clássico ou literário. Isso se

deve provavelmente as características de sua morfologia e sintaxe. O latim vulgar, com a sua simplificação, o emprego de formas analíticas, o uso de construções concretas e definidas, deu maior clareza de expressão ao latim; características que, nem sempre, a língua clássica obtinha. De particular interesse para esse trabalho é a simplificação das flexões casuais, que proporcionou o uso mais constante das preposições; e o caráter analítico, que generalizou o uso de perífrases, dentre elas, as perífrases conjuncionais.

Como já vimos, no latim clássico as preposições tinham a sua função relacional minimizada pelas flexões dos casos morfológicos. No entanto, com o desaparecimento dos casos, o uso da preposição tornou-se imprescindível. Há uma tendência à desflexionalização desde o indo-europeu. O latim clássico, com a substituição de uma morfologia integrada por uma morfologia externa, contribuiu para isso; além de outros fatores, como, por exemplo, mais de uma forma para cada função ou, o contrário, uma mesma forma exercendo várias funções, e, também, as mudanças fonéticas. Tudo isso, contribuiu para que as desinências casuais perdessem sua eficácia (POGGIO, 1999).

Segundo Poggio (1999), a tendência de reduzir as flexões casuais aparece desde o início da tradição literária. Ela mostra que o instrumental e o locativo, no singular, confundiam-se com os casos ablativo e genitivo e o vocativo tendia a ser absorvido pelo nominativo. No plural, uma única forma servia para o dativo e o ablativo, para o instrumental e o locativo. Além disso, desde cedo, coexistia no latim um genitivo de qualidade ao lado de um ablativo de qualidade; um genitivo possessivo ao lado de um dativo possessivo; um dativo agente dividindo seu emprego com o ablativo; era difícil distinguir o ablativo de separação e o dativo de interesse. Dessa forma, muitos casos apresentavam formas idênticas para expressar relações diferentes. Além disso, com a redução fonológica, “as desinências casuais tornaram-se, pouco a pouco, semelhantes e, conseqüentemente ambíguas. Foi-se generalizando o emprego das preposições já existentes no sistema” (POGGIO, 1999, p.106).

Em referência à preposição, segundo Maurer (1959), não houve nenhum processo de formação de preposição no latim vulgar. Apesar de seu uso se tornar cada vez mais necessário, houve muitas perdas. Por exemplo, *ob*, *propter*, *praeter*, *ex* (*ex* ficou com o reforço: *de-ex* > port. ant. *des*, fr. *des*); *ab* (encontra-se com o reforço: *de-ab* > it. *da*) e outros. Das preposições que restaram, podemos considerar: *ad*, *de*, *cum*, *in*, *sine*, *pro*, *per* (estas duas se confundem freqüentemente, sobrevivendo ora uma, ora outra), *super*, *supra*, *sub*, *inter*, *intra*, *trans* e *secundum*.

Alguns advérbios vão constituir novas preposições, como *foras* ou *foris* (como port. *fora*, fr. *hors*), *subtus*, *retro*. A criação de preposições a partir de advérbios era comum no

latim clássico. No entanto, um fenômeno muito interessante que começou a ocorrer no latim vulgar é o reforço de grande número de advérbios de tempo e de lugar e de certas preposições pela anteposição de uma preposição, sem que se modifique o sentido fundamental dos mesmos. As preposições que ocorrem nessa função são *as*, *in*, *per*, mas, sobretudo, a preposição *de*, que se torna a partícula de reforço por excelência destas duas categorias gramaticais. Assim, ocorre: *de intus* (fr. *dans*, ant. *denz*, prov. e cat. *dins*); *de intro* (port. e esp. *dentro*, prov. *dintre*, it. *dentro*); *de ex*, *de post* (port. *depois*, esp. *despues*, fr. *depuis*); *de ab* (it. *da*). A princípio, haveria nestas expressões uma noção de ponto inicial, mas aos poucos, *de* se torna simplesmente expletivo, corrente com advérbios e preposições do tipo mencionado, sem qualquer função semântica especial (MAURER, 1959).

No emprego das preposições, com relação à regência, a preposição do latim vulgar apresenta notáveis inovações. Confundidos o ablativo e o acusativo, com a sobreposição do último, a preposição rege sempre o caso acusativo, como revelam ainda pronomes românicos; fr. *avec moi*, *pour toi*; it. *per me*, *di me*, *senza me*; port. *sem nós*, *de nós*. Porém, a maior inovação no uso da preposição no latim vulgar é poder reger palavras e locuções de valor substantivo ou pronominal. Assim, a preposição rege: (i) o infinitivo verbal; (ii) advérbios de tempo e de lugar; (iii) expressões constituídas de uma preposição e de um substantivo (MAURER, 1959).

O português

Segundo Melo (1971), a língua portuguesa se caracteriza pela riqueza, variedade e liberdade. Isso se deve porque a sintaxe portuguesa é a continuação histórica da sintaxe do latim vulgar e do romance. Além disso, na época do Renascimento, houve importações diretas da construção clássica do latim. Somado a isso, há também a evolução natural do idioma.

Como continuação do latim vulgar, é possível observar em textos de 1214, como o Testamento de Afonso II, que a rica morfologia flexional do nome do latim clássico, não existia mais. Por exemplo, *a proe de mia molier e de meus filios...fiz* (port. contemp. “em prol de minha mulher e de meus filhos... fiz”) (MATTOS e SILVA, 1994). Como já havíamos dito anteriormente, essa modificação não teve como consequência apenas a simplificação da morfologia nominal do latim, mas foi responsável por toda uma reestruturação da frase, com as funções sintáticas sendo marcadas pela ordem das palavras, pelas relações semânticas entre os sintagmas e pelo uso das preposições.

Jean Collart (1980 apud MATTOS e SILVA, 1994) diz que as preposições passaram por uma “promoção singular” do latim clássico para as línguas românicas, pois de partículas

acessórias para a expressão de adjuntos adverbiais que já estavam marcados pela flexão casual, as preposições vão ser utilizadas para introduzir sintagmas nominais, para marcar – com exceção do sujeito e do objeto direto – todas as outras funções sintáticas: complementos verbais e nominais, adjuntos adverbiais e nominais. Tornando-se, portanto, elementos essenciais na estrutura sintática da frase do português. Segundo Mattos e Silva (1994), quando o português aparece documentado, a reestruturação frasal já havia ocorrido e o sistema de preposições já funcionava como hoje: “introduzem sintagmas com função de complementos verbais e nominais e com função de adjuntos adverbiais e adnominais” (MATTOS e SILVA, 1994, p.91).

As preposições que chegaram ao português são parte do idioma latino e parte do românico; outras foram tiradas de advérbios portugueses acrescentada a palavra *de*: *depois de*, *diante de*, *em cima de*, etc. Grande número das partículas usadas no latim clássico desapareceram. Chegaram ao português: (i) sem alteração de formas, *ante*, *contra*, *de*, *per*; (ii) com formas alteradas, *ad* > *a*; *post* > *pos*; *secundum* > *segundo*; *in* > *em*; *sub* > *sob*, *so*. A preposição *tenuis* originou, segundo alguns, *ataa*, *até*, *té*; segundo outros essa preposição vem do árabe *hatta*. De *super* resultou *sobre* (SAID ALI, 1964).

Para mostrar o uso das preposições no português arcaico vamos nos basear na descrição feita por Mattos e Silva no livro “O português arcaico: morfologia e sintaxe” (1994). Separamos, portanto, duas seções: a primeira irá mostrar os usos das preposições como complemento, a segunda como adjunto.

I- Preposições como complemento

Como complemento, a autora destaca os predicados transitivos que requerem complemento preposicionado. Por exemplo, verbos que além do sujeito requerem um oblíquo preposicionado, que geralmente varia com um complemento não preposicionado: *gostar* SN ~ *gostar de* SN; *creer* SN ~ *creer a* SN ~ *creer en* SN, etc. No período arcaico, é comum outros verbos desse tipo ocorrerem com uma preposição e, posteriormente, selecionarem outra: *confiar de* (arc.)/ *confiar em*; *ocupar em* (arc.)/ *ocupar com* etc.

Ocorrem, também, verbos que requerem, além do OD, um OI, preposicionado; as preposições que geralmente precedem o OI são *a* ou *de*, se o papel semântico do OI for, respectivamente, recipiente ou origem: *oferecer*, *dar*, *mostrar* + *a* ou *receber*, *comprar* + *de*, por exemplo. Com verbos em que, além do OD, ocorre um oblíquo, preposicionado, como: *levar* + OD + *para* SN, *trazer* + OD + *de* SN, *partir* + OD + *com* SN, a seleção da preposição decorre de traços semânticos do próprio verbo.

Assim como os verbos, há entre os nominais - substantivos e adjetivos - aqueles semanticamente inter-relacionáveis a verbos que se apresentam com um complemento sintático que requer complemento preposicionado, são os chamados pela gramática tradicional de complementos nominais: ‘Ei gram *temor da morte*’; ‘*Poderoso de te mostrar tua filha*’, ‘*Achiron o penedo alongado dele*’ (=longe dele), ‘*No amor de Deus firme e arraigado*’.

II – Preposições como adjunto

A. Adjuntos adverbiais

As preposições que introduzem adjuntos veiculam noções de natureza adverbial ou circunstancial de vários tipos:

a) Origem (tanto espacial (E), como temporal (T), nocional (N): *de, des* (< *de + ex*):

- ²⁶Nasceu *do liagen* mais fram e mais livre e mais rico que avia.
- Aqueste *dês as mancebia* ouve coração de velho.

b) Direção (E, T, N): *a, pêra, ata ~ atçç ~ atççs*:

- Veo *a* Roma.
- Enviaron-no *pera* Roma
- Estendiam-se *atçç*-no ceo

c) Percurso (E,T,N): *per, por* (*per* do lat. *per* ‘através de’ e *por* do lat. *pro* ‘posição dianteira’, ‘em favor de’). *Per* e *por* entrecruzaram-se ao longo da história, permanecendo *por*, enquanto *per* ficou apenas na forma aglutinada ao artigo (*pele, -a, -s*):

- Foi prelado *per* muitos anos
- E h ladrom soia a sobir *per h a sebe*

d) Associação/exclusão: *con, sen, fora ~ foras, tirado, salvo*. As preposições *cum* e *sine* são de origem latina; as duas últimas de origem verbo-nominal, particípio passado de *tirar* e *salvar*. Quanto a *fora ~ foras*, é de origem adverbial, do lat. *aff ras*:

- Dava pan *con as mão*
- Passou *sen embargo*
- Isto seya outrossi das forras, *fora ende* que casen hu poder
- Mandou que se fossen, *tirado ende h meniho pequeno*
- Hi non avia outras cousas, *salvo aquelas* que veemos

e) Situação (E, T, N): *en* é a preposição situacional por excelência:

²⁶ Todos os exemplos que seguem foram retirados do livro MATTOS e SILVA, R. V. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1994.

- Aquel que *en religion* vivia
- Estou *en Manna ena riba* do mar
- *En outro dia* avia de parecer ao juiz

f) Adequação: *segundo*.

- Era mui fremoso *segundo a fremosura* do mundo.

Segundo Mattos e Silva (1994), palavras como *consoante* e *conforme* não são usuais no período arcaico.

B. Adjunto adnominal

A subordinação de um substantivo a outro substantivo, ou seja, a subordinação de um sintagma nominal a outro sintagma nominal, que no latim clássico era expressa pelo genitivo, no português é expressa pela preposição *de*. Essa estrutura é conhecida como adjunto adnominal e expressa, em geral, o valor de posse ou de origem.

Segundo Mattoso Câmara Jr., a preposição *de* do português tem somado quatro noções distintas, que no latim clássico eram expressas por formas diferentes:

A noção de ‘afastamento’ em *de* estava limitada ao ‘movimento de cima para baixo’. A idéia de ‘proveniência’ cabia a *ab* e a de ‘movimento de dentro para fora’ se expressava por *ex*. A preposição *de*, oriunda de *dç*, passou em português a todas as três funções, e a própria idéia de posse, que está na base do seu emprego na relação de subordinação de um substantivo a outro, firmou-se para *de* como uma extensão da noção de ‘proveniência’. (CÂMARA 1975 apud MATTOS e SILVA, 1994, p. 97)

Os exemplos seguintes ilustram a preposição *de* como marcador de adjunto adnominal:

- L agen *dos senadores de Roma*.
- O enmiigo tomava ousança na *casa do homen bõõ*.

4.2.2 As conjunções

O latim clássico

A junção das orações do latim clássico era feita por conjunções que são “palavras invariáveis que ligam duas orações ou partes coordenadas duma oração” (FREIRE, 1998, p.165). A conexão das orações era realizada de duas maneiras: (i) por coordenação, que une termos equivalentes pela natureza e pela função; e (ii) por subordinação, que une uma oração subordinada a uma principal.

A relação de coordenação é expressa por cinco relações semânticas: cópula, disjunção, adversidade, explicação e consequência. Há várias conjunções que realizam a relação de coordenação. No entanto, a maior parte delas pode assumir mais de uma acepção, conforme o contexto. Apesar de comum, a coordenação não era uma construção constante na língua clássica.

O modo de unir as orações por subordinação era mais comum do que por coordenação. Por isso, no latim clássico, a subordinação de orações era um mecanismo bastante desenvolvido que contava com várias conjunções. A preferência pela subordinação e a riqueza de conjunções se devem, em grande parte, à tradição literária da época, que buscava a expressão artística e, para tanto, lançava mão de períodos complexos e elegantes. As orações subordinadas dividem-se em: completivas que completam o sentido da oração principal, por isso, têm a função de sujeito, ou de complemento direto (ex: *Oportet venias* ‘a tua vinda é necessária’ – subjetiva; *Timeo ne venias* ‘temo a tua vinda - objetiva); relativas que são orações subordinadas a um nome pertencente à oração matriz, denominado antecedente; podia ser introduzida por um pronome: *qui, quae, quod, uter*; por um advérbio relativo de lugar: *quicumque, quisquis, ubicumque*; ou por um relativo de quantidade ou de comparação: *qualis, quantus*; e circunstanciais. Essas faziam uso de várias conjunções para expressar os diferentes valores:

1. Condicionais: *si* (se); *sin* (mas se); *siue* (seja que); *nisi, ni* (se não, a não ser que); *dum, modo, dummodo* (contanto que);
2. Causais: *cum* (como); *quod, quia, quoniam* (porque); *quando, quoniam* (visto que); *siquidem, quandoquidem* (visto que);
3. Consecutivas: *ut non, quin* (de tal modo que não); *ut, uti* (de tal modo que);
4. Finais: *ut, uti, quo* (para que); *ne* (para que não);

5. Concessivas: *quamquam, etsi, tametsi, cum, ut* (ainda que); *quamuis, licet* (posto que, embora); *etiamsi* (ainda quando);

6. Comparativas: *ac, atque* (como, assim como); *quam* (do que); *tamquam si, ut si, uelut si, quasi, proinde ac si, proinde quasi* (como se); *ut, uti, sicut, sicuti, tamquam, uelut, ueluti* (como, assim como); *potius quam* (antes que);

7. Temporais: *cum, ubi* (quando); *dum, donec, quoad* (enquanto, até que); *antequam, priusquam* (antes que); *ut, ut primum, ubi, ubi primum, cum primum, simul ut, simulac, simulaque* (logo que); *postquam* (depois que).

(ALMEIDA e FIGUEIREDO, s.d., p.130-3)

O latim vulgar

O latim vulgar elimina muita das antigas conjunções clássicas e cria outras novas. Com relação à subordinação, observamos que o latim vulgar possuía bem menos conjunções do que o latim clássico. A língua vulgar usava mais a parataxe do que a hipotaxe, portanto, as orações eram apenas justapostas, exigindo por parte do ouvinte uma interpretação das relações existente entre elas. De um modo mais simplificado e com várias modificações, ainda existiam as orações completivas, relativas e circunstanciais. De particular interesse para esse trabalho são as modificações ocorridas nas orações circunstanciais.

Segundo Maurer (1959), o emprego das orações subordinadas circunstanciais devia ser reduzido porque o latim vulgar fazia largo uso da parataxe. A subordinação por orações substantivas e relativas era muito usada, mas com relação à expressão de circunstância, a língua vulgar recorria mais à parataxe. Em consequência, as línguas românicas apresentam uma grande escassez de conjunções subordinativas circunstanciais herdadas do latim.

1. Condicionais: a conjunção *si* do latim clássico ainda persiste, como podemos encontrar nas línguas românicas.

2. Causais: das conjunções causais ainda restam *quod* e *quia*. Também era comum o uso de locuções, como *per quod, pro quod, per quid*;

3. Consecutivas: as orações consecutivas substituíram o *ut* por *quod*. Elas também aparecem correlacionadas a um termo de valor intensivo, como expressões do tipo “de tal modo...que”, “tanto...que”, “tão...que”, em português; e, em francês e italiano, respectivamente, “à ce point” e “cosí che”;

4. Finais: nas orações finais, a conjunção *ut* é substituída por *quod* ou *quia*; talvez, posteriormente, também por uma locução conjuntiva (cf. port. e esp. *para que*, fr. *pour que*, it. *perchè*, etc) *ut, uti, quo* (para que); *ne* (para que não);
5. Concessivas: a expressão de concessão devia ser expressa, predominantemente, por construção assindética. Portanto, não restou nenhuma das conjunções antiga. No entanto, nas línguas românicas começam a surgir várias locuções conjuncionais para exprimir concessão. Por exemplo, em português: *ainda que, mesmo que, apesar de que*; em francês: *bien que, quoi que, encore que, malgré que*; em espanhol: *si bien que, por más que*;
6. Comparativas: as conjunções *ut, velut, quam, etc.*, são substituídas por *quomodo* (*como*). *Quam* era utilizado na comparação por desigualdade e, com o tempo, provavelmente foi confundido com *quod* e *quia*;
7. Temporais: com relação à expressão de tempo, o latim vulgar perdeu quase todas as conjunções antigas, exceto *quando*. As línguas românicas, normalmente, têm quase sempre locuções formadas, sobretudo, com *quod*. Por exemplo, *logo que, desde que, até que, depois que* do português.

Portanto, de todas as conjunções do latim clássico restam apenas a condicional *si*, a temporal *quando*, a comparativa *quomodo* (*como*) e, sobretudo, *quod* (substituída por *quid*), *quam*, com algumas variantes, e locuções conjuntivas formadas com estas (cf. port. *logo que, ainda que, visto que*).

Resumidamente, podemos observar que o latim vulgar tem como característica ser mais analítico do que o clássico, exprimindo categorias e relações cada vez mais por meio de preposições em lugar dos casos, por verbos auxiliares em lugar de formas sintéticas da conjunção, por advérbios em lugar de sufixos. Com isso, a frase latina torna-se menos elegante, mas mais clara e expressiva. Por todos esses fatores, a frase vulgar tem um aspecto muito diverso da clássica: a sintaxe ficou mais simples, tornando-se mais clara. Porém, pode-se notar que, sobretudo na construção do período, houve um empobrecimento dos recursos de subordinação, que seria suprido só no romance pela influência latina culta (MAURER, 1959).

O mais relevante nesse empobrecimento da subordinação no latim vulgar foi a criação de um mecanismo que permitiu suprir as faltas das conjunções: as locuções conjuntivas, que eram formadas de uma preposição ou um advérbio mais *quod*, depois também *quid*. Esse processo foi melhor desenvolvido nas línguas românicas. Isso sugere o emprego de *quod* como sendo a conjunção subordinante por excelência do latim vulgar. Com efeito, a conjunção *que*, dela derivada, tem funções diversas, de final, consecutiva, causal, concessiva,

etc (Maurer, 1959, p. 221). Segundo Câmara Júnior (s.d., p.120), a partícula que “provém do pronome interrogativo latino, no acusativo neutro, *quid*, mas houve convergência em referência à comparativa (lat. *quam*) e à causal (lat. *quod*)”. Said Ali (1964, p. 221) tenta traçar o percurso histórico da estrutura lingüística que possibilitou os atuais usos da partícula *que*:

Quod tinha seu antecedente demonstrativo (*hoc, illud, id*), com à guisa de sumário se antecipa um enunciado, como em *hoc uno praestamus vel maxime feris, quod exprimere dicendo sensa possumus*. O antecedente podia, sem prejuízo do sentido, omitir-se, e sendo esta prática mais simples, tornou-se ela pouco a pouco em costume ao mesmo tempo que se ia obliterando a consciência da função pronominal de *quod*. O enunciado *non pigritia facio, quod non mea manu scribo* era a alteração semântica de outro que, reconstituído, equivaleria a “não faço por preguiça isto (= o seguinte), *que* não escrevo de próprio punho”. O esquecimento, fator essencialíssimo na evolução da linguagem, transformou, em tais construções, o valor primitivo de *quod* ora em conjunção causal, ora em partícula tão inexpressiva que já no latim da decadência veio a servir de mero expoente das orações subordinadas cujo caráter não se definisse por meio de outra partícula.

Para Said Ali (1964, p.221) a integrante *que*, se não for relacionada à conjunção latina *quod*, por se oporem as leis fonéticas, deve ter adquirido o valor semântico igual ao dessa partícula.

O português

Das várias conjunções latinas, poucas chegaram às línguas românicas. No português existem *e (et)*, *ou (aut)*, *nem (nec)*, *quando*, *se (si)*, *como*, e *que*, usada no latim vulgar. A substituição de *sed, autem,*, por *mais (depois mas)*, do advérbio *magis*, data do período pré-lusitano (SAID ALI, 1964, p. 220). As línguas românicas, por isso, recorreram a outras classes de palavras, sobretudo advérbios e preposições, para que essas desempenhassem a função de conjunção. Mesmo assim, o inventário de conjunções é muito reduzido em comparação ao latim clássico.

Com relação à subordinação, as orações completivas podem ser introduzidas por conjunção subordinativa com o verbo no tempo finito ou serem realizadas com o verbo na forma infinita, precedida ou não por preposição. O subordinador por excelência é a conjunção *que*, classificada como integrante.

No período arcaico o *que* integrante varia com *ca*, mas essa deixa de ser usada no século XV: ²⁷‘Rogo-te *que* mi digas’; ‘Di-lhe *ca* eu bevo a poçonha’. Além dessas conjunções, que não têm traço semântico específico e desempenham o papel sintático de conectores de frase, há conjunções, que não são exclusivamente integrantes, com traços semânticos específicos. Como, por exemplo, *se* (dúvida), *como* (modo), *porque* (causa), *quanto* (quantidade), *cujo* (posse), *hu* (lugar), *quen* (pessoa): ‘Demandaron *se* poderian achar outro cavalo’; ‘Non vejo *como* se move’; ‘Perguntaron-no *porque* tragia a face tan inchada’.

A oração relativa tem como conjunção o pronome relativo *que*. Segundo Câmara Jr. (1975 apud MATTOS e SILVA, 1994, p.111), esse pronome relativo, “representa, historicamente, um nivelamento do nominativo latino *que* (masc.), *quae* (fem.), *quod* (neutro) e dos acusativos *quem*, *quam*, *quod*”. No período arcaico, embora pouco freqüente, o relativo *que* ocorre grafado *ca*, tal como ocorre com a integrante *que*. Um exemplo dos usos de *que* é ‘Esto, Pedro, *que* (obj.dir.) ti eu ora quero contar, aprendi-o d’ *homen* muito honrado *a que* (obl.) dezian Fortunado, *con que* (adjt./adv.) eu avia gram prazer per razon da idade *que* (obj. dir.) avia e per razon das obras *que* (obj. dir.) fazia e per razon da simplicidade *en que* (adjt./adv.) vivia’.

Além desse relativo geral, sem traço semântico específico, há os relativos: *quen* (humano), *cujo* (posse), *hu*, *onde* (lugar), *como* (modo), *quanto* (quantidade), *quegendo* ~ *quejendo* ~ *quejando* (qualidade). Assim como hoje, se pode distinguir as relativas explicativas das restritivas, como mostram os exemplos, respectivamente: ‘O rrato da cidade, *que* ssabha o custume da casa, fugio loguo’; ‘Alg s vilãos *que* hy estavam acerqua ouveron gram temor’.

Podemos observar que há uma inter-relação entre as orações completivas, relativas e interrogativas, pois os mesmos conectores que introduzem completivas e relativas, referidos anteriormente, podem ocorrer seguindo verbos de tipo *perguntar*. São essas estruturas classificadas como *interrogativas indiretas*. As orações completivas, restritivas e interrogativas se distinguem por suas configurações sintáticas e semânticas específicas: ‘Pergunto *qual* deles era o abade’ (int. indireta); ‘*En que* sôõ eu culpado?’ (int. direta).

Com relação às orações circunstanciais, tal como nas completivas e nas relativas é o *que* a principal conjunção subordinante. As línguas românicas herdaram poucas das conjunções subordinativas do latim clássico, permaneceram: *que* < *quid*, *como* < *quomodo*, *quando* < *quando*, *se* < *si*, *ca* < *quia* – está última ocorre até o século XVI.

²⁷ Exemplos de Mattos e Silva (1994).

Entretanto, é o *que*, o elemento mórfico que está na base das numerosas locuções conjuntivas, se considerarmos o *que* do português como integrante, relativo e formador de locuções conjuntivas subordinantes, é possível concordar com a seguinte afirmação de Tarallo:

O sistema português, assim, no que toca aos processos hipotáticos de conexão sentencial, passou por um estágio de afunilamento (no sentido de *que* ter assumido basicamente todos os mecanismos hipotáticos existentes no latim) e de ampliação (com o florescimento das locuções conjuncionais).

(TARALLO, 1990, p. 167)

Esse mecanismo de criação de conjunções é muito produtivo, principalmente no período arcaico. Algumas classes de palavras como preposição, advérbio, pronomes, nomes e verbos se uniram à partícula *que* para formar uma perífrase conjuncional. Por exemplo, *dês que* (arc.), *desde que*, *sem que*, *ante que* (arc.), *antes que*, *assim que*, *ainda que*, *já que*, *de modo que*, *visto que*, etc.

Para expressar a circunstância de tempo, o português usa principalmente a conjunção *quando*, que é a menos marcada. Porém, a subordinação temporal pode expressar várias nuances, dependendo do conector. Por exemplo, pode se expressar: o momento inicial, o anterior, o durativo, o imediato, o interativo, o posterior, o final: *des que*, *dês quando*, *d'hu*; *ante que*; *mentre* ~ *ementre* ~ *dementre* ~ *dementres* ~ *domentre* (< lat. *dum ínterim*), *enquanto*; *sol que*, *logo que*, *toste que*, *tanto que*, *cada (vez) que*; *pois* ~ *pois que*, *depois*, *depós* ~ *depois que* ~ *depôs que* ~ *depois que* ~ *despos que*, *empós que*; *ata que*. Muitos desses desapareceram ou se apresentavam polimórficos no período arcaico, como *dementre* (= *enquanto*). *Pois/pois que* deixaram de ser temporais ao longo do século XV.

As orações causais não apresentavam um inventário rico. A conjunção mais usual é *porque*, depois *já que* e *porquanto*: ‘E el perdoou-lhi logo, *porque* entendeu que eles non farian nen h a maldade’.

As finais são freqüentemente expressas apenas pelo *que*: ‘E diziam que se lhi non enviassen Basílio monge *que* a saasse logo morreria’. Também ocorrem as conjunções *por que*, *per que*, *pó tal que*. Portanto, *per/por* poderiam equivaler a *pêra* (arc.), moderno *para*.

As modais apresentam como conjunção: *assi como* ~ *assi come*, *como*, *assi que*, *segundo como*, *em guisa que*, *em tal que* – as duas últimas deixaram de ser usadas – ‘Caeu com el e logo lhi quebrou a perna *em guisa que* o osso se partiu’.

As consecutivas são em geral iniciadas por *que* e apresentam sempre, na frase de que dependem, um quantificador a que estão relacionadas: *tan*, *tanto*, *tal*, *tamanho*. Também são

consecutivas: *en maneira que, em tal guisa que* – ‘Tanta era a fama da santa preegaçon *que* veo aas orelhas do papa’; ‘A fraquesa era *tamanha que* non podia já mais andar’.

As orações condicionais têm como conjunção mais como o *se* (lat. *sí*), mas ocorrem também *com esta condição que, como, como se*: ‘E *ssí* este for morto sem semmel, o maior filio agia o reino... e *ssí* filio barõ ñ ouvermos, a maior filia agia-o’.

As orações concessivas apresentam vários conectores: *ainda que, como quer que, macar ~ maçar que ~ maguer, non embargando que, non embargante, pero, pero que*. Com exceção das duas primeiras, os outros conectores são próprios do período arcaico: ‘Eu cuidoo *que* me non passades valer já, *macar* vus queirades’.

4.3 Percurso histórico da preposição *desde*

Apesar da proposta desse trabalho não envolver um estudo diacrônico da preposição *desde*, vamos, nessa seção, tentar reunir o que observamos nas gramáticas sobre esse elemento.

A atual preposição *desde* foi formada pela aglutinação de três preposições: *desde > de ex de*. No entanto, como mostra Said Ali (1964), essa preposição vai surgir só na Renascença com o acréscimo da preposição *de*, por analogia a ‘*antes de*’, ‘*depois de*’; no português arcaico, como vimos na seção 2.2.1, existe apenas a preposição *des*, que é, portanto, a aglutinação de duas preposições do latim clássico: *des > de ex*. Segundo Maurer (1959), a preposição *des* surgiu devido à sobrevivência da preposição *ex* mais o reforço *de*. Como vimos anteriormente, o reforço de advérbios e preposições por uma preposição, principalmente pela preposição *de*, foi uma prática iniciada ainda no latim vulgar. No entanto, Said Ali (1964) não acredita que a formação de *des* ocorre da junção de *de + ex*. Para ele, essa estrutura não deve ter ocorrido no latim vulgar e nem mesmo na língua românica, pois o uso de *ex* já vinha sendo suplantado por *de* e tinha a vitalidade antiga prestes a extinguir-se. O autor não propõe, porém, outra formação.

Voltando ao latim clássico, portanto, podemos observar que a preposição *de*, como havia dito Câmara (1975 apud MATTOS e SILVA, 1994, p. 97) e pesquisamos no dicionário etimológico (ERNOUT e MEILLER, 1967), é uma preposição que acompanha o ablativo e marca a origem, a distância e tem uma idéia de movimento de cima para baixo. A preposição *ex* também acompanha o ablativo: seu principal sentido era “fora”, “fora de”, com a nuance

“de fora para dentro”. Além desse sentido, *ex* exprimia: um sentido temporal com a idéia de ponto de partida (ex: “*ex eo die*” – ‘a partir desse dia’ - (ALMEIDA e FIGUEIREDO, s.d.)); um sentido causal parafraseado por “o fato de”, “de acordo com” (cf. “*ex animi sententia*” – (ERNOUT e MEILLER, 1967)); e como adjunto de matéria (cf. “*Vas ex auro factum est*” – ‘O vaso foi feito de ouro’ – (CART et al., 1986).

Como as gramáticas mostram, o uso de *de* suplantou os usos da preposição *ex*. Concordando com Maurer (1959) a preposição *ex* sobrevive apenas na forma aglutinada com *de*, formando, portanto, a preposição *des* do português arcaico. Segundo as gramáticas consultadas (cf. MATTOS e SILVA, 1994; SAID ALI, 1964, etc) a preposição *des*, no português arcaico, tem principalmente o sentido temporal, especificamente o sentido de origem temporal (“a partir de”), como mostram os exemplos extraídos de MATTOS e SILVA (1989):

- (1) a) E *des* sa mancebia sempre meu amigo.
- b) Aqueste *des* sa meninice sempre fez mui grande asteença.
- c) E *des* aquel tempo non foi tan cruevil
- d) E rei Totila lhi mandou dizer que ao bispo tirasse hua corda *des* a cabeça ata os calcanhares.
- e) E el-rei a cabo de pouco veo a Roma e *des* i foi a Cezilia.

Segundo Mattos e Silva (1989), as preposições são analisadas segundo relações básicas, que podem ser: origem, direção, percurso, associação, situação e adequação. Essas relações básicas podem ter três classes de significação, que são: espacial, temporal e nocional. A relação de origem, no português arcaico, era expressa por duas preposições: *de* e *des*. A preposição *de* já tinha adquirido vários usos que não apresentava no latim clássico. Por isso, tem uma relação de sentido muito ampla “desde o ponto de partida espacial, concreto e determinado, passando por todo o campo nocional ou metafórico de ponto de partida ou proveniência até à expressão de posse” (MATTOS e SILVA, 1989, p. 625). Já a preposição *des* ocorria em contextos mais restritos, principalmente, para marcar a origem temporal.

Com relação à formação da perífrase conjuncional *desde que*, observa-se que é citada por poucos autores. Mattos e Silva (1993, p. 116) mostra a formação do *des que*, no período arcaico do português, e enquadra essa perífrase conjuncional dentre as orações subordinadas adverbiais com valor temporal. Além disso, ela afirma que, de todas as circunstâncias expressas pela subordinação adverbial, a temporal é a que apresenta as mais ricas nuances expressivas para a localização no tempo, sendo o *quando* o menos marcado; depois há um

contínuo de conectores que especificam os vários momentos. A estrutura *desde que* deve ter surgido na Renascença, pois, segundo Said Ali (1964), a forma *desde* surgiu nessa época.

Além da acepção de tempo, atualmente, a perífrase *desde que* encabeça orações subordinadas adverbiais de condição e causa. No entanto, nenhuma gramática que trata da língua portuguesa do período arcaico traz a perífrase *desde que* com essas acepções. Portanto, supomos que esses valores devam ter surgido nos séculos seguintes.

4.4 Os usos atuais de *desde*

Nas seções anteriores observamos a formação das línguas românicas e, particularmente, do português; mostramos o desenvolvimento das preposições e conjunções desde o latim clássico e tentamos fazer um percurso histórico da preposição *desde* seguindo algumas gramáticas latinas e históricas do português. Nessa seção, levando em consideração as amostras coletadas no nosso *corpus*²⁸, tentaremos mostrar quais são os usos atuais de *desde*.

A descrição dos usos da preposição *desde* feita por Neves (2000), como mostramos na introdução desse trabalho, é bastante satisfatória e completa. No entanto, aparentemente, as nossas amostras não apresentam todas as ocorrências descritas por ela. Na verdade, a preposição *desde* e a perífrase *desde que* têm seus usos em contextos muito específicos, por isso, alguns usos não foram encontrados - como a preposição mantendo uma relação semântica dentro do SN -; outros usos apareceram em poucas ocorrências - como a perífrase com a acepção de causa - e alguns apareceram somente na escrita - a perífrase de causa não apareceu no *corpus* falado.

Dos usos encontrados, separamos as ocorrências em quatro grupos, utilizando, para isso, o critério estrutural. Em cada grupo, analisaremos os aspectos sintáticos e semânticos. Os grupos são: (i) *desde* + SN/adjetivo; (ii) a estrutura *desde (...)* até; (iii) *desde* + advérbio; (iv) *desde* + *que*.

²⁸ Usamos como *corpus* de língua falada o NURC e como *corpus* de língua escrita romances. A descrição do *corpus* está mais detalhada no início da última seção.

4.4.1 Desde + SN/adjetivo

No primeiro grupo, estão os exemplos com as acepções mais antigas da preposição *desde*, como vimos no português arcaico. A função das preposições é relacionar termos; nos exemplos que seguem observamos que a preposição relaciona um SN ou um adjetivo à oração. A preposição mais o SN/adjetivo formam uma estrutura adverbial que explica ou completa o sentido da oração. Observamos que a estrutura desse primeiro grupo pode ter duas acepções, quando acompanhada por um sintagma nominal - acepções de espaço, como mostra o exemplo (02), ou tempo, como em (03) - e, quando acompanhada por um adjetivo, apenas a acepção de tempo, (04).

- (02) Os pássaros, sem dúvida, amavam ao sol quando assim era. Pois um cântico animado se escutava desde a ramagem dos jacarandás, onde, em concerto, anus e bem-te-vis tocavam flauta, a pomba-rola soprando em baixo-tuba. (G)
- (03) Por amor à arte, Felisbina estudava piano desde os cinco anos de idade com um professor alemão. (ACT)
- (04) Tia Eugênia, mulher do tio Aurélio, irmão de papai, fora criada desde pequena pela família Baruel, proprietária da mais conceituada drogaria de São Paulo, a "Drogaria Baruel". (ANA)

- Espaço

As ocorrências que nomeamos de espaço, como em (02), têm a preposição *desde* sempre unida a um sintagma nominal (SN), como mostram os exemplos abaixo:

- (05) a) Não existia ainda o metrô; pegamos um ônibus e depois outro, desde a escola da Vila Alpina, lugar de muitos russos e poloneses de cabelos lisos e olhos claros. (OC)
- b) Era uma boa chance para esquecer as bobagens que eu havia pensado minutos antes, uma boa oportunidade para quebrar o gelo que nos acompanhou desde Madrid. (MRP)
- c) - Reforcei o policiamento nas ruas, desde o Terminal Ferroviário. Contatei com a prefeitura e o departamento de água e esgotos, mas os chefes não haviam ainda chegado ao serviço. (GRE)

Segundo as gramáticas tradicionais, o que está destacado nos exemplos acima, é analisado sintaticamente como adjunto adverbial, nesse caso, adjunto adverbial de lugar. Sendo um adjunto, ele é considerado um termo acessório da oração. Nos termos da GF de orientação holandesa, esses exemplos trazem informações adicionais à predicação nuclear. Portanto, são considerados satélites. No entanto, os satélites podem ser de vários tipos; os satélites como em (05) são considerados entidades de primeira ordem, pois “representam o

significado lexical pelo qual se adiciona características que podem ser especificadas no EsCo como definidas na predicação nuclear” (DIK, 1989, p. 225); portanto são satélites de nível 1.

Nesses exemplos, os satélites marcam o ponto de início de algo que acontece na predicação. Observamos que esse ponto marca algo no espaço. Portanto, semanticamente, ele está no quadro de orientação espacial dos satélites de nível 1. O SN que segue a preposição sempre faz alusão a um local, por exemplo: *escola da Vila Alpina / Madrid / terminal rodoviário*. Dentro do quadro de orientação espacial, esses exemplos são considerados satélites de origem, pois designam o ponto de origem do movimento.

A preposição que, normalmente, faz alusão à origem é por excelência a preposição ‘de’. Por exemplo:

- (06) João dirige de Amsterdam (Origem) para Rotterdam (Direção) ao longo da rodovia (Caminho)²⁹.

No entanto, podemos depreender várias nuances desse quadro de orientação espacial. Uma delas é o uso de *desde* ao invés de *de*. Neste caso, a preposição *desde* expressa uma extensão no espaço. Comparemos as duas preposições em um mesmo exemplo:

- (07) a. Reforcei o policiamento nas ruas do Terminal Ferroviário.
b. Reforcei o policiamento nas ruas, desde o Terminal Ferroviário. (GRE)

Em (07a) entende-se que o policiamento foi reforçado apenas nas ruas do terminal rodoviário, um espaço mais delimitado. Temos um sentido diferente quando usamos a preposição *desde* em que podemos entender que o reforço não só foi feito nas ruas do terminal como ele se estendeu a outros pontos, em que o limite não está expresso.

- Tempo

Os exemplos do tipo (03) são os mais abundantes no *corpus* falado e escrito. Semelhantes aos exemplos com acepção de espaço, o que está destacado na oração também é considerado acessório para a gramática tradicional e analisado sintaticamente como adjunto adverbial, nesse caso, adjunto adverbial de tempo. No entanto, para a GF, os satélites desses exemplos estão no nível da predicação, portanto, são entidades de segunda ordem, já que eles fazem referência a um evento, a um estado de coisas. Os satélites de nível 2 (ó₂)

²⁹ Exemplo retirado de Dik (1989, p. 231)

correspondem aos meios lexicais que localizam o estado de coisas designado pela predicação em um mundo real ou imaginário e, desse modo, restringem o conjunto de referentes potenciais da predicação à situação externa (ou situações) que o falante tem em mente.

É possível elencar algumas diferenças entre os satélites de primeira ordem e os satélites de segunda ordem, como ilustram as seguintes construções:

- (08) a) Minha mãe era frágil, gasta nos trabalhos da fábrica, onde vivia desde os quinze anos, descorada, de pequena estatura, só tendo como atrativo a suave mansidão das suas feições menineiras. (DEN)
- b) O prefeito achava que um homem pode ser muitas coisas na vida, embora os habitantes de Viscos sempre soubessem seu destino desde crianças; o padre tinha uma opinião diversa, e considerava o recém-chegado como alguém perdido, confuso, que estava ali tentando encontrar a si mesmo.(DSP)
- c) - Talvez você deva achar que os fabricantes de armas são o que há de pior no mundo. Talvez você tenha razão; mas o fato é que, desde o tempo das cavernas, o homem as usa - primeiro para matar os animais, logo depois para conquistar o poder sobre os outros.(DSP)

De certa forma, os exemplos com a acepção de tempo têm uma estrutura semelhante aos exemplos com acepção de espaço, pois os satélites que possuem a preposição *desde*, também, marcam o ponto de início de algo que acontece na predicação. No entanto, o início se dá no tempo e não mais no espaço. Isso pode ser percebido pelo tipo de SN que segue a preposição: *criança / tempo das cavernas / quinze anos*. Percebe-se que essas palavras têm características diferentes em relação aos exemplos anteriores que faziam alusão a um espaço físico. Esses satélites fazem alusão ao tempo, portanto, não são tão concretos, mas mais conceituais do que os anteriores. Essa diferença se deve ao próprio estatuto categorial do satélite.

Como foi dito antes, os satélites iniciados pela preposição *desde* mostram, nos exemplos em (08), o início de tempo, ‘a partir de quando’ ocorre o EsCo que está na predicação. Porém, parece-nos que podemos destacar duas nuances desse tempo. Comparemos (09a) e (09b):

- (09) a) Chego a me perguntar mesmo - mas isso não importa muito aqui nesta conversa -, se tudo não foi obra de padre Luís (...) O que importa é que, desde esse dia, ela mudou, tornou-se outra criatura, desnordeando todos. (A)
- b) Baixou os olhos, como um escolar apanhado em flagrante, e desculpou-se: "Signora carissima, esse padeiro me provoca desde o domingo, só porque aquele raquítico do Rivera marcou dois gols contra a Inter. (ACM)

Em ‘*desde esse dia, ela mudou*’, podemos perceber que no primeiro o satélite *desde esse dia* está marcando um ponto no tempo; já no outro exemplo - e ‘*esse padeiro me provoca desde o domingo*’ -, o satélite *desde domingo*, apesar de, também, marcar um ponto no tempo, está associado a uma predicação que se repete. Explicando melhor, o EsCo de (09.b) na predicação ‘a provocação do padeiro’ é algo que vem sendo repetido desde um tempo passado - ‘desde domingo’ - até o momento da fala. Ou seja, há uma duração, ou repetição. Já no exemplo (09.a) não é possível dizer que o EsCo da predicação que é ‘a mudança de alguém’ é algo repetido desde o tempo ‘esse dia’. Portanto, nesse caso não há uma duração ou repetição do EsCo da predicação.

Acreditamos que essas nuances de sentido ocorrem devido ao fator de imperfectividade intrínseco à preposição *desde* e o tipo de verbo da predicação. O principal sema da preposição é a duração, a repetição, o caráter imperfectivo. No entanto, observamos que esse caráter de imperfectividade pode ser combinado com predicções perfectivas, como em (09.a).

4.4.2 Desde (...) até

No segundo grupo destacamos a estrutura ‘desde (...) até’, pois, apesar de a preposição *até*, como mostra Neves (2000), possibilitar um limite final da extensão do tempo e do espaço, essa estrutura produz outras acepções possíveis, como mostram os exemplos:

- (10) a) Tecidos, contas, jóias e muitos outros produtos mudavam de mãos de mercado em mercado ou viajavam de canoa ao longo da costa e pela rede de lagos, furos e canais que se estende desde o cabo São Paulo, no atual Gana, até o delta do Níger. (MAL)
- b) Há criaturas que vêm ao mundo dentro de tal passividade e estoicismo, que dão a idéia de receberem o sofrimento como uma graça divina. Minha mãe era desse número. Desde o dia maldito do seu casamento até à hora em que expirou no hospital, com os olhos meigos fitos na irmã de caridade, jamais articulou um queixume, nem tão pouco a agitou movimento altivo de revolta. (DEN)
- c) Wicca mantinha o Poder sob controle, e a orquestra toda precisava funcionar bem, desde a mais estridente trompa até o violino mais suave. Para isto, precisava da ajuda do Poder - sem, entretanto, entregar-se a ele. (BRI)
- d) Já exerci quase todos os misteres deste mundo, desde o de deputado até o de cáften profissional, mas ainda me falta encontrar aquele que assente como uma luva ao meu temperamento (AL)

Nos exemplos (10.a) e (10.b) ocorrem dois satélites, respectivamente um de espaço e o outro de tempo, que devido à preposição *até*, têm um limite final na extensão

do espaço e do tempo. Como a preposição *desde* produz o efeito de duração, percebe-se que o espaço percorrido, por exemplo em (10.a), é todo o espaço que está marcado entre os dois pontos de “cabo de São Paulo” e o “delta do Niger”. Já nos exemplos (10.c) e (20.d) não ocorrem as acepções de espaço e tempo, mas temos um tipo de seriação. O falante escolhe um paradigma e toma duas de suas características que considera terem “valores opostos”. Desse modo, o falante consegue fazer referência a todos os elementos do paradigma. No exemplo (10.c) temos um paradigma de instrumentos musicais e, em questão de sonoridade, são escolhidos os instrumentos que, aparentemente, apresentam uma sonoridade bem divergente como /estridente trompa/ e /violino suave/. Assim, o falante engloba todos os tipos de instrumento da orquestra. Isso também ocorre em (10.d), quando a personagem coloca em contraste duas profissões, de um lado a de deputado, de outro, a de cafetão.

4.4.3 Desde + advérbio

No terceiro grupo, encontramos a união de *desde* com alguns advérbios, por exemplo:

- (11) a) Afinal acabou por apaziguar-se diante das palavras sensatas do dr. Keidher, que lhe fez ver que, não existindo o Imperador da Rússia, poderia ele muito bem tornar-se representante do Imperador da Abissínia, e o empossou desde logo no cargo. (AL)
- b) Quando já ia perto do sítio do João da Cancela, o mal-estar de Salviano transformou-se em positivo nervosismo. Se ia começar a farsa naquele dia mesmo, então precisava estar preparado desde já. (ASS)
- c) Para evitar mau juízo esclareço, desde agora, que, em fins de dezembro, outra nota informa que o Alferes fora isento de culpa. (ALF)
- d) Quando levantei a cabeça, um cão enorme estava rosnando a um palmo de meu rosto. Quase desmaiei de susto. Um garoto do prédio expulsou o animal aos berros. Desde então tenho pavor de cães e já tenho dado muitos vexames pela vida... (ACM)
- e) - Quando sua mãe morreu, só vendo o estado em que o coitado ficou - continuou Cidinho. Andava por aí, chorando pelos cantos. Sentiu muito, e desde aí ficou "fraco da bola". Uma noite saiu nu pela rua, batendo com um pau nos postes. (CHI)

Nesse grupo podemos considerar que, em todos os exemplos, a principal acepção da estrutura *desde* + advérbio, indiferentemente de qual seja o advérbio, é temporal. Os advérbios que acompanham o *desde* nos exemplos (11.a,b,c) também fazem alusão ao tempo. Já nos exemplos de (11.d,e), apesar de *desde* também marcar uma extensão no tempo, observamos que os advérbios que o acompanham têm uma função fórica, pois retomam uma porção do texto. Portanto, em (11.d), por exemplo, quando a personagem diz *desde então*

tenho pavor de cães/ o desde então faz alusão a algum evento anterior que tenha possibilitado o atual “pavor de cães”.

4.4.4 Desde + que

No quarto grupo estão os casos de satélites complexos iniciados pela perífrase conjuncional *desde que*. Como orações adverbiais foram encontradas três acepções:

- (12) a) "Eu me chamo Rinaldo e meu irmão é Amadeu. Filomena mora lá em cima desde que meu avô acabou com os ratos." (ACM)
- b) "Na verdade nós adoramos as mulheres, desde que sejam belas, inteligentes e... inseguras. Seria isso uma prova de nossa misoginia? (ACM)
- c) Aquela autoridade com que Bertha repelia os outros e que tanto escandalizava Leopoldo, o incircunciso, ela trazia-a de casa. Tratando, assim, o outro lado Bertha parecia dizer: "Tenho vontade de te pertencer: desde que não posso, odeio-te, mesmo que o meu ódio não tenha consistência. (OE)

No exemplo (12.a), temos um satélite oracional de tempo que se localiza na predicação estendida, portanto, um satélite de nível dois. Em (12.b) ocorre um satélite oracional de condição e em (12.c) um de causa, que fazem parte da proposição, portanto, são satélites oracionais de nível 3.

A multifuncionalidade da preposição *desde* é uma amostra de como uma classe de palavras que tinha um uso, de certa forma, redundante no latim clássico, tornou-se tão funcional na língua portuguesa. A proposta desse trabalho é destacar os usos da preposição *desde* que ocorrem no primeiro e no último grupo. As estruturas de *desde* mais SN/adjetivo e *desde + que*, sugerem um *cline* que evidencia os diferentes valores gramaticais dessa preposição.

4.5 Resumo

Nas seções anteriores mostramos a nossa posição teórica e questões sobre o processo de GR. Nessa seção começamos a apresentar melhor o nosso objeto de estudo. Por isso, tratamos principalmente das classes das preposições e das conjunções. O retorno ao latim foi de grande importância, pois, já que essa pesquisa não é diacrônica, o latim nos ajudou a conhecer melhor a origem do elemento que estamos estudando e a importância que ele – como preposição – adquiriu na

língua portuguesa. Além disso, pudemos entender melhor o processo de criação de que estamos tratando – a união de *que* com outras palavras. Por fim, os usos atuais da preposição *desde* nos deram uma idéia da multifuncionalidade desse elemento.

Na formação do português, podemos mostrar que, com relação à classe das preposições, houve uma grande reestruturação de seu funcionamento, pois, de uma partícula redundante para marcar o caso morfológico, as preposições passaram a ser indispensáveis para se obter a significação de caso da oração, já que a flexão casual não existe no português. Apesar de ser necessária na oração, é possível observar que grande parte das preposições do latim clássico não chegou ao português. No entanto, se tornou muito comum (i) a aglutinação de várias preposições; dessa forma, muitas sobreviveram, e a preposição *desde* é um exemplo; (ii) o fato de palavras de natureza diferentes passarem a desempenhar a função de preposição; por exemplo, *tirado e salvo* de base varbo-nominal; (iii) o fato de usar advérbios somados à preposição *de*, como *depois de*, *diante de*.

Com relação às conjunções, também é possível observar que a maioria das conjunções do latim clássico não chegou ao português. Diferentemente das preposições, as conjunções deixaram de ser usadas, pois, no latim vulgar, a junção das orações era feita, principalmente, por parataxe, sem qualquer conector. No entanto, o português, para suprir a falta de conjunções, usou algumas estratégias semelhantes às das preposições: (i) habilitar palavras de natureza diferente ao papel de conjunção, por exemplo, o advérbio *magis* que deu origem ao atual *mas*; (ii) generalizou o processo, iniciado no latim vulgar, que consiste em combinar a partícula *que* a palavras de categorias diferentes, para a formação de perífrases conjuncionais, como é o caso de *desde que*.

Na próxima seção, nos restringiremos aos usos da preposição *desde*+SN e da perífrase conjuncional *desde que*. Mostraremos que as camadas subjacentes da oração, propostas por Dik, revelam um *cline* de gramaticalidade, em que podemos observar que os significados mais gramaticalizados estão nas camadas mais altas.

5 Gramaticalização da preposição *desde*

Nesta seção, abordaremos a multifuncionalidade da preposição *desde* e da perífrase *desde que* e destacaremos os graus de gramaticalidade dos seus usos. Por isso, depois de apresentar o nosso *corpus*, analisaremos os nossos dados: (i) segundo os princípios e parâmetros da GR propostos por Lehmann, Hopper e Heine et al.; (ii) abordando a mudança semântica da GR proposta por Traugott e Sweetser; (iii) observando a frequência de uso de *desde (que)* e (iv) mostrando como a mudança das camadas subjacentes de Dik pode sugerir um *cline* de GR.

5.1 O material de pesquisa.

O material selecionado para a pesquisa é baseado em dois tipos de *corpus*: um de língua escrita e um de língua falada. O objetivo principal é fazer uma análise qualitativa, destacando todos os usos da preposição, independentemente da quantidade. No entanto, a frequência tem sido considerada uma evidência de que a GR esteja ocorrendo. Por isso, selecionamos alguns textos para fazermos uma análise quantitativa.

A seguir, são comentados separadamente os tipos de *corpus*, para permitir uma descrição mais detalhada das etapas de recolhimento dos dados em que se baseiam as análises.

Corpus de fala

Como *corpus* de fala, foram analisadas as amostras do Projeto NURC das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo³⁰. O NURC tem como objetivo a caracterização da variedade culta do português do Brasil falado nos grandes centros urbanos do país. Ele é composto por três tipos de inquéritos: DID, que é um diálogo entre um documentador e um informante; D2, que é o diálogo entre dois informantes e EF, que é um tipo de elocução formal.

É importante ressaltar que no *corpus* de fala havia poucas ocorrências com o item em questão; algumas acepções, que foram encontradas no *corpus* escrito, não ocorreram no

³⁰ Foi analisado o *corpus* integral, não as amostras mínimas, dessas duas cidades. Não foi analisado o NURC das demais cidades por não termos podido dispor, nesses casos, do *corpus* com os três tipos de inquéritos completos.

corpus de fala, e, portanto, esse não retratava, com segurança e credibilidade, o processo que vamos estudar. Por isso, a maior parte dos exemplos apresentados nesse trabalho provém do *corpus* escrito.

A escolha de um *corpus* de língua falada se deu por acreditarmos que, se houvesse uma mudança em curso, seria melhor percebida na fala. No entanto, isso não ocorreu, talvez por não termos um *corpus* maior, ou pelo item *desde (que)* não ser uma estrutura muito recorrente na língua falada, como o ‘de’ é para espaço e tempo, como o ‘se’ é para condição e o ‘porque’ é para causa.

Corpus escrito³¹

As amostras escritas foram coletadas da base de dados armazenada no Centro de Estudos Lexicográficos da UNESP – *Campus* de Araraquara. Esse *corpus* abriga textos escritos da literatura romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática. Dessa tipologia, foram selecionados algo em torno de 100 livros do tipo romanesco, escritos a partir dos anos cinquenta³². A opção por textos da literatura romanesca deveu-se ao seu maior grau de “informalidade”, em relação aos demais tipos, e por eles possibilitarem o uso de figuras de linguagem, como metáforas e metonímias, que podem instigar uma mudança, nos termos da GR.

Por algumas acepções ocorrerem em grande quantidade, estipulamos um limite de cinquenta ocorrências de cada tipo. Porém, com algumas acepções esse número não foi alcançado. Acreditamos, que isso não interferiu nos nossos resultados, visto que a nossa análise é qualitativa.

Outros procedimentos

Como já foi dito na seção anterior, a análise desse trabalho está baseada nos usos da preposição *desde* e da perífrase conjuncional *desde que*, de modo que as demais ocorrências desse elemento não serão consideradas. Identificamos nos dados cinco tipos, que mostram acepções e estruturas diferentes. No primeiro tipo, estão os casos da preposição com acepção de espaço; no segundo tipo, estão os dados da preposição com acepção de tempo; no terceiro, estão os casos com as perífrases conjuncionais com acepção de tempo; no quarto tipo, estão as

³¹ As siglas e os títulos dos romances analisados estão no anexo I e uma amostra desse *corpus* está no anexo II.

³² Os romances datam dos anos cinquenta até o ano de 2004. No entanto, tentamos selecionar os romances a partir da década de setenta, para adequar o *corpus* escrito ao falado (NURC).

perífrases conjuncionais com acepção de condição; e por fim, no quinto, estão as perífrases com acepção de causa.

Como já mostramos na introdução deste trabalho, repetimos aqui um exemplo para cada caso, respectivamente:

- (1) Fizera a caminhada a pé, praticamente desde Fortaleza, onde tentara embarcar sem passagem, expulso do trem na primeira estação. (BH)
- (2) "- Desde o meio-dia, Mário está em casa de Dona Dedé, prima de mamãe. Você não o encontraria, em hipótese alguma". (A)
- (3) - Não, não, meu Igreja não permite arriscar nada, jogar nada. Eu estou olhando seus sapatos e o bainha da sua calça desde que entrou. Tem serragem e tem o madeira enroladinho que sai da plaina - mas não tem lasca de pau. (ASS)
- (4) "Na verdade nós adoramos as mulheres, desde que sejam belas, inteligentes e... inseguras. Seria isso uma prova de nossa misoginia? Eu, por exemplo, acho esplêndida a figura feminina de Medéia, certamente uma mulher detestável. (ACM)
- (5) Aquela autoridade com que Bertha repelia os outros e que tanto escandalizava Leopoldo, o incircunciso, ela trazia-a de casa. Tratando, assim, o outro lado Bertha parecia dizer: "Tenho vontade de te pertencer: desde que não posso, odeio-te, mesmo que o meu ódio não tenha consistência. .. " E, quase contraditória, ela via o Catolicismo como a parte mais completa do seu antagonista. (OE)

5.2 A gramaticalização de *desde* e *desde que* segundo os princípios, parâmetros e critérios da GR³³

Intencionando calcular o grau de GR de um determinado item, têm sido propostos alguns parâmetros e princípios diversos. Como vimos com mais detalhes na seção sobre a mudança, Hopper (1991, 1996), por exemplo, elenca cinco princípios: estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização, que possibilitariam a identificação de alguns estágios do processo de GR. Lehmann (1995) propõe três parâmetros - peso, coesão e variabilidade - a serem investigados em nível paradigmático e sintagmático e que evidenciam os processos de atrição, paradigmaticidade, obrigatoriedade, condensação, coalescência e fixação. Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) sugerem uma lista de hipóteses

³³ Não será feita nenhuma distinção entre os termos “parâmetro”, “princípio” e “critério”. Esses termos serão usados segundo a proposta de cada pesquisadores.

que funcionariam como procedimento de descoberta dos graus relativos de GR da marcação de caso.

As propostas de princípios e de parâmetros estão muitas vezes relacionadas aos pesquisadores que as estabelecem. Por isso, é possível perceber que elas acabam por destacar perspectivas diferentes do processo de GR, dificultando a sua aplicação. Por exemplo, os parâmetros de Lehman mostram a gramaticalidade de um item/construção em estágio avançado de GR ou quando o item já se morfologizou; já os princípios de Hopper detectam os estágios mais incipientes da GR.

Além disso, observamos que alguns critérios acabam por evidenciar, principalmente, a mudança categorial e, especificamente, a mudança de um elemento do léxico para gramática. No entanto, a nossa pesquisa é sincrônica e o nosso objeto de estudo sempre foi um elemento gramatical na língua. Por isso, talvez, seja ainda mais difícil aplicar alguns desses critérios, pois, sincronicamente, não podemos observar as mudanças e, como a preposição já é um elemento gramatical, nem todas as perdas³⁴ que um elemento do léxico sofre serão observadas. De modo geral, a proposta desses critérios é medir o grau de gramaticalidade e, conseqüentemente, a GR. Portanto, tentaremos aplica-los para averiguar o grau de gramaticalidade de *desde* e *desde que*.

5.2.1 Segundo os parâmetros de Lehmann

Como mostramos na terceira seção, Lehmann (1995) elenca seis parâmetros que medem o grau de autonomia do signo e, conseqüentemente, a sua GR. Com relação ao *peso* temos a *integridade* e o *escopo estrutural*; com relação à *coesão* a *paradigmaticidade* e a *conexidade*; e com relação à *variabilidade*, ela ocorre paradigmática e sintagmaticamente. Esses seis processos evidenciarão a avançada GR de um item/construção, mas, como veremos na seqüência, sua aplicação é problemática no caso de *desde* e *desde (que)*. Isso, talvez, por a preposição estar em curso no seu processo de GR, portanto, ainda não teria atingido os estágios mais gramaticalizados, os quais são evidenciados pelos parâmetros de Lehmann.

³⁴ Observamos que alguns parâmetros, principalmente os de Lehmann relacionam a GR com a perda de autonomia de um item; conseqüentemente, ele retrata a perda fonológica, perda semântica, perda de liberdade sintática, etc.

Apesar de Lehmann considerar a GR sincronicamente, entendendo-a como um princípio de acordo com o qual subcategorias de uma dada categoria gramatical podem ser arranjadas em uma escala, representada pelo símbolo $x > y$, usado para expressar que y é mais gramatical do que x , observamos que seus parâmetros parecem ser mais eficazes quando também se considera a perspectiva diacrônica do processo de GR. Portanto, quando se evidencia a mudança gradual de um elemento, principalmente, lexical, para um estatuto gramatical. Isso porque, como será observado, num recorte sincrônico e com um elemento já gramatical, como é o caso da preposição *desde*, esses parâmetros não ajudam a mostrar a GR desse elemento e, às vezes, podem até nos levar a interpretações enganosas.

Peso

O parâmetro da integridade evidencia o peso do signo no paradigma e se refere efetivamente ao tamanho substancial do signo, em termos semântico e fonológico. Assim, um elemento em estágio avançado de GR tem como característica a redução fonológica e a perda semântica. Essa questão de redução e perdas seria melhor percebida num recorte diacrônico, pois, na nossa amostra não pudemos observar nenhuma redução fonológica de *desde* e, na verdade, se considerarmos os exemplos do português arcaico – como mostramos na seção anterior - houve um ganho de material fonológico, visto que nessa época a preposição era *des*. Com relação ao valor semântico, também é difícil falar em *bleaching* num recorte sincrônico, pois estamos observando os vários usos e significados de um elemento. Talvez, possamos falar em algum tipo de perda se considerarmos o sema de extensão, que está presente nas acepções de espaço e tempo, mas não ocorre com as acepções de causa e condição. No entanto, levando em consideração que, no português arcaico, havia apenas as acepções de espaço e tempo, os exemplos atuais evidenciam um ganho semântico, com a soma das acepções de condição e causa.

O escopo estrutural evidencia o peso do signo no sintagma, portanto esse processo refere-se à extensão da construção que o signo ajuda a formar. Nesse sentido, quando mais gramaticalizado for um elemento, menor será o seu escopo. Os exemplos (1) e (2) mostram que a preposição ajuda a formar uma estrutura de sintagma adverbial; nos exemplos (3)-(5), em que ocorre a perífrase conjuncional, o escopo é uma estrutura oracional que é maior do que um sintagma. Segundo esse parâmetro, e levando em consideração nossos exemplos, poderíamos interpretar que a preposição em (1) e (2) seria mais gramaticalizada do que os outros exemplos, pois está em uma estrutura menor. No entanto, como observaremos em critérios propostos por outros pesquisadores e também na nossa análise, a perífrase

conjuncional tem um valor gramatical maior do que o da preposição. Portanto, além desse critério não nos ajudar a definir o grau de gramaticalidade da preposição *desde* pode nos induzir a uma interpretação errada.

Coesão

Com relação aos parâmetros que tratam da coesão, observamos que são um pouco confusos e de difícil aplicação. Por exemplo, o parâmetro da paradigmaticidade, que trata da coesão no paradigma, refere-se ao grau de coesão de um item com os outros em um paradigma. Portanto, para medir esse parâmetro deve-se considerar o tamanho e a homogeneidade do paradigma; deve-se levar em conta a integração formal e semântica de um paradigma como um todo e a integração formal e semântica do item em análise dentro desse paradigma.

O problema desse parâmetro, segundo Lehmann, é precisar o tamanho do paradigma que o item em GR passa a integrar, mas já é difundido que paradigmas mais gramaticalizados são menores. Por exemplo, na classe aberta dos nomes, há uma pequena quantidade de nomes relacionais de lugar, como *front, back, top, bottom* que podem ser usados para formar preposições. O número de nomes que participam desse paradigma é restrito e seus membros estão mais gramaticalizados do que os nomes puramente lexicais. Com os nossos dados podemos destacar dois paradigmas: *desde* está no paradigma das preposições e *desde que* no paradigma das conjunções. No entanto, esse critério é de difícil aplicação, pois nossa pesquisa não observou os outros membros do paradigma das preposições ou conjunções. Além disso, segundo Lehmann (1995, p.134) “no processo de gramaticalização, a paradigmaticidade é alcançada gradualmente” e isso não é possível de ser observado numa perspectiva sincrônica.

O parâmetro da conexidade, ou seja, a coesão no sintagma, trata da coesão de um signo com outros signos, isto é, o quão unido o signo está com outros, ou o quanto ele depende dos outros. Esse parâmetro, que evidencia o processo de coalescência (união), é melhor observado nos casos de morfologização em que ocorre a aglutinação. Nesse sentido, quanto mais gramaticalizado for um signo, mais conectado ele estará. O nosso objeto de estudo é uma preposição, portanto, ela já tem uma função de coesão intrínseca. No caso da preposição, como mostram os exemplos (1) e (2), *desde* faz a conexão de um sintagma nominal - *'fortaleza'* e *'meio dia'* - à predicação, para dessa relação extrair uma função circunstancial. As conjunções, assim como as preposições, também são elementos coesivos na língua. No entanto, a perífrase *desde que*, como conjunção, faz a conexão de uma oração à outra. Os exemplos (3)-(5) mostram a conexidade de orações com funções circunstanciais –

tempo, condição e causa, respectivamente - a orações principais. Portanto, tanto *desde* quanto *desde que* tem um valor de conexão muito semelhante, o primeiro conectando sintagmas, o segundo orações, mas os dois desempenham funções circunstancial. Por isso, não há como medir se a preposição ou a perífrase está mais conectada com outros signos. Novamente, esse parâmetro não nos ajuda a medir o grau de gramaticalidade do nosso objeto de estudo.

Variabilidade

A variabilidade paradigmática trata da possibilidade de usar um outro signo no lugar daquele em GR; ou seja, refere-se à liberdade que o falante tem em escolher um signo entre todos de um mesmo paradigma ou não escolher nenhum, deixando em seu lugar uma categoria genérica. Segundo Lehmann, quanto mais gramaticalizado for um signo, seu uso se torna mais obrigatório. Esse parâmetro também não nos ajudará a medir o grau de GR de *desde (que)*, pois nossa pesquisa não se expandiu para outros elementos do paradigma das preposições ou conjunções. Por isso, não sabemos o quão livre é o usuário para usar a preposição *desde* ou outra do paradigma. Além disso, para se verificar o quanto um elemento se torna obrigatório, seria necessário uma pesquisa diacrônica.

A variabilidade sintagmática refere-se à possibilidade de mobilidade de um item na construção em que ele ocorre. Segundo Lehmann, a posição fixa do item dentro de um sintagma é indício de seu aumento de gramaticalidade. Esse parâmetro é melhor observado quando um item lexical atinge um alto grau de morfologização. Novamente, esse parâmetro não nos ajuda a medir o grau de gramaticalidade de *desde (que)*, pois, *desde*, como preposição, já tem a sua posição fixa: nos exemplos (1) e (2), a preposição sempre ocorre no início de uma estrutura adverbial. A perífrase conjuncional *desde que* também tem sua posição fixa, como conjunção, ela sempre ocorre no início de uma oração adverbial. Por isso, não há como dizer se a posição de *desde* ou de *desde que* se tornou uma mais fixa do que a outra.

5.2.2 Segundo os princípios de Hopper

Os princípios de Hopper, diferentemente dos de Lehmann, evidenciam a GR nos seus estágios iniciais ou, pelo menos, ele tenta averiguar a GR antes dos estágios de “obrigatoriedade” e “fixação” referidos por Lehmann. Para Hopper, a gramática de uma

língua deve ser entendida como uma constante GR, já que a língua é sempre emergente; ou seja, sempre estão surgindo novas funções para formas já existentes. Por isso, é possível identificar graus diferentes de gramaticalidade em uma mesma forma. Nesse sentido, os princípios de Hopper evidenciam não apenas mudanças gramaticais, mas podem mostrar os limites entre os fenômenos lexicais e gramaticais, que, segundo o autor, são muito difusos. Portanto, se os parâmetros de Lehmann não foram suficientes para explicar o grau de gramaticalidade de *desde (que)* pelo fato de nossos exemplos mostrarem, talvez, uma GR em curso e os parâmetros de Lehmann retratarem uma GR avançada, os critérios de Hopper deveriam, portanto, contribuir para retratarmos a GR de *desde (que)*, pois, esses mostrariam os estágios mais incipientes do processo. No entanto, na seqüência, observaremos que isso não ocorre. Hopper (1991), como mostramos na terceira seção, propõe cinco princípios: estratificação, divergência, especialização, persistência, e descategorização:

A estratificação mostra que, apesar de uma forma surgir para referir-se a determinado domínio funcional, ela pode coexistir com outras formas mais antigas que também se referem a esse mesmo domínio. Como mostram os exemplos de (1)-(5), *desde (que)* tem um total de quatro acepções diferentes, no entanto, há outras formas que também expressam acepções semelhantes. Por exemplo, a perífrase *desde que* expressa condição e causa, mas coexiste com outras conjunções que também expressam essas acepções, como se e porque. Sabemos que essas formas não têm uma correspondência biunívoca entre forma e significado. A forma se, por exemplo, é a prototípica, por isso, se o falante usa *desde que* pode haver uma intenção pragmática envolvida nessa escolha; às vezes, essas tênues diferenças podem evidenciar diferentes registros sociolinguísticos ou variantes estilísticas.

O princípio da divergência mostra que uma forma lexical que dá origem ao processo de GR pode continuar existindo como elemento autônomo; ou seja, ela não deixa de existir porque se gramaticalizou. Esse princípio não é de grande ajuda na nossa investigação, pois (i) o nosso objeto já é um elemento gramatical e (ii) a nossa pesquisa é sincrônica, portanto não saberíamos informar, com certeza, a forma original. No entanto, como mostramos na seção anterior, em que destacamos os usos atuais de *desde*, observamos que a preposição *desde* pode formar outras estruturas, além da perífrase conjuncional que vamos analisar.

O princípio da especialização trata do estreitamento de nuances semânticas; ou seja, ocorre uma diminuição da escolha de formas pertencentes a um mesmo domínio, portanto, um estreitamento de opções para se codificar uma determinada função. Quando uma forma está totalmente gramaticalizada, ocorre a perda da escolha e a obrigatoriedade do uso dessa forma. Esse princípio complementa o parâmetro de Lehmann que trata da variabilidade

paradigmática: ou quanto menor a liberdade de escolha de um signo em um paradigma, mais esse signo se especializou em uma função. No entanto, assim como o parâmetro de Lehmann, esse princípio de Hopper não contribui para a nossa investigação, pois não abordamos os outros elementos do paradigma. Além disso, seria necessária uma pesquisa diacrônica e quantitativa que pudesse mostrar como foi ocorrendo a especialização em uma determinada função.

A persistência diz respeito a alguns traços do significado-fonte que são transferidos para a nova forma. Novamente, esse princípio de Hopper exige uma pesquisa diacrônica, pois como dizer o que é fonte e o que é meta em um recorte sincrônico? Nesse princípio está subentendida uma derivação etimológica. Portanto, não podemos dizer, com certeza, quais traços persistem nos nossos dados. No entanto, se levarmos em consideração que a perífrase conjuncional *desde que* tem um estatuto gramatical maior do que o da preposição *desde*, poderíamos cogitar que a preposição é a fonte e alguns traços dessa deveriam estar presentes na perífrase. No caso da preposição *desde*, observamos que ela marca uma extensão a partir de um determinado ponto. Esse traço de extensão, que está presente na acepção de espaço, persiste na acepção de tempo da preposição. Do mesmo modo, podemos perceber que a idéia de um ponto inicial se mantém nas acepções de condição e causa. Num sentido mais abstrato, a perífrase *desde que*, com essas acepções, marca o ponto inicial e necessário para que o evento relatado se concretize.

Por fim, o princípio da descategorização trata da mudança de categoria; ou melhor, esse princípio remete às perdas de marcas morfológicas e colocação sintática da forma gramaticalizada. Um signo quando se gramaticaliza e muda de categoria sintática, perde, conseqüentemente, suas características morfossintáticas. Esse princípio é melhor percebido quando se estuda a GR de nomes e verbos, pois o nosso objeto de estudo já é gramatical. Tanto a preposição como a conjunção são elementos gramaticais com funções muito semelhantes. Por isso, quando analisamos os exemplos de (1) a (5) podemos observar que em (1) e (2) *desde* desempenha a função comum a uma preposição: relacionar termos; e quando olhamos os exemplos de (3) a (5), *desde que* desempenha a função de uma conjunção adverbial: relacionar orações. Portanto, apesar de conseguirmos identificar duas categorias gramaticais, não conseguimos observar as “perdas” que ocorrem em uma descategorização.

5.2.3 Segundo os critérios de Heine, Claudi, Hünemeyer

Heine et al. (1991), como vimos na terceira seção, também formulam alguns critérios que tentam medir o grau de gramaticalidade de um elemento. Porém, é possível observar que seus critérios diferem bastante dos princípios e parâmetros dos dois pesquisadores anteriores: Lehmann postulou parâmetros para um processo avançado de GR, Hopper tentou averiguar os estágios mais incipientes desse processo. No entanto, não conseguimos aplicar com eficácia todos, pois, indiferentemente se o processo de GR está avançado ou ainda em curso, o nosso objeto já é um elemento gramatical. Assim, questões como a mudança categorial não são tão evidentes; a nossa pesquisa é sincrônica, por isso, casos de derivação não puderam ser confirmados; além disso, não analisamos outros elementos do paradigma.

No entanto, os critérios de Heine et al. (1991) são de base conceitual/semântica e analisam o grau de GR dentro de um domínio de marcador de caso. Nesse sentido, não mostram nem estágios iniciais ou mais gramaticalizados, não tratam de perdas, não tratam de uma derivação etimológica, mas antes de uma derivação conceitual e semântica. Sendo nossa pesquisa sincrônica, qualitativa, com um elemento já gramatical, esses critérios nos ajudarão a definir o grau de gramaticalidade dos exemplos de (1) a (5). Como, por exemplo, o princípio que afirma que a função de espaço é a menos gramaticalizada de todas. Portanto, das acepções que vimos de (1)-(5), a função de espaço, como em (1), deve ser o significado menos gramaticalizado.

Outro princípio que condiz com os usos de *desde* e *desde que* é aquele que se refere às dimensões físicas relacionadas às categorias: quanto mais dimensões físicas uma categoria implica, menos gramatical ela é. Por isso, ele considera que espaço é menos gramaticalizado do que tempo, e esse do que condição. Observando esse critério, podemos, portanto, considerar que, no caso de *desde (que)*, a acepção de condição é mais gramaticalizada do que a de tempo. Um outro princípio semelhante a esse diz respeito às relações “lógicas”, sendo essas mais gramaticalizadas do que as de tempo. Novamente, seguindo esse critério, as acepções de condição e causa são mais gramaticalizadas do que a de tempo, pois expressam relações lógicas.

Para confirmar que ocorre um aumento do estatuto gramatical da preposição *desde* para a perífrase *desde que*, o último critério afirma que, se um morfema (nesse caso preposição) governa sentenças nominais e orações, ele será mais gramaticalizado quando ocorrer com o último uso. A preposição *desde* relaciona-se com um sintagma nominal, e a perífrase *desde que* se relaciona com orações, sendo, portanto, mais gramaticalizada.

Apesar de não analisarmos diacronicamente o desenvolvimento etimológico de *desde* (*que*), podemos, com esses critérios, constatar que, no caso em questão, ocorre uma crescente gramaticalização que vai das acepções de espaço, expressando dimensões mais físicas, passa pela acepção de tempo e culmina nas acepções de condição e causa, que são mais lógicas. Além dessa mudança, observamos outra em termos estruturais, na medida em que, num primeiro momento, como preposição, o item se relaciona com sintagmas nominais e depois, como perífrase conjuncional, ele relaciona-se com orações.

5.3 A gramaticalização de *desde* (*que*) segundo a mudança semântico-pragmática

Durante todo o século XX, foi possível observar o desenvolvimento dos estudos em GR e a sua constituição dentro do paradigma da mudança lingüística. Como observamos na primeira seção, as questões sobre a mudança do significado no processo de GR têm como principais representantes Traugott e Sweetser, que perceberam que o processo de GR não leva, necessariamente, a perdas sintáticas, semânticas e fonológicas. Indo além, elas perceberam que, no início da GR, ocorre antes uma semanticização do significado, sendo que, no fim, apenas, ocorreria algum tipo de perda. O posicionamento dessas pesquisadoras é o resultado do desenvolvimento dos estudos de GR: na fase inaugural, com Meillet, o foco do estudo da GR era buscar os antecedentes históricos de uma determinada forma gramatical da língua, sendo, a GR, uma ferramenta da lingüística histórica ao lado da analogia; posteriormente, observamos que houve uma ampliação dos estudos para o módulo do discurso, ocorrendo a adição da perspectiva sincrônica (que concebe a GR como um fenômeno sintático, pragmático e discursivo, a ser investigado a partir dos padrões dos usos da língua) e, necessariamente, o abandono da idéia de que a GR leva sempre a perdas.

Nesta seção, portanto, vamos observar as alterações semântico-pragmáticas de *desde* (*que*), analisando a multifuncionalidade desse item segundo as propostas de Traugott e Sweetser.

5.3.1 A proposta de Traugott³⁵

³⁵ A discussão dessa seção está baseada nos artigos de Traugott de 1982 e 1989. Também no capítulo em co-autoria com König, em 1991 e no livro elaborado com Hopper, em 1993.

Como vimos na segunda seção, a mudança dos significados, segundo Traugott, ocorre entre três componentes semântico-funcionais: proposicional > textual > expressivo. Essas alterações envolvem o seguinte *cline*:

significados baseados na maior ou menor objetividade identificada em situações extralingüísticas > significados baseados em marcadores textuais (por exemplo, conectores, marcadores anafóricos, etc.) > significados baseados na atitude do falante em relação à crença do que é dito.
(TRAUGOTT e KÖNIG, 1991)

Esse *cline* evidencia a pragmaticização do significado, resultando no fortalecimento da subjetividade do falante. A mudança entre os componentes pode ser explicada por três tendências, como vimos na terceira seção, repetidas aqui para comodidade do leitor:

Tendência I: significados baseados na descrição de situação externa > significados baseados na descrição de situação interna (avaliativo/perceptual/cognitivo).

Tendência II: significados baseados na descrição de situação externa ou interna > significados baseado na situação textual e metalingüística.

Tendência III: significados tendem a tornar-se crescentemente baseados na subjetividade, crença, estado/atitude do falante para com a proposição.

Essas três tendências, como vimos, mostram a mudança semântica de modo geral, e podem ser consideradas subjacentes à mudança semântica dos processos de GR. A mudança entre as tendências, assim como entre os componentes, pode ser entendida unidirecionalmente, com a tendência I alimentando a II, e essa alimentando a tendência III. Os significados mais gramaticalizados, portanto, devem ter sofrido todas as tendências. Hopper e Traugott (1993) acreditam que a GR possa ser estudada sob a perspectiva diacrônica e sincrônica. Numa perspectiva diacrônica, essas três tendências mostrariam o desenvolvimento do significado através do tempo; portanto, o significado se desenvolve, passando da tendência I para tendência III, via tendência II. Numa perspectiva sincrônica, essas três tendências mostram um fenômeno sintático, discursivo-pragmático do significado. Vamos observar como os significados de *desde* e *desde que* de (1) a (5) podem ser explicados por essas tendências:

Tendência I: essa tendência aponta a troca de uma referência concreta, uma situação física para uma referência cognitiva, uma situação perceptual. Nesse sentido, podemos observar que o significado em (2) foi constituído via essa tendência, pois o significado em (1), que se refere ao espaço, é mais físico, tem uma referência mais concreta do que a acepção de tempo em (2), que tem uma referência mais cognitiva.

- (1) Fizera a caminhada a pé, praticamente desde Fortaleza, onde tentara embarcar sem passagem, expulso do trem na primeira estação. (BH)
- (2) "- Desde o meio-dia, Mário está em casa de Dona Dedé, prima de mamãe. Você não o encontraria, em hipótese alguma". (A)

Tendência II: essa tendência mostra que significados mais concretos, com referência física, baseados em situações externas podem ser usados para descrever situações textuais, portanto, desempenhando funções coesivas. Nesse sentido é possível observar que termos espaciais se desenvolvem em advérbios, preposições, etc. Essa tendência explicaria o exemplo (3), em que não ocorre mais uma preposição, mas antes uma perífrase conjuncional. Portanto, a preposição temporal em (2), via tendência II, passa a uma função mais coesiva, que é articular orações, como em (3).

- (3) - Não, não, meu Igreja não permite arriscar nada, jogar nada. Eu estou olhando seus sapatos e o bainha da sua calça desde que entrou. Tem serragem e tem o madeira enroladinho que sai da plaina - mas não tem lasca de pau. (ASS)

Tendência III: essa última tendência mostra o estágio mais gramaticalizado do significado. Os significados que sofreram a tendência III são todos a expressão da atitude do falante em relação aos elementos dentro da proposição. Os exemplos (4) e (5) são resultados dessa tendência. Em (4), por exemplo, na oração em que ocorre a perífrase *desde que*, é possível observar a atitude do falante no momento em que ele põe uma condição para a realização do evento na oração principal. Assim como em (5), em que a oração iniciada pela perífrase mostra que o falante deseja evidenciar uma causa/conseqüência entre as orações. É nesse sentido que observamos a subjetividade do falante, a sua atitude frente a uma proposição.

- (4) "Na verdade nós adoramos as mulheres, desde que sejam belas, inteligentes e... inseguras. Seria isso uma prova de nossa misoginia? Eu, por exemplo, acho esplêndida a figura feminina de Medéia, certamente uma mulher detestável. (ACM)

- (5) Aquela autoridade com que Bertha repelia os outros e que tanto escandalizava Leopoldo, o incircunciso, ela trazia-a de casa. Tratando, assim, o outro lado Bertha parecia dizer: "Tenho vontade de te pertencer: desde que não posso, odeio-te, mesmo que o meu ódio não tenha consistência. ..." E, quase contraditória, ela via o Catolicismo como a parte mais completa do seu antagonista. (OE)

Já é consenso que o processo de GR tem como características a descontinuidade e a continuidade entre os significados. Quando se fala na mudança do significado X para Y, parece que há uma descontinuidade, que a mudança ocorreu de forma abrupta, mas, na realidade, há vários estágios em que os significados se sobrepõem e mostram como o significado X se transformou em Y, de forma contínua. Subjacentes a essas duas características agem os mecanismos cognitivos da metáfora e da metonímia, como vimos na seção 3.3.

Para Traugott, esses mecanismos, de certa forma, estão na mudança do significado evidenciado pelas três tendências. Partindo da idéia de que a mudança do significado ocorre no ato comunicativo e a GR é motivada pragmaticamente, ela e König (1991) entendem que são inferências que agem na mudança do significado. Podem-se depreender, principalmente, dois tipos de inferências, dependendo da função gramatical envolvida. Portanto, é possível observar, no desenvolvimento das três tendências, a inferência metafórica e a inferência da consolidação de informatividade, com implicaturas conversacionais tornando-se convencionalizadas. De certa forma, essas inferências estão relacionadas à metáfora e a metonímia.

No entanto, segundo Traugott, apesar das duas serem responsáveis pela mudança dos significados, elas agem em momentos diferentes do processo. Segundo ela, nos estágios iniciais da GR, a mudança dos significados é inicialmente pragmática e associativa. Por isso, subjacente à tendência I e II agiriam as inferências metafóricas e subjacente à tendência III agem as inferências conversacionais que se convencionalizam.

Portanto, a transferência do significado de espaço, no exemplo em (1), para o significado de tempo em (2), descrito pela tendência I, ocorre por inferência metafórica, ou seja, metaforicamente usa-se espaço para referir-se ao tempo. Nesse sentido, a metáfora é utilizada para representar membros de um domínio semântico em termos de outro domínio. A tendência II, em que ocorre a formação da perífrase conjuncional, como no exemplo (3), também é mediada pela inferência metafórica. No entanto, na tendência III, não agem as inferências metafóricas, pois se percebe que ocorre antes a consolidação de informatividade e a convencionalização de inferências conversacionais. Nesse sentido, observamos que o temporal *desde que*, como marcador textual, vem via tendência III expressar a visão do

falante de uma relação de condição entre estados de coisas, em (4), e uma relação causal, em (5).

Tanto as inferências metafóricas como as inferências conversacionais podem ser entendidas como o resultado de um problema-solução. A metáfora é a solução em se entender conceitos “abstratos” em termos de conceitos “concretos”. Esse mecanismo envolve uma transferência em passos discretos de um domínio cognitivo para outro. O exemplo (1) está no domínio do espaço e o (2) no domínio do tempo. A transferência metafórica de espaço>tempo, pode ser percebida em contextos como o do exemplo abaixo:

- (6) É melhor ele casar com essa moça da escola, pernas tão de fora, toda boazinha, parece que não tem Mãe para olhar, tão tarde na rua, melhor com ela. Desde Ponte Nova seu Nonato avisou: não quero seu filho andando com Cristina. (AF)

Em ‘*Desde Ponte Nova*’ o sintagma que segue a preposição faz referência ao espaço. No entanto, depreendemos que o falante está marcando o tempo – seu Nonato avisou desde a época em que moravam em Ponte Nova. Dessa forma é possível observar a ação das inferências metafóricas. Espaço e tempo são domínios cognitivos muito próximos e, de certa forma, é fácil perceber a transferência, pois um deslocamento no espaço implica, necessariamente, um tempo gasto para essa ação.

As inferências conversacionais, que, segundo Traugott, podem ser entendidas como processos metonímicos, solucionam o problema do modo de regular a comunicação e a negociação entre a interação falante-ouvinte. As mudanças desse tipo envolvem a especificação de um significado em termos de outro que está presente no contexto. Por isso, elas são amplamente correlacionadas com trocas de significados situados no estado de convicção subjetivo ou atitude para com a situação lingüística. Os dois tipos de inferências – metafórica e conversacional – têm a mesma direção: levam à informatividade; no entanto, em eixos diferentes.

Para podermos entender como se dá a mudança via Tendência III, temos que mostrar como inferências conversacionais se convencionalizam. Na terceira seção, já mostramos o que são significados convencionalizados e significados inferidos. Nesta seção, vamos mostrar, usando alguns exemplos de *desde que*, como isso é possível. Os exemplos que seguem mostram uma outra perspectiva do processo de GR, que não é a descontinuidade e a mudança abrupta entre os domínios, como a metáfora mostra, mas antes, um contínuo em que: a perífrase em (7) tem acepção puramente temporal; em (8) ainda de tempo, mas com um sentido de causa entre as duas orações; em (9) ainda com algum sentido de tempo, mas a

causalidade é mais forte do que em (8); e, por fim, em (10), em que ocorre apenas o sentido de causa³⁶.

- (7) A avó dela teria mencionado os nomes do marquês e do bispo, quando a condessa era criança. Dom Attilio diz que, segundo ela, o marquês teria sido Felipe ou Filiberto e o nosso intrigante bispo vermelho 'perdeu o nome'. Mas os camponeses, desde que eu era criança, o chamavam Lutécio ou Lutércio ou, ainda, Lutézio..." (ACM)
- (8) Recorrer a ele? Confiar nele? O que realmente importava, era saber: encontra-lo-ia em casa? E, caso encontrasse, seria em companhia de quem? Desde que brigara com Margot, a única criatura que, apesar de inúmeros defeitos, tinha um pouco de controle sobre ele, vivia em contato com mulheres sem qualificação alguma. (A)
- (9) O piano continuava tocando, a moça parecia ter energia suficiente para passar a noite em claro. Desde que aquela menina entrara no sanatório, muitos internos haviam sido afetados - e Mari era um deles. No começo, tinha procurado evita-la, temendo despertar sua vontade de viver; era melhor que continuasse desejando a morte, porque não podia evita-la mais.(VDM)
- (10) Flutuante como nos dias antigos, mamãe vestiu um longo decotado e me ofereceu uma pequena tartaruga que batizamos com vinho, Eu te batizo, Warriusa! Muito fina na sua malha de um rosa-envelhecido, Wanda dançou para mim, só para mim, desde que mamãe polidamente continuava a ignorá-la. Depois, prendeu no meu pulso uma corrente com as iniciais gravadas na plaquinha de prata: W M. Beije as letras, beije mamãe e guardei a tartaruguinha no bolso. (MCP)

Com os exemplos de (7) a (10) fica claro que sempre há pistas contextuais que favorecem uma ou outra leitura. Em (7) observamos que há apenas uma relação temporal entre as orações 'chamar Lutécio' e 'ser criança', pois não há como inferir alguma causa entre o falante ser criança e os camponeses chamarem uma pessoa de Lutécio. No entanto, em (8) podemos fazer esse raciocínio e inferir uma relação de causa entre as duas orações: a oração 'desde que brigara com Margot' expressa tempo, mas podemos dizer que 'viver em contato com mulheres sem qualificação alguma' foi um estado-de-coisas desencadeado pela briga com Margot; portanto, a segunda oração expressa uma consequência do que é afirmado na primeira. Essa relação é melhor percebida no exemplo (9), em que 'entrar no sanatório' marca tempo, mas 'os internos terem sido afetados' foi causado pela entrada na menina no sanatório. Já em (10) observamos que a oração 'desde que mamãe polidamente continuava ignorá-la' não expressa nenhum sentido de tempo em relação à oração anterior, mas expressa a causa de por que 'Wanda dançou só para mim', e não para mamãe.

Assim como se deu com *since* do inglês, a perífrase *desde que*, a partir de inferências

³⁶ Não vamos mostrar esse *cline* com a acepção de condição por não termos encontrado ocorrências em que a inferência fosse detectada.

que possibilitam uma relação lógico-semântica de causa entre as duas orações, convencionaliza-se com a acepção de causa. No entanto, no caso do português, as acepções de *desde que* trazem, além do significado de causa, que está em pleno curso de gramaticalização, a acepção de condição já gramaticalizada, sem inferências conversacionais. Portanto, é possível concluir que a perífrase conjuncional *desde que* deve ter desenvolvido a acepção de condição antes da de causa. Na próxima seção, vamos desenvolver uma análise quantitativa e evidenciaremos a frequência das acepções, para assim, podermos cogitar com mais segurança quais dos significados surgiu primeiro.

Observando o estudo que Traugott faz de *since* e o desenvolvimento de *desde (que)*, várias questões surgem: porque *since* gramaticalizou-se apenas com a acepção de causa? Porque *desde que* gramaticalizou-se primeiro com a acepção de condição e somente em um segundo momento com a de causa? Seria possível que *since* começasse uma nova etapa de gramaticalização que levasse à acepção de condição? A comparação desses dois elementos de funções semelhantes, mas em línguas diferentes, mostra que é possível propor um caminho para a mudança, mas não se pode prever como e se a língua vai segui-lo.

5.3.2 A proposta de Sweetser

Como vimos na segunda seção, Sweetser postula três domínios conceituais – conteúdo, epistêmico e conversacional - e defende que a mudança semântica ocorre de um domínio para o outro, ou seja, o domínio epistêmico deriva do domínio de conteúdo e é fonte para o domínio conversacional. A mudança de um domínio para o outro, como vimos na terceira seção, é feita por projeções metafóricas. Para Sweetser, as conjunções, assim como os verbos modais, são ambíguas, pois mostram a polissemia entre os três domínios lingüísticos. No entanto, para ela, as conjunções não devem ser analisadas apenas como um operador lógico, pois sua “contribuição para a semântica da sentença dever ser analisada no contexto do estatuto polifuncional da elocução como um portador de conteúdo, como uma entidade lógica, e como o instrumento de um ato de fala” (SWEETSER, 1991, p.76).

Longhin (2003, p.194), baseamo-se na proposta de Sweetser, formula o seguinte quadro para descrever as conjunções dentro de cada domínio:

| CONTEÚDO (sócio-físico) ê | EPISTÊMICO (raciocínio lógico) ê | CONVERSACIONAL (ato de fala) ê |
|--|---|--|
| A conjunção estabelece algum tipo de relação entre eventos ou estados do mundo real, concreto. | A conjunção estabelece uma relação lógica entre premissas e conclusões. Refere-se ao mundo mental (crença, expectativa) do falante. | A conjunção estabelece algum tipo de relação (também mental) entre atos de fala. |

Sweetser (1991, p.78) afirma que “a conjunção pode ser interpretada como aplicada em pelo menos um dos três domínios; e que a escolha de uma interpretação ‘correta’ depende não da forma, mas de uma escolha pragmaticamente motivada entre conceber a união das orações como representando unidades de conteúdo, entidades lógicas ou atos de fala”. Para ela, a escolha de um domínio para uma determinada conjunção é pragmática e, dependendo do conteúdo, é quase obrigatória uma interpretação em um dado nível.

Em seu livro de 1991, a autora analisa, segundo essa proposta, o comportamento da conjunção *because*, da conjunção *if* e das conjunções coordenativas *and*, *or* e *but*. Para nós, interessam os estudos com a conjunção causal e condicional. No entanto, Neves (1999) testou a proposta de Sweetser na análise da conjunção condicional ‘se’ e da conjunção causal ‘porque’ do português. Por isso, usaremos os exemplos de Neves para explicitar melhor a proposta de Sweetser e observar o comportamento da conjunção *desde que*, principalmente nas acepções condicionais e causais.

Vamos tratar, primeiramente, das conjunções condicionais. Para Neves (1999), as construções condicionais com *se*, do português falado³⁷, aparecem nos três domínios cognitivos sugeridos por Sweetser. Há construções que se aproximam da noção de ‘realização no mundo real’, na apódose, e dependem de uma condição na prótase, como em:

- (11) então ... se eu comer muito na hora do café eu não vou ter vontade de almoçar
(DID-RJ-328: 310-311)

Esse exemplo corresponde a uma condicional dentro do domínio de conteúdo, pois, como diz Neves (1999, p. 498) “existe mais concretamente uma relação causal, no sentido de que um estado de coisas capacita, e, assim, motiva, a realização de outro”. Aparentemente, não encontramos o uso de *desde que* condicional nesse domínio.

As construções condicionais epistêmicas são, segundo Neves (1999), as que mais se aproximam da relação lógica do tipo se ... então:

³⁷ Os dados que Neves analisa foram retirados do NURC.

- (12) Se ela for uma criança tímida, eu vou ter que botar num colégio menor
(DID-SSA-231: 121-122)

Condicionais como em (12) estão no domínio epistêmico, pois não articulam apenas estados de coisas, mas proposições. Nesse sentido, pode-se entender que o que está expresso na apódose é uma conclusão a que levou aquilo que está expresso na prótase. Para Neves (1999, p.500) o que se expressa, em construções desse tipo, é “a idéia de que o conhecimento da verdade da premissa hipotética expressa na prótase é uma condição suficiente para se deduzir a verdade da proposição expressa na apódose”. As construções condicionais com a conjunção *desde que* parecem estar nesse domínio, como mostra o exemplo (4), retomado aqui:

- (4) "Na verdade nós adoramos as mulheres, desde que sejam belas, inteligentes e... inseguras. Seria isso uma prova de nossa misoginia? Eu, por exemplo, acho esplêndida a figura feminina de Medéia, certamente uma mulher detestável. (ACM)

Por fim, também há construções condicionais que agem no domínio dos atos de fala:

- (13) bem ... então :: ... a partir disto olha nós vamos poder entender ... qual o tipo de arte que se desenvolveu porque se eu quero criar ... uma réplica da realidade ... um Duplo do animal que eu quero caçar qual é o único estilo que eu posso usar?
(EF-RE-405: 289-293)

Nas construções desse tipo, segundo Neves (1999, p.500), “o que está expresso na prótase influencia, possibilita ou causa a realização de um ato de fala, que vem na apódose”. Não encontramos nenhuma ocorrência similar com a perífrase *desde que* com acepção desse tipo, pertencente ao domínio dos atos de fala.

Assim como a conjunção condicional *se* pode ocorrer nos três domínios propostos por Sweetser, a conjunção causal *porque*, do português falado, também, pode ter essas três leituras diferentes, segundo Neves (1999). No domínio do conteúdo, a junção marca a causalidade de um evento no mundo real, como em:

- (14) Então eles pegavam os pássaros que não podiam voar ... porque estavam com as penas grudadas de petróleo
(D2-SSA-98:34-36)

No domínio epistêmico, a junção marca a causa de uma crença ou conclusão, como em:

- (15) Eles acham que é o melhor estágio que eles fazem, é um dos melhores estágios, é o de Dermatologia. Porque nós temos condições de mostrar pra eles muitos doentes, que é o importante

(DID-SSA-231:174-177)

Por fim, no domínio dos atos de fala, a junção indica uma explicação causal do ato de fala que está sendo desempenhado, como em:

- (16) você já imaginou para para fazer a peça Hair quanta gente que não foi ... éh éh:: não foi éh:: preparada ali ... porque o grupo que trabalha em Hair é enorme né?

(DID-SP-234: 246-249)

No caso das construções causais com a perífrase *desde que*, observamos que as ocorrências encontradas só se enquadram no segundo domínio, no epistêmico, como mostra o exemplo (5):

- (5) Aquela autoridade com que Bertha repelia os outros e que tanto escandalizava Leopoldo, o incircunciso, ela trazia-a de casa. Tratando, assim, o outro lado Bertha parecia dizer: "Tenho vontade de te pertencer: desde que não posso, odeio-te, mesmo que o meu ódio não tenha consistência. .. " E, quase contraditória, ela via o Catolicismo como a parte mais completa do seu antagonista. (OE)

Observamos que Sweetser, assim como Neves (1999), mostra o desenvolvimento de uma mesma conjunção – no caso do português *se* e *porque* e no inglês *if* e *because* – com o mesmo valor – condição e causa respectivamente – mas, com três leituras diferentes – conteúdo, epistêmico e ato de fala. No caso da perífrase conjuncional *desde que*, observamos que quando ela desempenhar a função de condição ou causa, só ocorrerá no nível epistêmico, pois a perífrase com essas acepções articula proposições. Mas quando *desde que* instigar tempo, como em (3), a perífrase só ocorrerá no domínio do conteúdo, pois a conjunção articula estado de coisas.

Os exemplos de Sweetser só mostram o desenvolvimento de conjunções. Portanto, a mudança da preposição com valor de espaço para uma preposição com valor de tempo, e essa para uma perífrase conjuncional de tempo, não é retratada, ou, talvez, estariam todas no mesmo domínio: domínio do conteúdo.

5.4 A freqüência

Neste capítulo, estamos tentando mostrar a gramaticalidade dos usos da preposição *desde* e uma possível GR. Por isso, na seção 5.2, observamos o comportamento das ocorrências de (1)-(5) segundo alguns princípios e parâmetros. Concluimos que, por nossa pesquisa ser sincrônica e o nosso objeto já ser um elemento gramatical, os parâmetros e princípios, principalmente, os de Lehmann e Hopper não nos ajudaram muito. Em seguida, na seção 5.3, tentamos observar a GR segundo a mudança semântica proposta por Traugott e Sweetser e percebemos que as mudanças semânticas entre os componentes e domínios são de grande valia para entendermos os valores gramaticais de *desde (que)*.

Um outro critério muito utilizado atualmente na confirmação da GR tem sido a freqüência de uso do item/construção em processo de gramaticalização (BYBEE, 2003; BYBEE e HOPPER, 2001). Já é sabido que, de modo geral, as formas gramaticais ocorrem com mais freqüência do que as formas lexicais. Portanto, se no processo de GR uma forma lexical origina uma forma gramatical, é de se esperar que quanto mais a forma lexical se torne gramatical maior será a sua freqüência de uso; conseqüentemente, o crescimento da freqüência de uso de uma forma sugere que ocorreu um aumento no número de tipos de contextos em que ela é empregada. Segundo Bybee (2003, p.602), a “freqüência não é apenas um resultado da gramaticalização, ela é também uma contribuição primária para o processo, uma força ativa na investigação das mudanças que ocorrem na gramaticalização”.

Bybee (2003, p.604) mostra que as regras da repetição podem evidenciar várias mudanças que as construções em GR também sofrem. Por isso, ela argumenta que a freqüente repetição evidencia as seguintes mudanças que também estão localizadas no processo de GR:

- (i) A freqüência de uso leva ao enfraquecimento de forças semânticas pela habitualidade – processo por meio do qual um organismo deixa de responder, com a mesma eficácia, a um estímulo repetido;
- (ii) Mudanças fonológicas de redução e de fusão de construções gramaticalizadas são condicionadas por sua alta freqüência e por seu uso em porções do enunciado que contêm informação velha ou de fundo;
- (iii) O aumento de freqüência leva a uma maior autonomia de uma construção, o que significa que componentes individuais da construção enfraquecem ou perdem sua associação com outras ocorrências do mesmo item;

- (iv) A perda de transparência semântica que acompanha a separação entre os componentes da construção gramaticalizada e seus congêneres lexicais permite o uso da forma em novos contextos com novas associações pragmáticas, levando à mudança semântica;
- (v) A autonomia da forma de uso freqüente torna-a mais enraizada na língua e freqüentemente condiciona a preservação de algumas das suas características morfossintáticas obsoletas.

Novamente, esses “critérios”³⁸ de mudança seriam melhor percebidos em um estudo diacrônico. Apesar de alguns pesquisadores, como Hopper e Traugott (1993) e Heine *et al* (1991), aceitarem que o estudo do processo de GR possa ser feito nas perspectivas diacrônica e sincrônica, Bybee *et al.* (1994) argumenta que é indispensável uma abordagem diacrônica nos estudos sobre a GR, pelos seguintes fatores:

- (i) Aumento do poder explicativo da teoria lingüística;
- (ii) Fatores cognitivos e comunicativos que subjazem ao significado gramatical são mais claramente revelados à medida que as mudanças lingüísticas são explicitadas;
- (iii) A língua não permite uma organização estática do significado. Estudar somente um recorte sincrônico estreito não permite entender e explicar o alcance dos significados cobertos por um morfema particular;
- (iv) A razão mais importante é que as similaridades entre as línguas são mais facilmente observáveis de uma perspectiva diacrônica. Isto é, as generalizações são mais efetivas quando formuladas como generalizações sobre caminhos de desenvolvimento do que como generalizações sobre estados sincrônicos.

Acreditamos que a perspectiva, se diacrônica, se sincrônica, dependerá dos objetivos do pesquisador. Se o interesse é observar a GR de um elemento na língua, como esse se desenvolveu, como adquiriu os significados, ou seja, como efetivamente a mudança operou através dos tempos, é crucial ter um estudo diacrônico ao lado do sincrônico. No entanto, como estamos mostrando nesse trabalho, o processo de GR pode nos ajudar quanto à

³⁸ Bybee (2003) não usa o termo parâmetro, princípio ou critério, mas podemos observar que ela enumera conseqüências gerais que ocorrem com a mudança por GR, igualmente a Lehmann (1995), Hopper (1996, 1991) e Heine *et al* (1991).

multifuncionalidade de um elemento observado sincronicamente. Discordando do critério (iii) acima, defendemos a idéia de que um recorte sincrônico não mostra uma organização estática do significado. Assumimos, nesse sentido, a visão defendida pela Teoria da Variação e Mudança Lingüística (cf. Weinreich, Labov, Herzog, 1968; Labov, 1972, 1982, 1994, 2001). Prova é que, observando o nosso objeto de estudo, em um recorte sincrônico pudemos apresentar vários usos e significados com estatutos gramaticais diferentes. Por isso, abordamos a multifuncionalidade de *desde (que)* segundo a proposta da GR. Obviamente, conhecemos as limitações de uma pesquisa sincrônica no campo da mudança lingüística. E como o foco de nosso estudo não é mostrar um desenvolvimento diacrônico de *desde (que)*, também sabemos que não podemos confirmar como ocorreu a mudança de estatuto gramatical e do significado.

De modo geral, como estamos mostrando neste capítulo, muito das propostas apresentadas nos estudos de processo de GR pode nos ajudar a determinar o grau de gramaticalidade de *desde (que)*. Acreditamos que a freqüência do uso também pode nos auxiliar. Bybee é uma das pesquisadoras que mais têm trabalhado com a freqüência no processo de GR. No entanto, como vimos, ela defende uma pesquisa diacrônica e propõe um estudo da freqüência levando em consideração essa perspectiva. Por isso, nosso trabalho não seguirá todos os critérios propostos por ela. Na verdade, como vimos no presente capítulo, Traugott mostra que há significados inferidos no contexto, conversacionais, portanto, e significados convencionais. Acreditamos que quanto mais gramaticalizado for um significado, encontraremos menos contextos onde ocorrem inferências. Por isso, nossa hipótese é que há mais ocorrências de tempo inferindo causa, do que a acepção de causa propriamente dita, e não há nenhum contexto em que tempo infere condição. Se isso for comparado, vamos mostrar que a acepção de causa está em seu pleno curso de GR, enquanto a acepção de condição deve ter se gramaticalizado em algum tempo anterior.

Segundo Bybee (2003), a freqüência pode ser averiguada de duas maneiras: (i) pela freqüência *token* (de símbolo, sinal) que mostra a freqüência textual, ou seja, a freqüência de ocorrência de uma unidade independentemente do seu valor semântico e/ou pragmático; e (ii) pela freqüência *type* (tipo), que se refere à freqüência de um padrão particular do dicionário. Para entender melhor o que é a freqüência *token* e a freqüência *type*, vamos mostrar um exemplo de Bybee (2003). *Broken* (no passado), por exemplo, ocorre 66 vezes por milhão, enquanto o verbo *damaged* (também no passado) ocorre 5 vezes no mesmo *corpus*. Portanto, a freqüência *token* de *brokem* é mais alta do que a de *damaged*. Com relação à freqüência *type*, sabemos que o passado do inglês é expresso de vários modos, porém, o modo mais

freqüente de expressar é com o sufixo *-ed*, como em *damaged*, que ocorre com centenas de verbos. O padrão como o de *brokem* tem uma freqüência *type* mais baixa, ocorrendo com poucos verbos. O que se observa com relação à freqüência no processo de GR é que quanto mais gramaticalizada for a construção, há o aumento de freqüência *token* e de freqüência *type*.

Como mostramos na seção 5.1 deste capítulo, nossa pesquisa é essencialmente qualitativa. Além do *corpus* do NURC de língua falada, foram analisados mais de 100 romances constituindo o *corpus* de língua escrita. No entanto, para atestarmos a freqüência de uso, vamos fazer um recorte de vinte obras que estão especificadas no anexo III. Na quarta seção, em 4.4, mostramos, pelo menos, quatro construções das quais a preposição *desde* participa (*desde* + SN; *desde* (...) até; *desde* + advérbio; *desde* + que). No entanto, nosso objetivo com o estudo da freqüência é averiguar os tipos de significados, por isso, vamos observar, basicamente, quatro tipos de freqüência *type*: espaço, tempo, condição, causa. Mais especificamente, queremos observar a freqüência de contextos ambíguos; por isso, teremos mais dois tipos de freqüência *type*: espaço/tempo e tempo/causa. Além disso, como vimos no terceiro capítulo, a estrutura *desde* (...) até, além das acepções de espaço e tempo, também forma um tipo de seriação; logo, mais uma freqüência *type* para ser averiguada, totalizando sete tipos de freqüência *type*.

Nas vinte obras consultadas, contabilizamos um total de 271 ocorrências da preposição *desde*. Esse total seria a freqüência *token* nos termos de Bybee (2003) e, como já havíamos dito, nesse recorte do nosso *corpus*, encontram os sete tipos diferentes de significados, portanto, sete freqüências *type*. O quadro abaixo nos ajuda a entender melhor a distribuição dos dados:

| Desde | |
|-------------------------|--|
| Freqüência <i>token</i> | Freqüência <i>type</i> |
| 271 | 07 |
| | i. Espaço: 09 ii. Tempo: 212 iii. Espaço/tempo: 04 iv. Condição: 19 v. Causa: 03 vi. Tempo/causa: 16 vii. Seriação: 08 |

Quadro 10: Ocorrências de *desde*

Com a acepção de espaço, encontramos apenas a estrutura da preposição + SN, como mostra o exemplo (1). Já com a acepção de tempo ocorrem várias construções e em quantidades diferentes:

| Tipo de estrutura | Nº de ocorrências | Exemplos |
|---|-------------------|---|
| Prep. + SN, adjetivo, advérbio | 152 | (a) O que importa é que, desde esse dia, ela mudou, tornou-se outra criatura, desnortando todos. (A); (b) E, desde então, os fatos se encadeiam como que liberados da recordação. (A) |
| <i>Desde (...) até</i> | 06 | (a) Um beijão, meu querido. Você verá que desde o século XV até agora eu não mudei muito." (ACM) |
| <i>Desde que</i> | 40 | (b) Desde que aqui chegou, <u>não teve um minuto de aceitação, de simpatia.</u> (A) |
| <i>Desde + estrutura oracional, SN relativizado</i> | 14 | (a) Desde quando os doentes mentais sabem colocar as notas em ordem?" Bateu no piano uma, duas, dez, vinte vezes - (VDM) (b) Algumas horas passaram desde o momento em que largou Sérgio e Sílvio no Mickey. (A) |
| Total | 209 | |

Quadro 11: Tipos de estrutura de *desde* com acepção de tempo

As acepções de condição e de causa só ocorreram com a estrutura *desde que*, como mostraram os exemplos (4) e (5). A seriação só ocorre na estrutura *desde (...) até*, como mostramos na quarta seção. As construções polissêmicas com as acepções de espaço/tempo ocorreram apenas na estrutura *desde + SN* e, por fim, as construções com a ambigüidade tempo/causa só ocorreram com a estrutura *desde que*.

Uma pesquisa da frequência de uso, segundo a proposta de Bybee (2003), seria realmente eficaz para a comprovação do processo de GR se, em cada período de tempo analisado, fosse feito um quadro como o do 10. Esses quadros mostrariam o quanto aumentou a frequência *token* e a frequência *type* e, portanto, como se daria a GR do item. O que fizemos aqui, na realidade, foi uma contagem da distribuição das ocorrências em um recorte sincrônico. No entanto, levando em consideração o que conhecemos da preposição *desde*, segundo as gramáticas antigas referidas no capítulo anterior, e segundo as propostas de GR discutidas nesse capítulo, a frequência de *desde* pode nos auxiliar quanto a um suposto percurso de GR.

A acepção mais freqüente é a de tempo e, também, a que apresenta mais estruturas para representá-la. As acepções de espaço e a de causa são aquelas com menos freqüência e

apresentam um tipo de estrutura apenas. Se levarmos em consideração os critérios de Heine, os componentes de Traugott, os domínios de Sweetser, e também a frequência, podemos dizer que essas acepções estariam nas duas extremidades de um *cline* que evidencia as acepções de *desde (que)*. Pois sabemos que espaço tem uma maior referência física do que causa, que tem uma referência lógica; espaço estaria no componente proposicional e no domínio do conteúdo; causa estaria no componente expressivo e no domínio epistêmico; e como as duas são menos frequentes, poderíamos supor que a acepção de espaço é bem mais antiga do que a de causa. Portanto, se poderia supor que espaço deu origem a tempo e tempo a causa. No entanto, na sequência, vamos observar que esse desenvolvimento não se deu exatamente assim.

Sabemos que *ex*, assim como *de*, no latim clássico, possuíam uma acepção que fazia referência ao espaço, respectivamente “de fora para dentro” e “de cima para baixo”. Além dessa acepção, *ex* também já exprimia a idéia de origem, principalmente, origem temporal. Como vimos, no capítulo anterior, Mattos e Silva (1994) mostra que, no português arcaico, a principal acepção de *des* é origem temporal “a partir de”. Por isso, não é correto afirmar, nesse caso, que espaço tenha originado tempo. Realmente, o que deve acontecer com essas acepções é o que Traugott explica por transferência metafórica. Os domínios conceituais de espaço e tempo são muito próximos da experiência física do falante. Por isso, é comum, mesmo atualmente, encontrarmos contextos em que se usa o espaço para falar de tempo, como as seguintes ocorrências:

- (17) Em nossa classe, cada um era rotulado, por algum motivo, como especialista num determinado assunto. Padinha era o teatrólogo. Por haverem descoberto, logo no primeiro ano, que eu fora aluno do Dr. João Penha, desde o ginásio, indicaram-me como o especialista na língua de Camões. (ACT)
- (18) No começo, ela se interessava pelo meu trabalho. Depois foi se distanciando cada vez mais. Mais. Está bem, pulei a cerca desde Paris e ela soube (a traição apodrece o amor, me disse), mas não é ridículo? (MCP)-

Nesses exemplos, é possível observar que, apesar do sintagma nominal que segue a preposição *desde* fazer referência a um espaço / ‘o ginásio’ e ‘Paris’/, percebe-se que o falante está fazendo referência a um tempo; podemos parafrasear essas construções como ‘desde a época do ginásio’ e ‘desde a época em que eu estava em Paris’. Vamos observar que isso não ocorre com as acepções de condição e causa.

Novamente, levando em consideração os critérios de Heine e os componentes e domínios de Traugott e Sweetser, podemos afirmar que tempo é menos abstrato do que

condição e causa. Portanto, tempo deve ter originado essas duas acepções; nesse sentido, as acepções de condição e causa são mais gramaticalizadas do que a de tempo. Além disso, as acepções de condição e causa não foram documentadas pelas gramáticas do português arcaico. No entanto, apenas observando a frequência, podemos supor que a acepção de condição se gramaticalizou antes do que a de causa, por dois motivos: (i) a acepção de condição é mais frequente do que a de causa; (ii) encontramos mais contextos com a polissemia tempo/causa do que apenas causa, propriamente dita, e não encontramos nenhum contexto em que tempo infere condição. Portanto, a acepção de condição deve ter sido gramaticalizada em um tempo anterior, enquanto a acepção de causa está em pleno processo de GR. Além disso, os contextos polissêmicos de tempo/causa nos mostram, como já havia afirmado Traugott, que nesses casos de GR não ocorre a transferência metafórica, como em espaço/tempo, mas a polissemia é ocasionada em um contexto específico. Como podemos observar nos exemplos que seguem:

- (19) Naturalmente, não estou me rejubilando com isso. Pode parecer. Sinceramente, não é. O que me alegra, de certo modo, é que minha situação se tornou mais fácil (ou menos penosa) desde que Pedro assumiu o papel de vilão frente a família Soares. E creio que poderei descansar um pouco, agora. (A)
- (20) A condessa escreveu alguma coisa sobre essas histórias, mas isso foi há mais de vinte anos. Acho que já não sobra mais nada hoje. Ela já não diz coisa-com-coisa, desde que ficou doente. Eram lembranças da infância dela, de quando tinha uns dez anos de idade e o bisavô tinha mais de oitenta. (ACM)

Apesar de não termos feito uma pesquisa diacrônica para a confirmação do percurso histórico de *desde*, podemos supor, por tudo o que foi discutido nesse capítulo, somado ao que sabemos sobre o português arcaico, que a GR de *desde* se deu da acepção de tempo para condição, primeiramente, e atualmente, estamos presenciando a GR de tempo para causa. Como vimos, não podemos falar em GR de espaço para tempo; na verdade, podemos apenas dizer que, em questão de abstração, tempo é mais abstrato do que espaço.

Deixamos claro que, nesta seção, estamos tratando apenas do significado. No entanto, para a formação das acepções de condição e causa, foi essencial o aproveitamento do material lingüístico e a criação de uma nova forma gramatical, pois podemos observar, principalmente nos contextos polissêmicos de tempo/causa, que essa leitura só foi possível por uma seqüência oracional. Portanto, não é a preposição *desde* com acepção de tempo que pode proporcionar a leitura de condição e causa, mas antes foi a perífrase *desde que* com a acepção de tempo que

ocasionou esses contextos. Como vimos na quarta seção, essa nova forma gramatical é o resultado de um processo de criação lingüística – unir a preposição *desde* à partícula *que*.

5.5 A estrutura subjacente da oração

O modelo de gramática formulado por Dik é uma teoria capaz de descrever a organização gramatical de línguas naturais. Para ele, subjacente a uma expressão lingüística, existe uma organização hierárquica semântica e formal da oração, a qual ele chamou de estrutura subjacente da oração que, como vimos, é dividida em várias camadas. Portanto, podemos dizer que cada camada tem um estatuto semântico e formal diferente uma da outra.

Com relação à teoria gramatical de Dik, observamos que, diferentemente, das teorias estruturalistas, que privilegiam a sintaxe em detrimento do componente semântico, a GF de Dik privilegia a motivação semântico-pragmática da oração. De forma semelhante, mostramos, em 3.3, que há duas principais propostas que tratam do desenvolvimento semântico-pragmático no processo de GR. Traugott propõe três componentes funcionais e Sweetser três domínios conceituais. Como havíamos dito antes, essas propostas não são contraditórias; na verdade, elas têm pontos em comum. Por exemplo, o domínio do conteúdo de Sweetser está próximo do componente proposicional de Traugott, e o domínio dos atos de fala corresponde aproximadamente ao componente expressivo.

Nós propomos uma outra forma de análise que não é exatamente divergente das duas anteriores, mas que acreditamos possa complementar alguns pontos que não estão muito explícitos. Por exemplo, no caso dos exemplos de (1) a (5) de *desde (que)*, a preposição com aceção de espaço e tempo acaba por localizar-se dentro do mesmo componente ou domínio, pois são significados mais próximos da experiência física e de um mundo real, portanto, estariam no domínio do conteúdo e no componente proposicional. Para Sweetser, a perífrase com aceção de tempo, também, estaria no mesmo domínio das preposições. Com relação ao domínio epistêmico e o componente textual, também observamos que há alguma correspondência, mas não é exata; por exemplo, a perífrase com valor temporal estaria no componente textual para Traugott, mas ela não se enquadra no componente epistêmico de Sweetser. Também há divergência quanto ao domínio dos atos de fala e o componente expressivo, pois, na proposta de Traugott, localizaríamos as perífrases de condição e de causa nesse componente, mas para Sweetser elas estariam localizadas no domínio epistêmico.

Apesar de não termos encontrado no nosso *corpus* perífrases que tenham relações semânticas em atos de fala, se houvesse algum tipo, no caso de Traugott ela se localizaria no mesmo componente das perífrases com acepção de causa e condição; já Sweetser propõe um domínio apenas para as acepções associadas a atos de fala. O quadro abaixo esclarece essa explicação:

| | SWEETSER | | | TRAUGOTT | | |
|--------------|----------|------------|-------------|-----------|---------|------------|
| | Conteúdo | Epistêmico | Ato de fala | Proposic. | Textual | Expressivo |
| Prep. Espaço | | | | | | |
| Prep. Tempo | | | | | | |
| Conj. Tempo | | | | | | |
| Conj. Condi. | | | * | | | |
| Conj. Causa | | | * | | | |

* Se houver uma ocorrência em que condição e causa fazem relação a um ato de fala, ela tem localização na proposta de Sweetser, mas não na de Traugott.

Como se observa, destacando os aspectos semântico-pragmáticos das ocorrências, é possível constatar que, dependendo do conteúdo que está expresso, a oração se localizará em um ou em outro componente/domínio, segundo a proposta de Traugott ou Sweetser. Nossa hipótese é que as camadas subjacentes da oração, segundo a GF de Dik, possam ser entendidas como “componentes” ou “domínios”, explicitando alguns pontos das duas propostas anteriores. Antes de estabelecer essa comparação, vamos analisar os usos de *desde (que)* segundo a GF de Dik. Portanto, na seqüência, vamos observar o comportamento sintático, semântico e pragmático de *desde (que)* segundo as camadas subjacentes da oração.

5.5.1 Satélite de nível 1

Como mostramos em 1.1 da segunda seção, Dik (1989) propõe uma estruturação hierárquica da oração. Na camada mais baixa, chamada de predicação nuclear, encontra-se um predicado e os argumentos exigidos pela predicação:

(21) [pred. (arg)]

A estrutura de que a preposição *desde* faz parte é considerada um satélite; por isso, não sendo um termo exigido pela predicação, ela não ocorre na predicação nuclear. Quando a predicação nuclear designa um EsCo que pode ocorrer em algum mundo real e, portanto, ser localizado no tempo e no espaço, durar algum tempo e ser visto ou mesmo percebido, a predicação nuclear pode ser estendida por operadores e satélites de nível 1, que definem a estrutura interna do EsCo (e_1), formando assim a predicação central, que faz parte da segunda camada da oração:

(22) [δ_1 [pred (arg)] \acute{o}_1]

Nesse nível, já encontramos ocorrências com *desde* fazendo a junção de um satélite de nível 1 junto à predicação:

- (23) - Estou convidando Mr. Wilson para jantar com a gente mas ele diz que só quer um pouco de doce, porque teve muito trabalho carregando as maçãs desde Blumenau. (ASS)
- (24) Acompanho-a de volta, e ela já se despede desde a escada rolante. Dá tchau andando, datilografando o ar com a mão esquerda, e eu lhe digo para esquecer meu endereço antigo, pois pretendo me instalar num apart-hotel. (EST)

Os satélites de nível 1 (\acute{o}_1) representam significados lexicais pelos quais características adicionais podem ser especificadas pelo EsCo. Um dos critérios para que um satélite seja considerado de nível 1 é que o EsCo, especificado pela predicação nuclear, seja de alguma maneira modificado com a presença do satélite, como ocorre com os satélites em (23) e (24). A preposição *desde* tem como característica intrínseca a imperfectividade sugerindo uma extensão a partir de um ponto de início. Por isso, o EsCo da predicação nuclear sempre será modificado quando for adicionado um \acute{o}_1 .

A preposição *desde*, nesse nível da oração, sempre agirá no domínio semântico da orientação espacial e, como marca a origem do movimento, designa o ponto de início do movimento.

5.5.2 Satélite de nível 2

A predicação central pode ser modificada por operadores e satélites de nível 2 que, no nível representacional, especificam o cenário do EsCo (temporal, espacial, e/ou cognitivamente), tornando-o uma expressão referencial. Tem-se, então, como resultado, a predicação estendida, a terceira camada da oração:

(25) $[\delta_{2e_i}: [\delta_1 [\text{pred}(\text{arg})] \acute{o}_1] \acute{o}_2]$

Nesse nível, observamos que há a adição de um EsCo, um Evento, uma Ação, uma realização, que pode ser explicado com os exemplos:

- (26) a) John saw the tiger
b) John saw the killing of the tiger

(DIK, 1989, p.232)

Em que ambas expressam que John viu alguma entidade, mas em (a) tigre é um animal, uma coisa, um objeto físico (uma entidade de primeira ordem); e a morte do tigre é um evento, o EsCo (uma entidade de segunda ordem).

Também, encontramos a ocorrência de satélites iniciados pela preposição *desde*, nesse nível:

- (27) Surpresa, mas não muito interessada pelo assunto (afinal, que bem me importam padre Luís e seus problemas, já que, desde o dia da "pantomima", resolvi cortar definitivamente com ele!), esperei pela confirmação. (A)
- (28) Ofereceu a face para um beijo e me segredou: "Isso aqui pode ser território minado, não?" Sentou-se à minha frente e espiou discretamente todos os cantos da sala. "Terminou a operação de varredura? Desde que cheguei não vi sinais de tropas inimigas por aqui." "Mas é 'zona de alerta'. Todo cuidado é pouco. (ACM)

Os satélites de nível 2 (\acute{o}_2) representam os significados lexicais pelos quais o EsCo designado pela predicação central pode ser localizada com relação a dimensões espaciais, temporais e cognitivas. No caso do satélite com a preposição *desde*, observamos que além da mudança de camada, ocorre também a mudança de domínio semântico, pois do quadro espacial ele passa a fazer parte do quadro temporal, que, devido à característica da imperfetividade da preposição *desde*, enquadrados como um satélite de Duração (Du), pois ele especifica a duração do tempo em que um EsCo ocorre.

Como podemos observar, a partir desse nível podem ocorrer satélites complexos encaixados na predicação. Em uma estrutura complexa, como em (28), há duas predicções,

dois EsCos que podem ser diferentes. No entanto, apenas a preposição *desde* não é capaz de fazer esse tipo de articulação. A conexão entre orações é feita por conjunções ou por perífrases conjuncionais, como acontece em (28). Como vimos na seção anterior, a língua portuguesa cria suas perífrases conjuncionais a partir de uma palavra somada à partícula *que*.

Como podemos observar nos exemplos (27) e (28), não há muita diferença semântica entre as duas ocorrências. E, nesse nível, ainda é fácil fazer com que o satélite complexo torne-se simples */desde a minha chegada não vi sinais de tropas/*. Por isso, alguns gramáticos não consideravam a estrutura *desde que* como uma conjunção. No entanto, essa mudança é crucial para as outras acepções mais gramaticalizadas.

Apesar de não termos encontrado nenhuma ocorrência deste tipo, acreditamos que as construções condicionais e causais, como em (11) e (14), que estão no domínio do conteúdo, segundo a proposta de Sweetser, seriam satélites complexos de nível 2. Esses exemplos estão no domínio semântico cognitivo, em que (11) é considerado um satélite de Condição (Cond), pois especifica um EsCo do qual depende uma ocorrência de outro EsCo; e (14) é considerado um satélite de Causa Externa (C.E.), pois especifica um EsCo cuja ocorrência instiga a ocorrência do EsCo referido na predicação principal.

- (11) então ... se eu comer muito na hora do café eu não vou ter vontade de almoçar
(DID-RJ-328: 310-311)
- (14) Então eles pegavam os pássaros que não podiam voar ... porque estavam com as penas grudadas de petróleo
(D2-SSA-98:34-36)

5.5.3 Satélite de nível 3

Seguindo a estrutura em camadas de Dik (1997a), pode-se dizer que a predicação estendida pode, ainda, ser modificada por operadores e satélites de nível 3, que servem para especificar a avaliação do falante quanto ao seu compromisso para com os fatos possíveis definidos pela proposição; assim forma-se a proposição:

- (29) $[\delta_3 X_i: [\delta_2 e_i: [\delta_1 [\text{pred}(\text{arg})] \acute{o}_1] \acute{o}_2] \acute{o}_3]$

A proposição é considerada uma entidade de ordem superior que tem um EsCo (e_i), mais especificamente, como uma proposição (X_i), que designa um “fato possível”; sendo uma entidade de terceira ordem, submetida a uma avaliação em termos de sua verdade, pode ser motivo de surpresa ou dúvida, de menção ou negação, de rejeição ou lembrança, de verdade ou falsidade.

Os satélites atitudinais (\acute{o}_3) são significados lexicais pelos quais o falante pode expressar sua atitude para com o conteúdo proposicional. O que permite tratar uma estrutura encaixada como uma predicação ou proposição é a natureza semântica do predicado matriz: será predicação quando está expresso um EsCo, um evento; e será proposição quando está expresso um fato possível. Considerando essa diferença, podemos dizer que os satélites iniciados pela estrutura *desde que*, dos exemplos abaixo, são encaixados na proposição:

- (30) - E o tal de feminismo, que tal lhe parece ?
 Analista De Bagé :
 - Pôs sou a favor. Acho que toda a mulher deve lutar pela sua igualdade, desde que não interfira com o serviço da casa. Depois de pendurar as roupas ela pode fazer o quem bem entender. (ANB)
- (31) Tentei explicar: "- Não creio. Papai está muito atarefado e preferiu que eu fosse vê-lo no hotel em que está. .. " Carlos atacou: "- Mas, não tinha razão, desde que ele vai demorar vários dias. .. " Não soube o que replicar. Dona Leonor veio em apoio do filho: "- Tanto mais quanto esse Hotel América em que ele está, não é dos melhores. .. (A)

Observamos que os satélites encaixados desses exemplos são de natureza semântica diferente dos satélites encaixados de tempo, pois a estrutura encaixada não faz mais referência a um evento. Em (30), */desde que não interfira com o serviço da casa/* é uma condição imposta à proposição matriz */mulher lutar pela sua igualdade/*. Observamos que o falante faz uma avaliação sobre o assunto ‘feminismo’, em que ele concorda, mas impõe uma condição, criando assim uma ironia. No exemplo em (31), não é mais uma condição que é imposta à proposição, mas */desde que ele vai demorar vários dias/* é consequência de */‘não ter razão’ (de ir ao hotel)/*.

Essa é a camada onde se encontram as relações lógicas, por isso, o domínio epistêmico de Sweetser corresponde à camada proposicional de Dik, como podemos observar nos exemplos (12) e (15), de Neves (1999).

- (12) Se ela for uma criança tímida, eu vou ter que botar num colégio menor
 (DID-SSA-231: 121-122)

- (15) Eles acham que é o melhor estágio que eles fazem, é um dos melhores estágios, é o de Dermatologia. Porque nós temos condições de mostrar pra eles muitos doentes, que é o importante

(DID-SSA-231:174-177)

5.5.4 Satélite de nível 4

Por fim, a última camada subjacente proposta por Dik (1997) é a da oração que consiste de um ato ilocucionário (E_i), simbolizando o ato de fala expresso pela oração, que é especificado por operadores e satélites de nível 4 adicionados à proposição:

- (32) [$\delta_4 E_i$: [$\delta_3 X_i$: [$\delta_2 e_i$: [δ_1 [pred (arg)] \acute{o}_1] \acute{o}_2] \acute{o}_3] \acute{o}_4]

Esses elementos de nível 4 servem para especificar (modalizar) a força ilocucionária em que a proposição está expressa. Como argumentam Austin (1962) e Searle (1969) (*apud* Dik, 1997, p. 299), as pessoas não se comunicam por proposições, mas por execução de atos de falas, interpretados como instruções do falante para o ouvinte executar certas ações mentais com relação ao conteúdo da proposição.

Os satélites ilocucionários (\acute{o}_4) representam os significados lexicais pelos quais o valor ilocucionário da oração pode ser especificado ou modificado. Dik (1997, p. 305) mostra que pode haver satélites ilocucionários com o comentário de Razão, Condição, ou Finalidade do ato de fala, como em:

- (33) a) Since you are interested, John is a Catholic.
 b) John has left, in case you haven't heard.
 c) Just so I'll be able to tell my mother when she asks, what is this stuff we're smoking?

O domínio do ato de fala, proposto por Sweetser, corresponde a essa camada da oração subjacente de Dik (1997); por isso, podemos considerar que os exemplos (13) e (16) de Neves (1999) estariam nessa camada. No entanto, como havíamos dito antes, a estrutura *desde que*, segundo nosso *corpus*, não apresenta estruturas nessa camada.

- (13) bem ... então :: ... a partir disto olha nós vamos poder entender ... qual o tipo de arte que se desenvolveu porque se eu quero criar ... uma réplica da realidade ... um Duplo do animal que eu quero caçar qual é o único estilo que eu posso usar?

(EF-RE-405: 289-293)

- (16) você já imaginou para para fazer a peça Hair quanta gente que não foi ... éh éh:: não foi éh:: preparada ali ... porque o grupo que trabalha em Hair é enorme né?

(DID-SP-234: 246-249)

5.5.5 A estrutura subjacente da oração: um *cline* de GR?

Uma das características de um elemento multifuncional na língua é poder evidenciar um “deslizamento” entre uma forma e outra. Com a análise que acabamos de fazer, podemos observar que cada uso de *desde (que)* tem características sintáticas, semânticas e pragmáticas diferentes um do outro; por isso, cada ocorrência se localiza em uma determinada camada. Nesse sentido, com a multifuncionalidade de *desde (que)* podemos observar esse “escorregar” entre as camadas subjacentes da oração. Quando olhamos para os componentes e domínios de Traugott e Sweetser, observamos que esse “escorregar” acontece de forma muito semelhante.

Relembrando de forma sucinta, Traugott e Sweetser propõem *clines* que evidenciam a mudança semântico-pragmática e, conseqüentemente, a GR. De modo geral, podemos dizer que a GR, segundo essas duas perspectivas da mudança semântica, tem como características:

- (i) A mudança de categorias do mundo físico, de um mundo real para categorias que desempenham relações textuais e lógicas;
- (ii) A mudança de categorias que desempenham relações textuais para categorias mais expressivas, que desempenham relações lógicas;
- (iii) A mudança de categorias que expressam relações lógicas para categorias que expressam uma atitude do falante em relação a um ato de fala.

De forma semelhante, quando analisamos os nossos dados e os localizamos nas camadas subjacentes da oração, observamos que os \acute{o}_1 fazem referência a um mundo físico; os \acute{o}_2 fazem referência a um mundo menos físico do que o \acute{o}_1 , além disso, também fazem referência a uma relação textual com a criação da perífrase conjuncional *desde que*; os \acute{o}_3 fazem referência às relações lógicas e, se tivessem ocorrido satélites \acute{o}_4 , observaríamos relações entre os atos de fala. A nossa proposta é que as camadas subjacentes da oração, também, evidenciam uma reestruturação semântico-pragmática nos termos de Traugott e

Sweetser. Isso pode ser observado pelos dois *clines* que evidenciam os usos de *desde (que)*: um estrutural como em (34) e um semântico, como (35):

- (34) a) $\acute{o}_1 > \acute{o}_2 > \acute{o}_3$
 b) pred.central > pred. estendida. > proposição
- (35) a) espaço (origem) > tempo (duração) > condição
 b) espaço (origem) > tempo (duração) > causa

Essa relação pode ser melhor vista no quadro abaixo que cruza a estrutura com a função semântica:

| | Espaço | Tempo | Condição | Causa |
|---------------|--------|-------|----------|-------|
| \acute{o}_1 | | | | |
| \acute{o}_2 | | | | |
| \acute{o}_3 | | | | |

Quadro 12: Camadas vs. funções semânticas

A nossa pesquisa é sincrônica, portanto, estamos evidenciando a gramaticalidade dos usos de *desde (que)*. Então, se considerarmos a gramaticalidade dos usos de *desde (que)* sob a perspectiva das camadas subjacentes da oração, podemos concordar com Traugott (1982) que o “deslizamento” entre os componentes, nesse caso, entre as camadas, leva ao fortalecimento da subjetividade do falante. Pois, como observamos com *desde (que)*, quanto mais alta a camada em que o satélite se localizar, a função semântica estará baseada mais na cognição e atitude do falante. Por exemplo, quando a estrutura *desde (que)* faz parte de um satélite \acute{o}_1 ou \acute{o}_2 , observamos que seu domínio semântico tem referência a uma relação física (espacial e temporal, respectivamente). Mas quando faz parte de um satélite \acute{o}_3 , ele está mais próximo do domínio cognitivo, portanto, mais próximo do falante.

Apesar de não termos encontrado ocorrências de *desde que* como satélite de nível 4, observamos que em outros elementos da língua portuguesa isso pode ocorrer, como no caso de *se* e *porque*, mostrados por Neves (1999). Por isso, acreditamos que essa estrutura em camadas pode ser considerada um *cline*, se não de GR, por nossa pesquisa não poder evidenciar a mudança diacronicamente, um *cline* de gramaticalidade, assim como o *cline* de Traugott e Sweetser. O quadro abaixo mostra como as camadas de Dik (1989) interagem com as propostas das duas pesquisadoras:

| DIK | SWEETSER | | | TRAUGOTT | | |
|----------------------|----------|------------|-------------|-----------|---------|------------|
| | Conteúdo | Epistêmico | Ato de fala | Proposic. | Textual | Expressivo |
| Ó ₁ | | | | | | |
| Ó ₂ | | | | | | |
| Ó _{2 coplx} | | | | | | |
| Ó ₃ | | | | | | |
| Ó ₄ | | | * | | | * |

Quadro 13: Camadas vs. "domínios" e "conteúdos"

* Não ocorre estrutura com *desde (que)*, mas pode ocorrer com outros elementos da língua, como *se* e *porque*.

A estrutura de camadas subjacentes da oração, segundo a análise dos usos de *desde (que)* e baseando-nos na análise de *se* e *porque* de Neves (1999), pode ser considerada como um *cline* de gramaticalidade que mostra o conteúdo sintático, semântico e pragmático. A partir dessa discussão, podemos formular alguns princípios, ou antes, algumas conclusões, segundo as camadas subjacentes:

- (i) Se um mesmo elemento localiza-se em camadas diferentes e em domínios semânticos diferentes, considera-se que ocorreram alterações semântico-pragmáticas no nível estrutural e semântico. Por exemplo, em (1) em que ocorre um \acute{o}_1 com função semântica de espaço e, em (2) em que ocorre um \acute{o}_2 com a função de tempo;
- (ii) Se um mesmo elemento ocorre em uma mesma camada, mas com funções semânticas diferentes, considera-se que houve alterações só no nível semântico, mas não no estrutural. Um exemplo hipotético seria se encontrássemos a estrutura *desde (que)* com acepções de tempo e condição como um satélite \acute{o}_2 - a camada é a mesma, mas os domínios semânticos são diferentes. Concordamos com Heine (1991) – cf. a seção 3.6.3 -, para quem as relações lógicas são mais gramaticalizadas do que as de tempo;
- (iii) Se um mesmo elemento ocorre em uma mesma camada com a mesma função semântica, mas com estruturas diferentes, considera-se (cf. HEINE, 1991; seção 3.6.3 desse capítulo) que a estrutura complexa é mais gramaticalizada do que a simples. Por exemplo, a preposição *desde* e a perífrase *desde que* ambas são \acute{o}_2 com função semântica de tempo.

- (iv) Se um mesmo elemento ocorre em camadas diferentes, mas com a mesma função semântica, considera-se que houve alterações, principalmente, no nível estrutural, mas, também, no nível semântico, pois a mesma função semântica atua em níveis diferentes, proporcionando nuances semânticas. Por exemplo, a conjunção *se* mostrada por Neves (1999), em que a acepção de condição ocorre em três camadas - \acute{o}_2 \acute{o}_3 \acute{o}_4 – apesar de a função semântica ser a mesma – condição – ocorre uma nuance entre as ocorrências, exatamente por estarem em camadas diferentes.

Complementando nossa conclusão e referindo-nos aos critérios acima, podemos dizer, portanto, que em (i) a acepção de espaço tem um conteúdo gramatical menor do que a de tempo, pois se encontra em uma camada mais baixa e em um domínio semântico mais próximo do mundo físico; em (ii) a acepção de tempo tem um conteúdo gramatical menor do que a de condição por encontrar-se em um domínio semântico menos conceitual, apesar de estar na mesma camada; em (iii) a preposição é menos gramaticalizada do que a perífrase conjuncional por estar em uma estrutura simples; e em (iv) a acepção de condição como \acute{o}_2 tem um conteúdo gramatical menor do que a de \acute{o}_3 e \acute{o}_4 , por encontrar-se em uma camada mais baixa.

Conclusão

Essa pesquisa partiu do pressuposto básico de que a gramática das línguas naturais não é um sistema acabado e que está em constante transformação. A escolha de uma preposição como objeto de estudo captura esse dinamismo da língua, pois, como mostrou a seção quatro desse trabalho, de partícula acessória para a expressão de adjunto adverbial que já estava marcado pela flexão casual, as preposições se tornaram indispensáveis para marcar, com exceção do sujeito e do objeto direto, todas as funções sintáticas.

O estudo das preposições e conjunções na seção quatro foi de grande contribuição para a nossa pesquisa. Pois, com as preposições conseguimos observar toda uma reestruturação da oração e com as conjunções conseguimos compreender um processo de criação lingüística que se iniciou no latim vulgar, mas se tornou muito comum no português. Muitas conjunções do latim clássico não chegaram ao português. Portanto, para suprir a falta de conjunções, a língua passou a unir a partícula *que* a palavras de variadas classes gramaticais, para assim criar uma nova forma, no caso do nosso objeto, uma perífrase conjuncional.

Como vimos, foi por esse processo de criação que surgiu a perífrase conjuncional *desde que*. Esse processo, além de criar uma nova forma, tem como característica a alteração de propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas do elemento. A principal característica dessas alterações é que o estatuto gramatical da nova forma, portanto, da perífrase conjuncional é maior do que da forma base, nesse caso, o da preposição. Conseqüentemente, a nova forma muda de categoria gramatical, tornando-se mais gramaticalizada e, em conjunto, também ocorrem alterações semântico-pragmáticas.

Por proporcionar uma mudança no estatuto gramatical da forma, esse processo de criação tem sido considerado uma caso de GR. Por isso, nos voltamos para a literatura que trata desse processo da mudança lingüística. Na seção 2.2, fizemos um percurso histórico do desenvolvimento dos estudos em GR no campo da lingüística, e mostramos as principais contribuições de diferentes autores. Observamos que com Meillet, com que se iniciaram efetivamente os estudos em GR, a GR era usada como uma ferramenta da lingüística histórica. Muitos elementos gramaticais tinham sua origem em elementos lexicais, por isso, a GR era usada para explicar essa derivação etimológica. Depois disso, no decorrer do século XX, é possível observar o quanto desenvolveram as pesquisas em GR, chegando ao ponto de se cogitar uma teoria da GR. Apesar dessa discussão sobre seu estatuto teórico ainda não estar

concluída, é inegável que os estudos em GR ganharam cada vez mais atenção nos trabalhos que tratam das mudanças lingüísticas, indo além do léxico e da gramática. Por exemplo, com Givón a GR estendeu-se para questões do discurso; com Traugott e Sweetser a GR serviu para explicar questões das alterações semântico-pragmáticas dos elementos, evidenciando, não apenas as alterações categoriais e as perdas sintáticas, semânticas, fonológicas, mas, antes, a pragmatização do significado.

A seção três, de certa forma, evidencia vários aspectos da mudança. Por isso, mostramos as motivações, os mecanismos da mudança. Quando observamos essas questões, entendemos o por que há muita resistência em considerar a GR uma teoria, pois esses aspectos da mudança não estão restritos à GR. Por exemplo, a metáfora e a metonímia agem na mudança do significado de modo geral; a reanálise pode ocorrer na GR, mas não necessariamente, já que pode haver a reanálise sem GR e a GR sem reanálise. Por isso, os defensores de uma teoria da GR acreditam que a direção, mais especificamente a unidirecionalidade da GR, é o princípio regente desse processo. No entanto, essa idéia também despertou críticas, ou pelo posicionamento de que todas as mudanças, independentemente da GR, são unidirecionais, ou por acreditarem que não há uma única direção no processo de GR, mas várias.

Como é possível observar, o campo de estudo da GR ainda é confuso e está em pleno debate. Neste trabalho, restringimo-nos em delinear a posição de cada autor, permitindo visualizar com mais clareza o tratamento que recentemente é dado a esse fenômeno de criação lingüística. Além disso, deixamos claro que, como o nosso recorte é sincrônico, não pudemos explorar todas as possibilidades de investigação de um processo de GR.

A aceitação de uma perspectiva sincrônica nos estudos de GR também é o resultado das conquistas mais recentes. Na perspectiva sincrônica, é possível compreender a GR, fundamentalmente, como um fenômeno sintático e discursivo-pragmático que ocorre em contextos discursivos bastante específicos.

Baseando-nos, portanto, em um *corpus* sincrônico de língua falada e escrita do português do Brasil procuramos reconhecer o estatuto sintático, semântico e pragmático dos usos de *desde (que)*. Para uma investigação desse tipo é necessário um modelo teórico-descritivo que considere esse dinamismo na língua em uso. Por isso, nos apoiamos num modelo funcionalista da linguagem, especificamente, no modelo da Gramática Funcional de Dik que considera a língua como um instrumento de interação social.

Analisando a multifuncionalidade de *desde (que)* – espaço, tempo, condição, causa - segundo seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, observamos que, dependendo da

função que é assumida na oração, ele estará localizado em uma determinada camada. Portanto, se um mesmo elemento possuir diferentes funções, ele se localizará em camadas diferentes, pois terá funções sintáticas, semânticas e pragmáticas diferentes.

Quando estudamos as propostas de Traugott e Sweetser, observamos que essas autoras privilegiam os aspectos semântico-pragmáticos dos significados no processo de GR, sendo, portanto, muito semelhante à proposta de Dik, que também privilegia esses aspectos na oração. Por isso, sugerimos que as camadas subjacentes da oração propostas por Dik podem ser consideradas um *cline* que evidencia a gramaticalidade dos usos de um mesmo elemento. Logo, de modo semelhante aos componentes e domínios de Traugott e Sweetser, as camadas podem evidenciar uma pragmaticização do significado: quando nas camadas mais baixas os significados estão baseados em uma relação física, mais concreta, quando nas camadas mais altas estão baseados em relações lógicas, evidenciando, portanto, a atitude do falante frente a proposição.

Referências

ALMEIDA, M. A.; FIGUEIREDO J. N. *Compêndio de gramática latina*. Porto: Porto Editora, s.d.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 19^o. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

BRAGA, M. L. Os enunciados de tempo no português falado no Brasil. In: NEVES, M. H. de M. (Org.). *Gramática do português falado*. v. VII: Novos estudos. Campinas: UNICAMP, 1999, p.443-459.

BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1994.

BYBEE, J; HOPPER, P. *Frequency and the emergency of linguistics structure*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JANDA, R.; BRIAN, J. (eds.) *Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackell; p.602-623, 2003.

CÂMARA JR, J. *Dicionário de Filologia e Gramática referente à Língua Portuguesa*. 4.ed. São Paulo, (s.d).

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro, 1979.

CAMPBELL, L.; JANDA, R. Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. *Language Sciences*, v. 23, p.93-112, 2001.

CART, et al. *Gramática Latina*. São Paulo: T. A. Queiroz: USP, 1986.

CASTILHO, A. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19:25-64, 1997a.

_____. Língua falada e gramaticalização. *Filologia e lingüística portuguesa*, 01:107-120, 1997b.

_____. Unidirecionalidade ou multidirecionalidade?: o problema da gramaticalização. *Kolloquium in Münster vom 17-18. Januar 2003a*

_____. *Proposta funcionalista de mudança lingüística: os processos de lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização na constituição das línguas.* (CNPq. Proc. 306319/88-8). (Trabalho não publicado), 2003b.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa.* 28°.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *A nova gramática do português contemporâneo.* 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DIK, C.S. *The theory of Functional Grammar.* Pt.I: The structure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989.

_____. *The theory of Functional Grammar.* Pt.II: Complex and derived structures. New York: Mouton, 1997.

DIK, S.; HENGEVELD, K.; ESTER, E.; VET, C. The hierarquical structure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J.; BOLKSTEIN, A.M.; VET, C. (eds.). *Layers and levels of representation in language theory: a functional view.* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990, p.25-70.

ERNOUT A.; MEILLET A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots.* 4. ed. Paris: Libraire C. Klincksiech, 1967.

FREIRE, A. *Gramática Latina.* 6. ed. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1998.

GIVÓN, T. *On understanding grammar.* London: Academic Press, 1979.

GONÇALVES, S.C.L. *Grammaticalização, modalidade epstemica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil.* Campinas: UNICAMP, 2003. (Tese de Doutorado).

GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação.* Campinas: Pontes, 1987.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, B. *Grammaticalization: a conceptual framework.* Chicago: The University of Chicago Press, 1991a.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, B. From cognition to Grammar – evidence from african language. In: TRAUOGOTT, E. C.; HEINE, B. *Approaches to Grammaticalization.*

Focus on Theoretical and Methodological issues. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991b, 149-187.

HEINE, B. Grammaticalization chains. *Studies in Language*, 16-2. 335-368, 1992.

HOPPER, P. Emergent grammar. *Berkeley Linguistic Society*, 13:139-57, 1987.

_____. Some recent trends in grammaticalization. *Annual Reviews Anthropological*, 25: 217-36, 1996.

_____. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (orgs.) *Approaches to grammaticalization*. v. 1. John Benjamins Publishing Company, 1991, p.17-35.

_____; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ILARI, R. *Lingüística românica*. São Paulo: Ática, 1992.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972.

_____. Building on Empirical Foundations. In: W.P. Lehmann and Y. Malkiel (eds.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1982.

_____. *Principles of Linguistic Change*. Vol 1: Internal Factors. Oxford, UK/Cambridge, USA: Blackwell, 1994.

_____. *Principles of Linguistic Change*. Vol 2: Social Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization*. München Interschleissheim; Newcastle: Lincon Europa, 1995 [1982].

LONGHIN, S. R. *A gramaticalização da perífrase conjuncional "só que"*. Campinas: UNICAMP, 2003. (Tese de Doutorado).

LONGHIN-THOMAZI, S.R. Um exemplo de (inter)subjetivização na linguagem: a reconstrução histórica de 'ainda'. *Estudos Lingüísticos XXXIV*, p. 1361-1366, 2005.

_____. Gramaticalização, (inter) subjetivação e modalidade epistêmica: o caso de 'assim'. *Estudos Lingüísticos XXXV*, p. 1772-1779, 2006.

MATTOS E SILVA, R. V. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa, IN-CM, 1989.

_____. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1994.

MAURER JÚNIOR, T. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Libraire Honoré Champion, 1965.

MELO, G. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. Rio de Janeiro: Livro Técnico S.A., 1971.

NEVES, M.H.M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____; SOUZA, E. M.; DOMINGOS, E. C. As construções causais. In: NEVES, M. H. de M. (Org.). *Gramática do português falado*. v. VII: Novos estudos. Campinas: UNICAMP, 1999a, p.462-496.

_____; SOUZA, E. M.; DOMINGOS, E. C. As construções condicionais. In: NEVES, M. H. de M. (Org.). *Gramática do português falado*. v. VII: Novos estudos. Campinas: UNICAMP, 1999b, p.497-544.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.

NEWMAYER, F.J. Deconstructing grammaticalization. *Language Sciences*, v. 23, p. 187-229, 2001.

OMENA, N.; BRAGA, M. 'A gente' está se gramaticalizando? *Variação e Discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PEZATTI, E. G. O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.) *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004, p.165-218.

POGGIO, R.M.G.F. A mudança do caso morfológico latino para o caso sintático no português. *Estudos Lingüísticos e Literário*, n.23-24. p.103-126, 1999.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1964.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. 12 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1975 [1916].

SWEETSER, E. "Grammaticalization and semantic bleaching". *Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, eds. Axmaker, S., Jaisser, A., Singmaster, H, 1988.

_____. *From Etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TARALLO, F. *Tempos Lingüísticos*. São Paulo: Ática, 1994.

TRAUGOTT, E. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. *Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science*. Lehmann, C., Malkiel (orgs), v. 24, p.245-271, 1982.

_____. On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. *Language*, 65:01, 1989.

TRAUGOTT, E.; KÖNIG, E. "The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited". In: TRAUGOTT, E., HEINE, B. (orgs.) *Approaches to grammaticalization*. v. 1. John Benjamins Publishing Company, 1991, p.191-218.

WEEDWOOD, B. *História concisa da lingüística*. São Paulo: Parábola, 2002.

WEINREICH, U.; W. LABOV and M. HERZOG. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: W.P. Lehmann and Y. Malkiel (eds.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

Anexos

Anexo I:

Relação das siglas das obras

| | |
|-----|---|
| A | Angela |
| ACM | Aqueles Cães Malditos de Arquelau |
| ACT | Acontecimentos |
| AF | Festa |
| AGO | Agosto (dec.90) |
| AL | A Lua Vem da Ásia (dec.70) |
| ALF | O Alferes |
| ANA | Anarquistas Graças a Deus |
| ANB | O Analista de Bagé |
| APA | A Paixão Transformada (1996) |
| ARR | Arraia de Fogo |
| ASA | A Asa Esquerda do Anjo (Lia Luft) |
| ASS | Assunção de Salviano |
| ASV | As Viagens |
| ATR | A Transamazônica (dec.90) |
| AVI | A Vida Secreta dos Relógios |
| AVK | As Valkírias (1992) |
| | |
| BAL | Balão Cativo (dec.80) |
| BE | O Beijo não Vem da Boca |
| BH | Balbino, O Homem do Mar (1970) |
| BL | Blecaute (1986) |
| BOC | Boca de Luar (1984) |
| BOI | Boca do Inferno (1989) |
| BRI | Brida (1990) |
| BU | Bufo & Spalanzani (1985) |
| | |
| CA | Cangaceiros |
| CAS | Cascalho |
| CBC | O Conto Brasileiro Contemporâneo |
| CCA | Crônica da Casa Assassinada |
| CD | Contos D'Escarnio (dec.90) |
| CEN | Cenas da Vida Minúscula |
| CHA | Chapada do Bugre (dec.70) |
| CHP | Chica Pelega (Tragédia Heróica) – A Guerrera de Traquaraçu (2000) |
| CDI | A Cidade dos Padres |
| CJ | Capitão Jagunço |
| CL | O Coronel e o Lobisomen |
| CNT | Contos da Repressão |
| CPD | Conceto para Paixão e Desatino (2003) |
| CRE | O Crepúsculo do Macho |
| | |
| DE | Os 18 Melhores Contos do Brasil |
| DES | Desolação |
| DEN | Dentro da Vida |
| DSP | O Demônio e a Srta. Prym (Paulo Coelho) |
| | |
| EMC | Eles Eram Muitos Cavalos (2001) |

| | |
|-----|---|
| EST | Estorvo (dec.90) |
| ETR | Estrela Solitária |
| FH | Favela High Tech (dec.90) |
| G | Os Guaxos |
| GAT | Galo das Trevas |
| GD | O Ganhador (dec80) |
| GI | Galvez, O Imperador do Acre |
| GRE | A Greve dos Desempregados |
| GRO | Grotão do Café |
| HPP | História Para Pais, Filhos, e Netos (2001) |
| J | João Abade |
| JM | A Janela e o Morro (dec80) |
| L | A Ladeira da Memória |
| MAL | A Manilha e o Libambo (2002) |
| MCP | Antologia: Meus Contos Preferidos (2004) |
| MRP | A Margem do Rio Pietra Eu Sentei e Chorei |
| OA | O Alquimista |
| OAG | O Agressor (2000) |
| OC | Os Contistas do “Comércio da Franca” (2004) |
| ODM | O Diário de um Mago (1986) |
| OE | Os Escorpiões |
| OLA | O Labirinto de Mariana (dec.90) |
| OMC | O Monte Cinco (1996) |
| OMT | O Matador (1995) |
| ORA | O Risco da Agonia (2002) |
| ORM | Orminda (dec.90) |
| OSC | O Silêncio da Chuva (1996) |
| PCO | Pedaços do Cotidiano (dec.90) |
| PEP | As Pedras Preciosas |
| PRE | O Presidente Vinícius da Veiga |
| PRO | Prodígios |
| PV | Plataforma Vazia |
| REL | Relato de Um Certo Oriente (dec.90) |
| REP | República dos Sonhos |
| RET | O Retrato do Rei (dec.90) |
| RIR | Um Rio Imita o Reno |
| SAT | Saturno nos Trópicos (2003) |
| SD | Sete Dias a Cavallo |
| SE | Os Sete Pecados Capitais |
| SEM | O Senhos do Mundo |
| TER | Terra Encharcada |
| TG | Tocaia Grande |
| TR | Travessias |
| TS | Os Tambores de São Luís |

| | |
|-----|--------------------------------------|
| TSF | Terras do Sem Fim (1957) |
| TTE | Tutaméia – Terceiras Estórias (1967) |
| TV | O Tempo e o Vento (1956) |
| UQ | A Última Quimera |
| VB | A Vida em Flor de D. Beija |
| VDM | Verónica Decide Morrer (1998) |
| VER | Veranico de Janeiro (dec.70) |
| VES | O Valete de Espadas (dec.80) |
| VI | Vinte Histórias Curtas (dec.60) |
| VN | A Viagem Noturna |
| VPB | Viva o Povo Brasileiro (dec.80) |
| XA | O Xangô de Baker Street |

Anexo II:

Recorte das amostras do *corpus* de língua escrita

Preposição desde

Espaço

- Estou convidando Mr. Wilson para jantar com a gente mas ele diz que só quer um pouco de doce, porque teve muito trabalho carregando as maçãs desde Blumenau. (ASS)

Fizera a caminhada a pé, praticamente desde Fortaleza, onde tentara embarcar sem passagem, expulso do trem na primeira estação. (BH)

Acompanho-a de volta, e ela já se despede desde a escada rolante. Dá tchau andando, datilografando o ar com a mão esquerda, e eu lhe digo para esquecer meu endereço antigo, pois pretendo me instalar num apart-hotel. (EST)-4

Os pássaros, sem dúvida, amavam ao sol quando assim era. Pois um cântico animado se escutava desde a ramagem dos jacarandás, onde, em concerto, anus e bem-te-vis tocavam flauta, a pomba-rola soprando em baixo-tuba. (G)-5

- Reforcei o policiamento nas ruas, desde o Terminal Ferroviário. Contatei com a prefeitura e o departamento de água e esgotos, mas os chefes na haviam ainda chegado ao serviço. (GRE)-6

Tempo

Não a encontraria, lá. Não, não a encontraria em parte alguma. Angela acabara, morrera. Angela fora um sonho. Mais um dos muitos sonhos que, desde menino, sua difícil e super sensível natureza insistia em manter para seu maior tormento final, no instante do desmoronamento do castelo de cartas. (A)

Eu precisava de amor. Ele tem todo o dinheiro que quis ter, paguei caro, concordo, mas a gente não tem mesmo que pagar pelas emoções? Que não duraram muito, desde o nascimento do Júnior não temos mais as chamadas relações sexuais. Resolvemos assim, tranqüilamente. (MCP)

Não sei bem se é herança, somos desde cedo fatalmente sentenciados, impiedosamente votados à morte por um destino tão mau; não sei se tudo vem do contágio, das relações íntimas que mantemos entre nós, mesmo com os doentes, a quem não abandonamos. (DEN)

- Vocês têm razão - disse o padre. - Talvez tudo que tenhamos vivido desde a noite de ontem seja apenas uma ilusão. Todos nesta cidade têm alguém para sentir sua falta, e ninguém aceitará que seu ente querido seja tocado. (DSP)

Furioso com a derrota, tornou a vestir o paletó, apanhou o serrote e saiu resmungando frases que ninguém entendeu. Desde então desinteressou-se dos murais. (ANA)

- Já sei: fugiste de casa, não foi?

- Eu nunca tive casa.

Estranha simpatia desde logo uniu Seo Meirelles àquele pirralho, talvez porque - por curiosa coincidência - Seo Meirelles vinha de romper amizade com o filho recentemente. (G)

Desde (...) até

O sol bem baixo, quase encostado na água, espalhava raios dourados pelo céu. Toda a capitania, desde a margem austral do rio São Francisco até a margem setentrional da baía de Todos os Santos, a ponta do Padrão, estava em luto por resolução do governador. (BOI)

Agora estudo os iluministas. São uns malucos adoráveis. Vamos conversar horas sobre eles quando eu for a Milão. Veja se não se enche de compromissos. Um beijão, meu querido. Você verá que desde o século XV até agora eu não mudei muito." (ACM)

Há criaturas que vêm ao mundo dentro de tal passividade e estoicismo, que dão a idéia de receberem o sofrimento como uma graça divina.

Minha mãe era desse número. Desde o dia maldito do seu casamento até à hora em que expirou no hospital, com os olhos meigos fitos na irmã de caridade, jamais articulou um queixume, nem tão pouco a agitou movimento altivo de revolta. (DEN)

A casa era, como havia dito Alessandro, meio museu. Havia desde peças etruscas até um Guido Reni e um presumível Mantegna. Além de uma inoportuna coleção de armas de fogo muito antigas. (ACM)

As mães também oferecem proteção e ameaçam os que se rebelam contra elas com punições terríveis que vão desde a castração simbólica à chantagem sentimental. (ANB)

Perífrase conjuncional *desde que*

Tempo

- O que não compreendo é como você me ocultava semelhante coisa. E lembre-se que me tomou como seu amigo, amigo leal para quem não á! segredos.

- Esqueci-me. É uma caridade que faço desde que cheguei do colégio, e que farei sempre. Tenho vivido entre os pobres e sei das necessidades que passam. (DEN)

O mal precisava se manifestar, para que o bem pudesse finalmente comover o coração daquele povo. Pela primeira vez desde que pisara naquela paróquia, vira sua igreja lotada. Pela primeira vez, as pessoas mais importantes da cidade tinham vindo até a sacristia. (DSP)

Fechei o livro e não pude deixar de sorrir. Nada lhe escapava.

- Queria lembrar uma certa passagem... Só que está quente demais, acho que este é o dia mais quente desde que começou o verão. (MCP)

Como fosse o mês de seu aniversário, pensou quantos marços haviam se repetido em sua vida desde que nascera; e se espantou ao concluir que poderia contá-los por décadas. Três! Um novo bloco de dez anos iria se estender diante dela. (OC)

O barulho no ouvido tornava-se cada vez mais agudo, e - pela primeira vez desde que tomara os comprimidos, Veronika sentiu medo, um medo terrível do desconhecido. Mas foi rápido. Logo perdeu a consciência..Quando abriu os olhos, Veronika não pensou: "isso deve ser o céu". (VDM)

Condição

Existia, é claro, uma subordinação administrativa, que no Galilei era simples: havia um diretor executivo, com cara de Pio XII, que resolvia tudo. Desde que o chamassem Dottore, ou melhor, Dottor Lanebbia. (ACM)

"Eu estudo a história do canto gregoriano e me interesso particularmente por antifonários e kyriales. Também missais, desde que tenham algum 'prefácio', gloria ou graduale musicado" . Isabella estava criando uma imagem de seriedade e competência que escancarasse, para ela, os armários de Aurelio Valdesi e, para mim, a goela do Etna. (ACM)

- Ora rapaz, não vai ficar bem para o único varão presente na classe, casado, pai de família, com fama de estudioso, cumpridor de seus deveres, decepcionar suas colegas que, tão gentilmente, se propõem ouvi-lo!

Sem saída, perguntei se poderia falar sobre qualquer assunto desde que envolvesse Os Lusíadas. (ACT)

Não podia ser o Eduardo? Laura tinha Carlito, chofer. Amélia amava Humberto, que trabalhava na fabrica de Bangu. Mariazinha estava quase noiva de Aderaldo, paraibano que mourejava na Brahma. Julieta amava indiferentemente, desde que fosse fuzileiro naval. (BH)

- Entretanto, tem o péssimo hábito de, ao invés de responder uma simples pergunta, fazer longos sermões a respeito de promessas, ou de como devemos agir na vida. Terei o maior prazer em ficar, desde que me responda às perguntas que fiz logo no início: quem é o senhor? E o que faz aqui? (DSP)

Causa

De volta, assim que me sentei a mesa, a imprudência de Carlos precipitou a crise, perguntando: "- Era seu pai, não? " Respondi sem maior preocupação: "- Era. Ele chegou de São Paulo. " Não sei se intencionalmente, não sei se por distração, Dona Leonor logo disse: "- Você devia tê-lo convidado para vir aqui. " Creio que fiquei vermelha, confusa. Precipitadamente, declarei: "- Pois eu fiz. " A resposta não se fez esperar: "- Devia ter insistido. " O apoio de Carlos, evidentemente já tingido de uma certa censura em relação a mim, logo se seguiu: "- Teria sido melhor muito melhor. .. " Tentei explicar: "- Não creio. Papai está muito atarefado e preferiu que eu fosse vê-lo no hotel em que está. .. " Carlos atacou: "- Mas, não tinha razão, desde que ele vai demorar vários dias. .. " Não soube o que replicar. Dona Leonor veio em apoio do filho: "- Tanto mais quanto esse Hotel América em que ele está, não é dos melhores. .. (A)

Em conseqüência, a produção das empresas crescerá e será de melhor qualidade, desde que cada trabalhador dedicará duas horas diárias à formação ou ao aperfeiçoamento profissional, bem como aos cuidados com a sua saúde física ou mental, mediante a prática esportiva e de atividades artísticas. (GRE)

Assim foi perdido o último contato com os homens da legalidade.

À súplica de Pajeú para persegui-los ainda, não bem saciada a sede de sangue, João Abade rebater violentamente:

- O chefe sou eu! Porquera nenhum manda. .. Tome sentido!

É que a sorte - prosseguiu pensando o mameluco - ajudou e não se deve abusar dela. Que adianta sangrar mais algum daqueles miseráveis desde que sempre haviam de ter levado alguma arma? Canudos não seria mais incomodado!

Necessário poupar homens para mais tarde e não carecia expô-los só para satisfazer vaidade. Bastava de sangue! Por ora, bastava de briga! (J)

Flutuante como nos dias antigos, mamãe vestiu um longo decotado e me ofereceu uma pequena tartaruga que batizamos com vinho, Eu te batizo, Warriusa! Muito fina na sua malha de um rosa-enzelhecido, Wanda dançou para mim, só para mim, desde que mamãe polidamente continuava a ignorá-la. Depois, prendeu no meu pulso uma corrente com as iniciais gravadas na plaquinha de prata: W M. Beijei as letras, beijei mamãe e guardei a tartaruginha no bolso. (MCP)

Aquela autoridade com que Bertha repelia os outros e que tanto escandalizava Leopoldo, o incircunciso, ela trazia-a de casa. Tratando, assim, o outro lado Bertha parecia dizer: "Tenho vontade de te pertencer: desde que não posso, odeio-te, mesmo que o meu ódio não tenha consistência. .. " E, quase contraditória, ela via o Catolicismo como a parte mais completa do seu antagonista. (OE)-4

Anexo III:

Relação das vinte obras selecionadas para pesquisa quantitativa

| | |
|-----|---|
| A | Angela |
| ACM | Aqueles Cães Malditos de Arquelau |
| ACT | Acontecimentos |
| AF | A Festa |
| ANA | Anarquistas Graças a Deus |
| ANB | O Analista de Bagé |
| ASS | Assunção de Salviano |
| BAL | Balão Cativo |
| BH | Balbino, O Homem do Mar 1970 |
| DEN | Dentro da Vida (RANULPHO PRATA) |
| DSP | O demônio e a Srta. Prym |
| EST | Estorvo (Chico buarque dec. 90) |
| G | Os Guaxos |
| GRE | A Greve dos Desempregados |
| MCP | Antologia: Meus Contos Preferidos - 2004 |
| MRP | Na Margem do Rio Piedra eu Sentei e Chorei – 1994 |
| OC | Os Contistas do "Comércio da Franca" – 2004 |
| VDM | Veronika decide morrer |
| VES | O Valete de Espadas |
| VER | Veranico de Janeiro |